UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CRISE DO MASCULINO E ASCENÇÃO DE DISCURSOS AUTORITÁRIOS:

possíveis afinidades entre o ideal viril e a personalidade autoritária

YUKIMI MORI MESQUITA SATO

BELÉM-PA

2024

YUKIMI MORI MESQUITA SATO

CRISE DO MASCULINO E ASCENÇÃO DE DISCURSOS AUTORITÁRIOS:

possíveis afinidades entre o ideal viril e a personalidade autoritária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia – PPGP, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicanálise – teoria e clínica.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Hevellyn Ciely da Silva Corrêa.

BELÉM-PA

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M854c Mori Mesquita Sato, Yukimi.
Crise do Masculino e Ascensão de Discursos Autoritários:
possíveis afinidades entre o ideal viril e a personalidade autoritária
/ Yukimi Mori Mesquita Sato. — 2024.
152 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza
Coorientação: Prof^a. Dra. Hevellyn Ciely da Silva Corrêa
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Belém, 2024.

1. Masculinidades; Ideal Viril; Personalidade Autoritária.
I. Título.

CDD 616.8917

YUKIMI MORI MESQUITA SATO

CRISE DO MASCULINO E ASCENÇÃO DE DISCURSOS AUTORITÁRIOS:

possíveis afinidades entre o ideal viril e a personalidade autoritária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia – PPGP, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicanálise – teoria e clínica.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Hevellyn Ciely da Silva Corrêa.

Data da avaliação: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza (PPGP/UFPA) - Orientador

Prof.^a Dr.^a Hevellyn Ciely da Silva Correa (PPGP/UFPA) – Coorientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Candal Poli (UFRJ) – Membro externo

Prof. Dr. Ernani Pinheiro Chaves (PPGP/UFPA) – Membro interno

RESUMO

Na tentativa de definir a masculinidade, geralmente nos deparamos com um conjunto inflexível de atributos necessários à identificação do sujeito como *homem* e que, ao menos aparentemente, confirmariam certa universalidade, sendo amparados especialmente na oposição e distanciamento de identificadores considerados femininos. Levando em conta que tais características das quais se busca distanciamento não sejam exclusivas à subjetividade feminina, mas compreendem parte da experiência humana, a tentativa de supressão de certas emoções pelo homem pode estar na origem de um mal-estar resultante desse conflito interno que, ao ser projetado para o exterior, tem a violência como uma de suas possíveis expressões. Nesse ponto, evidenciamos a existência de um vínculo entre características conferidas ao masculino e o ideal constantemente reencenado por sujeitos autoritários. Assim, buscamos colocar em questão a masculinidade sustentada pelo exercício da virilidade e estabelecida enquanto um padrão invariável e, com isso, almejamos compreender: de que forma a construção da subjetividade masculina alicerçada em ideais específicos como virilidade, força e racionalidade se relaciona com a crescente naturalização de manifestações autoritárias direcionadas a grupos externos – ou *out-groups*? O exercício de uma masculinidade amparada em ideais viris necessariamente culmina no caráter autoritário? Como as mudanças sociais relativas ao gênero ocorridas nas últimas décadas podem ter impactado a posição masculina na sociedade e sua tentativa de garantir a segurança do identitário, a partir do retorno a uma virilidade que permanece? Diante dos questionamentos mencionados, empreendemos uma pesquisa teórico-bibliográfica, aproximando-nos das teorias de Sigmund Freud, Jacques Lacan e Theodor Adorno, das quais foi possível depreender que tanto as tentativas de homogeneização da masculinidade quanto os objetivos massificadores do autoritário seguem as mesmas trajetórias inconscientes: partem da presunção da possibilidade de alcançar um gozo total, uma completude imaginária, mesmo que tenha que ser conquistada e mantida à força. É nessa direção que os ideais regentes de ambas as esferas se amparam na ênfase ao semblante, no caráter ritualístico, já que o simbólico constituiria o único âmbito capaz de sustentar uma aparência de completude. Desse modo, a busca por uma hegemonia, uma totalidade inquestionável, resulta da predominância do significante fálico enquanto ordenador dos laços sociais, resultando na categorização e hierarquização de sujeitos tomados enquanto objetos da satisfação de alguns outros que se alocam nas posições de dominância.

Palavras-chave: Masculinidades. Ideal Viril. Personalidade Autoritária.

ABSTRACT

In an attempt to define masculinity, we are generally faced with an inflexible set of attributes necessary for the identification of the subject as a man and which, at least apparently, would confirm a certain universality, being supported especially in the opposition and distancing of identifiers considered feminine. Considering that the characteristics from which men seek to distance themselves are not exclusive to feminine subjectivity, but comprise part of the human experience, the attempt by men to suppress certain emotions may be at the origin of a malaise resulting from this internal conflict which, when projected outwards, has violence as one of its possible expressions. At this point, we evidence the existence of a link between characteristics attributed to the masculine and the ideal constantly reenacted by authoritarian subjects. Thus, we seek to question masculinity sustained by the exercise of virility and established as an invariable standard and, with this, we aim to understand: how does the construction of male subjectivity based on specific ideals such as virility, strength and rationality relate to the growing naturalization of authoritarian manifestations directed at external groups – or out-groups? Does the exercise of a masculinity supported by virile ideals necessarily culminate in an authoritarian character? How may the social changes related to gender that have occurred in recent decades have impacted the male position in society and its attempt to guarantee the security of identity by returning to a virility that remains through time? In view of the aforementioned questions, we undertook a theoretical and bibliographical research, approaching the theories of Sigmund Freud, Jacques Lacan and Theodor Adorno, from which it was possible to infer that both the attempts to homogenize masculinity and the authoritarian massification objectives follow the same unconscious trajectories: they start from the presumption of the possibility of achieving total enjoyment, an imaginary completeness, even if it has to be conquered and maintained by force. It is in this direction that the governing ideals of both spheres are supported by the emphasis on the semblance, on the ritualistic character, since the symbolic would constitute the only sphere capable of sustaining an appearance of completeness. In this way, the search for hegemony, an unquestionable totality, results from the predominance of the phallic signifier as the organizer of social ties, resulting in the categorization and hierarchization of subjects taken as objects of satisfaction of some others who are allocated in positions of dominance.

Keywords: Masculinity. Virile Ideal. Authoritarian Personality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 MASCULINIDADE VIRIL	25
1.1 Crise da virilidade	36
1.2 Uma leitura psicanalítica das masculinidades.....	40
1.3 Masculinidade hegemônica	52
2 MASCULINIDADES E FORMAÇÕES DE GRUPO	61
2.1 O Mito Totêmico e o <i>ao-menos-um</i>	63
2.2 Totem e Tabu e o <i>to do homem</i>	74
2.3 Virilidade Fascista e Formações de Massa.....	77
3 IDEAL VIRIL E PERSONALIDADE AUTORITÁRIA: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PSICANÁLISE E DA PERSPECTIVA ADORNIANA	98
3.1 Correspondências entre a lógica fascista e o ideal viril.....	100
3.2 Objetos da hostilidade.....	108
3.3 Mentalidade do <i>ticket</i> e personalização.....	113
3.4 Síndromes autoritárias.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	145

INTRODUÇÃO

Ao adentrar o âmbito da masculinidade, geralmente nos deparamos com um conjunto inflexível de atributos necessários à identificação do sujeito como *homem*, os quais, aparentemente, confirmariam certa universalidade: distanciamento das próprias emoções, agressividade, dominação, não sinalizar fraquezas e se afastar o máximo possível de identificadores considerados femininos. Todavia, a exigência do exercício de uma masculinidade amparada em ideais viris pode ser indicada como a origem de uma perturbação real na esfera do masculino: os homens são os que mais cometem suicídio no Brasil – apresentando um risco 3,8 vezes maior de morte por suicídio quando comparados às mulheres, de acordo com dados do Ministério da Saúde (2021) –, ao passo em que também são os que mais cometem violência contra mulheres e grupos LGBTQIAPN+ (Mesquita & Corrêa, 2021).

Diante desse cenário, grupos *masculinistas* – defensores da supremacia masculina – passam a rechaçar tudo que possa ser minimamente relacionado ao feminino, já que este seria responsável por enfraquecer “. . . a natureza viril do homem, que encontra sua essência na hostilidade” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 90). Esse medo do feminino pode remontar ao processo edípico do sujeito reconhecido como homem, uma vez que a ameaça de castração pode ser vislumbrada a partir do corpo “mutilado” feminino, levando-o a se afastar do que demarca essa categoria: “sabe-se igualmente em que grau a depreciação da mulher, a disposição à homossexualidade derivam da convicção definitiva de que a mulher não possui pênis” (Freud, 1923/2011b, p. 173).

Logo, a dificuldade na elaboração dessa ameaça acaba por produzir um distanciamento de características socialmente identificadas como femininas, além da recusa em se reconhecer como um sujeito detentor de emoções e fragilidades (Mesquita & Corrêa, 2021). Levando em conta que essas características não são exclusivas à subjetividade “feminina”, mas

compreendem parte da experiência humana, a tentativa de supressão dessas emoções “proibidas” ao homem pode estar na origem de um mal-estar resultante desse conflito interno que, ao ser projetado para o exterior, tem a violência como uma de suas possíveis expressões.

Assim, a constante reafirmação de uma hostilidade que seria primordial aos homens parece se relacionar amplamente com a propagação de discursos que promovem a violência contra minorias, à medida que a existência de um grupo coeso e total presume a existência de um outro não pertencente, os chamados *out-groups* (Adorno, 1951/2015), a quem seria justificado direcionar a liberação da pulsão agressiva reprimida pelo contexto civilizatório.

A própria necessidade de reafirmação do lugar masculino por meio da valorização de traços historicamente reconhecidos como *viris* em contraposição a tudo que possa estar “contaminado” pelo feminino manifesta a carga frágil e ilusória deste conjunto de identificadores, pois esta reiteração demonstra como a falta se demarca justamente nas tentativas de coesão, fazendo com que as imaginárias adjacências do que seria a masculinidade mostrem sempre seu teor de ficção (Mesquita & Corrêa, 2021).

Em paralelo a esse contexto, é possível observar a intensificação de um discurso permeado por traços autoritários no cenário social, tendo como referência o retorno a uma masculinidade tradicional e quase mítica em oposição aos recorrentes questionamentos contemporâneos acerca do lugar do homem e do sistema patriarcal. Seja por conta da ocorrência de crises econômicas que desestabilizam o papel de provedor – um dos pilares fundamentais do ideal de homem total, capaz de tudo dar conta –, seja devido aos constantes questionamentos levantados por grupos feministas quanto ao privilégio masculino e sua legitimidade, fato é que se pode notar uma inquietação no âmbito da masculinidade.

De acordo com um autor norte-americano defensor da supremacia masculina, referenciado por Pinheiro-Machado (2019, p. 90): “os homens estão confusos e perdidos em sua essência. Eles precisam se unir para resgatar a própria honra e reencontrar o propósito da

sua existência”. Isto porque, ainda de acordo com a autora, em tempos nos quais os homens se veem cercados por um mundo que não controlam mais, a ascensão feminina pode ser compreendida como uma ameaça (Pinheiro-Machado, 2019). Diante disso, estabelecemos um paralelo com o que se conhece sobre a dinâmica de movimentos autoritários, uma vez que estes também possuem uma tendência a promover a agudização de um medo que culminaria em uma catástrofe social, diante da qual esses movimentos recomendam a si mesmos (Adorno, 1967/2020).

Segundo Carone (2002), em concordância com Adorno (1967/2020), faz-se possível estabelecer semelhanças entre essa crise do masculino e a sintomatologia paranoide, já que a ameaça sentida pelos sujeitos homens poderia estar vinculada a um conteúdo interno. Dizendo de outro modo, a discriminação estaria muito mais na dependência da psicologia do discriminador do que das características dos alvos da discriminação, enquanto resulta de um processo de falsa projeção por parte do sujeito autoritário. Isto porque, ao contrário da projeção normal, ou mimese, na falsa projeção não há a ocorrência de uma reflexão antes de devolver ao meio externo o percebido pelas impressões, as quais passam a ser definidas pela rigidez da identidade e pela exclusão do outro (Correia, 2017).

A intolerância quanto ao feminino também pode ser repetidamente observada em discursos proferidos por grupos políticos conservadores e de teor autoritário, tendo como exemplo o ex-presidente da república, Jair Bolsonaro. Ainda durante o ano de 2021, ganhou ampla divulgação um vídeo de Bolsonaro dançando em uma lancha com apoiadores ao som de uma paródia musical que rechaça mulheres, grupos feministas e oponentes políticos – vale demarcar que o músico responsável pela composição teria sido acusado de agredir a companheira e cometer suicídio ao ser denunciado pelo crime (Guimarães, 2021). O episódio se somou às mais variadas demonstrações públicas de Bolsonaro de uma suposta virilidade – demarcada a partir de ataques de caráter misógino –, associadas à tentativa de relacionar a

imagem do líder a uma certa mediocridade, intensificando o processo de identificação com a massa. Este artifício já teria sido desvelado por Adorno (1951/2015), quando sugere que o engrandecimento da personalidade do próprio sujeito constitui-se como um aspecto primitivamente narcísico da identificação com o ato de tornar o objeto amado uma parte de si mesmo. Segundo Correia (2017, p. 112):

A identificação do líder fascista com a massa visa à aniquilação da identidade do sujeito nessa mesma massa. No entanto, a imagem do líder é projeção, i.e., uma representação fidedigna do sujeito que o identifica. É este o motivo de o líder ser próximo e distante: ele não pode ser diferente do homem médio.

Outro exemplo dessa manifestação pode ser observado em uma das “motociatas” organizadas e lideradas pelo próprio ex-presidente – novamente como uma tentativa de demonstrar uma masculinidade irretocável, agora por meio da utilização de um veículo que pode ser comparado a um substituto fálico –, na qual ainda se viam muitos apoiadores, em sua maioria homens brancos, mesmo após a ocorrência de uma pandemia que gerou mais de 600 mil mortes, estas em grande parte resultantes de um manejo irresponsável por parte de Bolsonaro, então presidente da república (Venturoza, 2021).

Diante disso, fica evidente a intensidade das identificações estabelecidas entre líderes de características autoritárias e seus seguidores, especialmente quando determinado ideal de masculinidade é estabelecido como um dos fatores principais dessa ligação afetiva.

As declarações de teor homofóbico por parte do ex-presidente também ocorriam com certa frequência (Oliveira, 2021), gerando uma naturalização quanto à expressão desse tipo de intolerância por parte de seguidores ou da população em geral. Um dos aspectos importantes a serem observados nesse contexto corresponde a uma negação quanto à possibilidade de autonomia dos sujeitos, uma vez que em declarações direcionadas a opositores políticos ou utilizadas como uma modalidade de xingamento, a feminização do outro é sempre apontada

como um fracasso, fruto da influência de alguma ideologia oposta, por exemplo. Isto ocorre porque, de acordo com Adorno (1946/2015, p. 142):

Devemos ter em mente que o totalitarismo considera as massas não como seres humanos autodeterminados que decidem racionalmente seu próprio destino e que devem, portanto, ser tratados como sujeitos racionais, mas sim que ele os trata como meros objetos de medidas administrativas, ensinados, acima de tudo, a se autoanular e a obedecer ordens.

A preocupação excessiva com a sexualidade alheia pode ter como motivação uma tentativa de apontar possíveis “traidores” da cultuada virilidade, os que teriam sido “contaminados” pelo feminino, e torná-los alvo de sua violência. Esse comportamento também se relaciona a uma certa predisposição ao totalitarismo, conforme esses sujeitos projetam nos externos ao grupo as fantasias desviantes segundo suas próprias perspectivas sexuais – e que rejeitam em si mesmos (Adorno, 1964/2015). Nesse sentido, de acordo com Adorno (1964/2015), a repetição de acusações escandalosas e fictícias – bem como o *kit gay*, incessantemente referido por Bolsonaro e seus seguidores durante as eleições presidenciais de 2018 (Oliveira, 2021) – nada mais é do que uma racionalização do prazer que essas histórias proporcionam ao ouvinte.

De acordo com Adorno (1967/2020), a recorrência de truques pobres e fracos – como as demonstrações e declarações públicas mencionadas anteriormente, as quais correspondem a pequenas amostras de uma sequência considerável de eventos similares – acaba por gerar um valor propagandístico destes, justamente porque sempre retornam. Ainda segundo o autor, a constante repetição de comportamentos e discursos polêmicos e agressivamente diretos em seu teor preconceituoso e intolerante estabelece importante ligação com seus seguidores, enquanto demonstra a capacidade do líder de exprimir suas opiniões mais controversas a despeito de regras civilizatórias, arriscando se passar por tolo para reproduzir tudo aquilo que seus

seguidores desejariam fazer mas não conseguem ou não se atrevem a fazê-lo (Adorno, 1946/2015, p. 145).

Nessa dinâmica, o líder domina o Eu em lugar do ideal do eu, bem como ocorre com o pai da horda primordial – ligação apontada por Adorno (1951/2015, p. 170): “A fim de permitir identificação narcísica, o próprio líder deve parecer absolutamente narcisista, e é a partir dessa perspectiva que Freud (1913/2013) deriva o retrato do ‘pai primitivo da horda’”. Freud (1921/2021, p. 206) também já aponta em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* que: “O caráter *infamiliar*, coercitivo, da formação de massas, que se manifesta em seus fenômenos de sugestão, pode, portanto, com razão, ser remontado à sua proveniência da horda originária”.

Isto posto, podemos pensar que a formação de um grupo “homem” presume a submissão às regras somente determinadas porque houve uma exceção, o pai da horda – a quem tudo seria possível. Por conseguinte, podemos estabelecer uma comparação entre essa figura do pai primordial e o líder autoritário, a quem caberia, de maneira isenta de repreensão, a expressão de intolerância e violência direcionada aos outros não pertencentes à massa. Em certo nível, o aspecto dominador resultante dessa imagem de completude primordial também pode ser pensado como uma importante fonte de marcadores relacionados à virilidade e aos signos masculinos (Mesquita & Corrêa, 2021).

Dadas as observações, fica evidente a existência de uma amarra que une o conjunto de características conferidas ao masculino ao ideal constantemente reencenado por líderes autoritários, fazendo-se imprescindível buscar compreender de que maneira estes aspectos podem estar relacionados. Afinal, de acordo com Adorno (1967/2020), os pressupostos pertencentes aos movimentos fascistas persistem historicamente, mesmo que não se façam de maneira imediatamente política. Embora não se refira necessariamente ao conjunto masculino, especificidade que será abordada no presente trabalho, o autor afirma que:

A ideia de que a virilidade consiste num grau máximo da capacidade de suportar dor há muito se converteu em fachada de um masoquismo que – como mostrou a psicologia – se identifica com muita facilidade ao sadismo. O elogiado objetivo de “ser duro” de uma tal educação significa indiferença contra a dor em geral. No que, inclusive, nem se diferencia tanto a dor do outro e a dor de si próprio. Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir (Adorno, 1967/2022, p. 139).

Ao abordar os rituais de iniciação nos quais se inflige a dor física como prêmio pelo pertencimento a uma coletividade, Adorno (1967/2022) destaca o enaltecimento de um certo ideal da dureza. Levando em conta a concepção de virilidade denunciada pelo autor como um elemento presente nos modelos tradicionais de educação, podemos vislumbrar a demanda de tolerância à dor – exigência fundamental para meninos – como um fator importante na formação de sujeitos que tenham a violência como resposta principal. Assim, para o autor a educação que premia a dor desempenha um papel crucial na formação de sujeitos que valorizem a racionalidade, a força e a resiliência, fazendo com que demonstrações de fragilidade – comuns a qualquer sujeito – sejam excluídas do conjunto de características toleráveis.

Além disso, bem como os movimentos autoritários amplamente explorados na obra de Adorno, o discurso que circunda a valorização do ideal viril masculino também parece propiciar a valorização dos meios, isto é, de uma propaganda em detrimento das finalidades – mesmo porque estas não ficam muito evidentes em ambas as circunstâncias. Assim sendo, o estabelecimento de um modelo ideal de masculinidade se ampara fundamentalmente em sua reprodução, independentemente da especificação de seus objetivos. Ao se referir a movimentos fascistas, por sua vez, Adorno (1967/2020, p. 54) afirma que:

O que é característico desses movimentos é muito mais uma extraordinária perfeição dos meios, a saber, uma perfeição em primeiro lugar dos meios propagandísticos no

sentido mais amplo, combinada com uma cegueira, com uma abstrusidade dos fins que aí são perseguidos. E creio que justamente essa constelação de meios racionais e fins irracionais, se eu puder expressar de forma abreviada, corresponde de certo modo à tendência geral civilizatória que resulta em uma tal perfeição das técnicas e dos meios, enquanto, na verdade, a finalidade geral da sociedade é ignorada.

Importante ressaltar que, a partir do exposto acima pelo autor, é possível pensar a propagação da masculinidade viril – a partir de conteúdos midiáticos ou das redes sociais, por exemplo – enquanto uma eficiente propaganda fomentada exclusivamente pela necessidade de repetição, suprimindo a reflexão acerca das consequências nefastas causadas por essa posição e amplamente assinaladas ao longo da história pelo movimento feminista. Dessa forma, ao trazer à luz a problemática insidiosa dessa masculinidade opressiva – para os próprios homens e, como consequência, aos grupos para os quais a violência decorrente desse conflito interno se direciona –, buscamos compreender os fatores contidos em uma naturalização de modelos autoritários, pois ao conhecê-los, promove-se uma conscientização geral com o intuito de evitar que eles se tornem assim novamente (Adorno, 1967/2022). Assim, retomando Adorno (1967/2020, p. 75), depreendemos que:

Simplemente ao fazer das personalidades que se comportam dessa forma e não de outra um problema sociopsicológico, refletindo sobre elas, sobre o nexo de sua ideologia e sua característica psicológica e psicossocial, ao tornar isso um problema, dissolve-se assim uma certa ingenuidade do clima social e ocorre uma certa desintoxicação.

Daí, portanto, a relevância de colocar em trabalho essa masculinidade sustentada pelo exercício da virilidade e estabelecida enquanto um padrão sob o propósito de “desintoxicá-las”. Consideramos importante fomentar reflexões quanto ao lugar de regra e universalidade concedido aos homens, segundo o qual as características masculinas estariam em um patamar superior às mudanças e críticas, em oposição ao sempre investigado feminino. Pretendemos

promover, desse modo, a quebra do ciclo de reprodução interminável da ordenação social a partir de uma lógica androcêntrica, pois, como mencionado por Bordieu (1998/2019, p. 24):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.

Subvertemos, assim, o lugar de objeto de pesquisa, colocando em questionamento processos tidos como “normais” a fim de romper com a cristalização de regras sociais controversas que cerceiam a constituição do sujeito homem. Com isso, buscamos compreender: de que forma a construção da subjetividade masculina alicerçada em ideais específicos como virilidade, força e racionalidade se relaciona com a crescente naturalização de manifestações autoritárias direcionadas a grupos externos – ou *out-groups*, como referido por Theodor W. Adorno (1951/2015)? O exercício de uma masculinidade amparada em ideais viris necessariamente culmina em comportamentos de caráter autoritário? Nesse âmbito, como as mudanças sociais relativas ao gênero ocorridas nas últimas décadas podem ter impactado a posição masculina na sociedade e sua tentativa de garantir a segurança do identitário¹ a partir do retorno a uma virilidade que permanece?

Diante dos questionamentos supramencionados, o presente trabalho se ampara em uma pesquisa teórico-bibliográfica, na qual nos dedicaremos à teoria de Sigmund Freud, tendo como base, principalmente, textos como *Totem e Tabu* (1913/2013), *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2021), *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924/2011c) e *O Mal-Estar na Cultura* (1930/2021) para a análise da construção de uma masculinidade a partir da perspectiva psicanalítica. Partindo da leitura freudiana, adentraremos em alguns conceitos abordados por

¹ Ao adotarmos este termo, levaremos em consideração a perspectiva apresentada por Rodrigues (2019, p. 69) de que: “na teoria psicanalítica, ‘identidade’ é aquilo que faz grupo, é onde se apaga a singularidade do sujeito em nome da função de um coletivo”; isto é, trataremos do *identitário* como aquilo que organiza os sujeitos enquanto grupos.

Jacques Lacan, especialmente no que diz respeito às fórmulas da sexuação enquanto análise das posições generificadas a partir das ordenações da linguagem. A partir desse vínculo teórico entre ambos os autores, pretendemos promover melhor compreensão quanto às formações subjetivas possíveis diante do contexto cultural vigente, tendo em mente a necessidade de pensar o sujeito como uma construção que se dá, também, a partir de ideais disseminados no tecido social.

Por fim, objetivando a compreensão da construção de uma subjetividade de caráter autoritário a partir da obra de Theodor W. Adorno, dedicamo-nos especialmente aos *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária* (1975/2019), além de *Antissemitismo e Propaganda Fascista* (1946/2015), *Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista* (1951/2015), *Observações Sobre Política e Neurose* (1954/2015), *Tabus Sexuais e Direito Hoje* (1964/2015), *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita* (1967/2020) e *Educação Após Auschwitz* (1967/2022), levando em conta a interface com a teoria freudiana sobre a qual o autor se debruça. A escolha pelo percurso teórico pautado a partir da perspectiva de Adorno se justifica pela relevância da produção do autor nos estudos em relação à presença de caracteres autoritários nas sociedades modernas, independentemente da adoção de práticas violentas de coerção.

Nas obras supracitadas, o autor realiza um amplo conjunto de trabalhos de investigação com o intuito de realizar um levantamento de tendências subjetivas à adoção de um caráter potencialmente autoritário – mesmo em contextos aparentemente democráticos –, além de descrever mecanismos importantes que operam na construção de uma lógica fascista. A partir desse referencial, portanto, compreendemos a barbárie não como um desvio dos caminhos evolutivos do humano, mas como um estágio necessário no curso do progresso técnico e científico (Bueno, 2017). É importante salientar, como apontado por Adorno (1967/2022, p. 38) que: “Tendências de regressão – ou seja, pessoas com traços sádicos reprimidos – são

produzidas por toda parte pela tendência social geral”. Essa perspectiva justifica o direcionamento indicado por Adorno e Horkheimer (1969/1985) sobre a necessidade de manter uma atitude vigilante quanto às renovações das manifestações autoritárias, preconizando, igualmente, uma contínua renovação das reflexões empreendidas pela teoria crítica em diferentes contextos sociais e históricos.

Nessa direção, o percurso metodológico utilizado no presente trabalho será pautado na ética psicanalítica, segundo a qual se considera o desejo do pesquisador e a associação livre como vias de acesso ao inconsciente, o campo propriamente dito da pesquisa psicanalítica (Iribarry, 2003). Desde seu surgimento, a psicanálise se volta para a investigação da singularidade em detrimento de descrições generalizantes acerca de um determinado fenômeno, jamais buscando uma resposta definitiva ou uma circunscrição total do fenômeno estudado, mas sim a promoção de uma abertura para novas compreensões desse fenômeno (Silva & Macedo, 2016).

Assim, na busca por uma melhor apreensão da singularidade mencionada, a prática da *associação livre* – pela qual se poderia acessar afetos, lembranças e representações recalçadas – proporciona a construção da realidade inconsciente. Esta realidade inconsciente passa a ser tomada pela psicanálise enquanto um aspecto privilegiado, em detrimento da busca por uma realidade dita objetiva. Isto porque:

O fato não existe em si, ele é a representação que o sujeito lhe designa. A narrativa, . . . é endereçada ao analista/pesquisador, que se oferece como um intérprete ao objeto através de sua escuta, baseando-se no caráter empírico da experiência da transferência (Birman, 1992 como citado em Silva & Macedo, 2016, p. 526).

A utilização da técnica da associação livre por parte do analista, portanto, marca o surgimento da clínica psicanalítica que representa, essa mesma, uma investigação propriamente dita. Ao dar uma definição à psicanálise, Freud (1923/1976, p. 287) a caracteriza como:

1. Um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; 2. Um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e 3. Uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo destas linhas, e, que, gradualmente, se acumula numa nova disciplina científica.

A partir da adoção da prática mencionada, foi possível notar a existência do âmbito do *inconsciente*, portanto. Diante dessa conclusão, Freud apontou a ocorrência de uma separação intransponível entre os níveis consciente e inconsciente, evidenciando, assim, a impossibilidade de tratar o conteúdo inconsciente como um objeto da realidade, já que não é possível acessá-lo diretamente (Nogueira, 2004). Esta seria a razão pela qual a pesquisa psicanalítica jamais poderia exigir uma sistematização completa ou exclusiva, levando em conta a imprevisibilidade do inconsciente (Iribarry, 2003).

Nesse ponto, é importante sinalizar que o tema da masculinidade e suas implicações pode ser pensado a partir de outros campos do conhecimento – especialmente no que tange aos estudos de gênero e às ciências humanas, por exemplo –, mas o reconhecimento da dimensão inconsciente propiciado pelas investigações psicanalíticas pode integrar um importante instrumento de apreensão dos fenômenos de massa, justamente devido à relevância dos aspectos inconscientes na construção dessa dinâmica.

Em seguimento, para Freud, a *transferência* corresponde a um fenômeno humano que ocorre nas relações entre os falantes e, por essa razão, não há a separação entre sujeito e objeto na investigação psicanalítica, já que, no contexto da clínica psicanalítica: “o conhecimento ou a experiência da subjetividade humana afeta diretamente ao próprio analista. Quer dizer, o analista, e não só o analisante, sai modificado depois de uma análise” (Nogueira, 2004, p. 90).

Dessa forma, para que haja a pesquisa psicanalítica, é necessário que ocorra o estabelecimento da relação transferencial, afinal, a transferência pode ser apontada como o

campo próprio da experiência psicanalítica (Coelho & Cunha, 2021). Nesse contexto, a transferência pode ser assinalada nas relações estabelecidas pelo pesquisador com a sua investigação teórica, com os autores e, mesmo com os destinatários dessa análise (Iribarry, 2003). A partir do conteúdo acessado por meio da transferência, o material das associações que se produzem, realiza-se uma interpretação que equivale a um engendramento do analista (Coelho & Cunha, 2021; Coelho & Santos, 2012).

Da mesma forma, ao considerarmos o contexto da pesquisa, utilizamos da atividade interpretativa, com o intuito de ir além do que a leitura-escuta propiciou, a partir de novas associações que possibilitem diferentes compreensões da investigação. Assim, levando em conta as preocupações quanto às possíveis arbitrariedades proporcionadas pela ferramenta interpretativa, esta constitui justamente uma das maiores potencialidades da metodologia psicanalítica: “Ao colocar-se de maneira ativa na construção do estudo, deixando-se levar pelo livre fluxo das ideias, o pesquisador é lançado em direção a novas contribuições” (Coelho & Santos, 2012, p. 98).

Diante do exposto, levamos em consideração, especialmente, a interjeição entre sujeito e cultura, tão presente nas análises de Freud e, por conseguinte, de Adorno. É possível, assim, pensar o sujeito como intrinsecamente ligado ao “externo” – ou seja, à cultura –, já que a inserção dos sujeitos na linguagem presume o estabelecimento de laços fundamentais para a manutenção da vida em sociedade. A compreensão da dinâmica pulsional operante na formação de laços sociais – especialmente do funcionamento da pulsão de morte – faz-se indispensável para alcançar a noção de mal-estar na cultura, diante do reconhecimento da existência de uma pulsão de morte e de destruição inerente à condição subjetiva humana – a qual precisa ser controlada e reprimida em prol da estabilidade do pacto social.

Em contrapartida, ao reconhecer a existência de um Outro, este assume uma posição ambígua, representando o primeiro objeto de satisfação e, ao mesmo tempo, uma presença hostil

e ameaçadora – daí a origem do termo *Unheimlich* para Freud (Fuks & Rudge, 2018). Esse fenômeno, por seu turno, revela-se importante para a compreensão dos mecanismos operantes na definição de grupos coesos e, como consequência, na: “. . . estigmatização da diferença, impulsionada pela incapacidade de compreensão e aceitação dos próprios conteúdos pulsionais do sujeito” (Bueno, 2017, p. 492).

Similarmente, outro importante conceito a ser explorado ao longo deste trabalho compreende a noção de identificação. Como apontado por Rosa (2004, p. 333): “a identificação, um fenômeno habitualmente tomado como individual, é trabalhada de forma integrada à formação do ideal do eu e ao funcionamento do sujeito nos grupos e instituições”. Sendo assim, ao retomar a teoria freudiana, buscamos compreender de que maneira se dá o estabelecimento de ideais que articulam narcisismo e sociedade, evidenciando a ligação essencial entre sujeito e cultura.

O que se observa, portanto, como já assinalado desde os meandros da elaboração da teoria psicanalítica, é a ocorrência de uma indissociabilidade dos âmbitos subjetivo e cultural, demarcando uma: “. . . transindividualidade primordial do inconsciente: para além das marcas libidinais que recebe de seus próximos, o sujeito é marcado, de forma indelével, por representações sociais e políticas de seu tempo” (Fuks & Rudge, 2018, pp. 1-2). Assim, as ferramentas conceituais tomadas a partir da psicanálise podem servir como importantes operadoras na investigação e compreensão de determinados ideais masculinos e sua suscetibilidade a traços autoritários, como proposto no presente trabalho.

Em adição às reflexões acima mencionadas, faz-se importante pensar a psicanálise a partir da observação de mudanças históricas e político-sociais, já que a construção da teoria psicanalítica não se dissocia da prática clínica, onde se observam amplamente os efeitos de tais reelaborações do pacto social (Fuks & Rudge, 2018). Isto partindo do princípio de que as formações reativas sintomáticas possam ser compreendidas como produtos de um aspecto

social problemático em determinada conjuntura histórica, como mencionado por Rosa (2004, p. 339): “sintomas refletem uma organização subjetiva que contém uma mensagem e sinaliza processos sociais e particulares de sua forma de advir como sujeito”. Retomando Freud (1930/2021), compreendemos a psicanálise como sempre inacabada e pronta para modificar ou deslocar a ênfase de suas teorias, abrindo possibilidades de uma agência criativa na própria elaboração desta.

Diante do exposto, notamos que o arsenal metodológico psicanalítico assume importante papel na compreensão de fenômenos sociais e políticos ao trazer o âmbito do inconsciente para suas considerações. Desse modo, é possível mencionar os estudos de gênero como possível campo de aplicação da investigação psicanalítica, já que compreende o exame de construções essencialmente subjetivas – tema primordial abordado pela psicanálise.

Compondo os principais expoentes das discussões de gênero, psicanálise e feminismo já promoviam debates sobre o tema antes mesmo que o conceito tomasse as dimensões observadas na atualidade (Vieira & Lago, 2020). Os estudos ao redor dessa temática compreendem a importância de pensar as relações de gênero pautada por certos ideais e normas – constituídos arbitrariamente ao longo da história humana – a partir de uma ótica que conteste a cristalização destes últimos e que permita a ampliação das expressões do desejo humano, minimizando o sofrimento psíquico gerado por sua interdição, como apontado por Vieira e Lago (2020, p. 13):

Os estudos feministas inicialmente e depois os estudos de gênero sempre estiveram alinhados com movimentos de busca da ampliação e inclusão das diversidades, daqueles que eram invisibilizados por suas sexualidades “desviantes” e/ou ditas abjetas. Fruto desta luta surgiram diálogos com a psicanálise desde Freud, pois a psicanálise oferecia ferramentas para pensar a constituição da subjetividade, os processos de submissão e de identificação a padrões de gênero.

Sendo assim, um estudo que aborde a questão da masculinidade a partir do questionamento de construtos sociais considerados naturais, pode contribuir para a desestabilização de processos que produzem sofrimentos em um nível individual, mas também coletivo. Em um movimento de reiteração próprio da psicanálise, as pesquisas sobre gênero e as temáticas que orbitam ao seu redor contribuíram para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de conceitos teóricos, confirmando a importância da aplicação do método psicanalítico em estudos do campo social e político.

Ademais, tendo em vista que o método psicanalítico – pautado em premissas adotadas em seus procedimentos clínicos – considera as diretrizes de sua metodologia como uma possibilidade de produzir singularidades em detrimento de uma universalização das técnicas (Iribarry, 2003), estabeleceremos uma relação entre a metodologia já citada e o procedimento do *primado do objeto* adotado por Theodor Adorno. Segundo essa perspectiva de origem materialista, o sujeito de uma pesquisa poderia constituir um objeto diante de outro referencial; por outro lado, o objeto seria o que é determinado pelo sujeito, apreendido conceitualmente e, também, existente em si próprio (Maar, 2006), isto é, compreende a noção de que “a objetividade pressupõe o sujeito e que não há subjetividade sem objeto” (Santos, 2019, p. 266).

Isto posto, consideraremos de acordo com Maar (2006, p. 141) que: “o próprio objeto tal como se apresenta como objeto instituído pelo sujeito transcendental, não se encontra fora da história, mas resulta de um processo produtivo efetivo no trajeto da própria objetividade histórica do sujeito”. A partir desse prisma, portanto, compreendemos tanto o sujeito quanto o objeto como histórica e socialmente constituídos, inseridos em um contexto específico, dissolvendo a pretensa universalidade do sujeito, como apontado por Santos (2018, p. 269):

A relação entre sujeito e objeto se modifica quando a objetividade em questão é social: o objeto não é mais aquele ser imediato, totalmente separado, elemento que deve ser

apreendido pelo sujeito, assim como o sujeito não é mais o a priori do objeto, que o dota de sentido e objetividade.

Amparado nessa perspectiva, Adorno aponta o conjunto de aparências lógicas que revestem as contradições sociais, sob o aspecto de produções meramente subjetivas, enquanto as define como contradições objetivas estabilizadas em um determinado padrão (Santos, 2019). Desse modo, buscamos a utilização dessa perspectiva como uma tentativa de garantir um momento especulativo orientado em direção ao objeto, já que: “. . . esse primado só poderia ser alcançado pela reflexão a partir da objetividade social, segundo as distinções entre essência e aparência que marcam a sua lógica específica” (Santos, 2019, p. 270).

Com base nos referenciais supracitados, tendo em mente a necessidade de levantar processos contemporâneos envolvidos na construção das subjetividades masculinas – com o intuito de compreender seus possíveis desdobramentos quanto caráter autoritário, por exemplo – utilizaremos um referencial de imagens retiradas de páginas de redes sociais pertencentes a grupos disseminadores de ideais masculinistas como representações das reflexões empreendidas. Isto levando em conta a seguinte afirmação de Terra (2020, p. 10):

Na medida em que ampliam seu alcance, as redes sociais produzem efeitos cada vez mais significativos sobre a constituição do indivíduo, tornando os dispositivos tecnológicos especialmente interessantes para investigar a composição do quadro social contemporâneo, e de modo mais específico, as relações e produções de sentido entre indivíduos, no processo de constituição de si.

Nesse sentido, as imagens utilizadas em ampla divulgação por meios virtuais também podem ser consideradas a partir da dinâmica da transferência acima mencionada, na qual as redes sociais passam a exercer o papel do Outro da cultura, fornecendo traços de identificação capazes de exercer influência na formação subjetiva dos sujeitos. Como pontuado por Braunstein (2010, p. 158):

A Internet opera frequentemente como agente ou semblante que se dirige ao sujeito e lhe propõe as opções de *significantes uns* (S1) que o representarão mediante a criação de comunidades virtuais em que não é necessário pôr o corpo e nas quais a imagem pode ser ajustada à vontade.

Em referência a Lauretis (1984), Zanello (2018) indica a existência das *tecnologias de gênero*, cujo papel consiste em não apenas afirmar um sistema de diferenças amparado em um referencial binário e em oposição, mas também em reproduzi-lo reiteradamente. A principal frente contemporânea de tais tecnologias, segundo a autora, é constituída pelas mídias, como filmes e propagandas, por exemplo, dentre os quais também se faz possível elencar as mídias sociais, já que: “Elas [as tecnologias de gênero] interpelam scripts culturais (do tornar-se pessoa homem ou mulher, em nossa cultura), performances de gênero, e ocorrem em múltiplas esferas que vão desde as produções simbólicas midiáticas a regras dos comportamentos da vida cotidiana” (Zanello, 2018, p. 56).

Ademais, tendo como base uma reflexão pautada na teoria adorniana, também é indispensável considerar a influência exercida pela divulgação desses modelos ideais – a partir do uso de imagens e textos que exaltam o masculino viril e tradicional – no estabelecimento de um modelo autoritário, considerando que se fazem presentes, inclusive, em meios considerados tão amplamente “democráticos”, como se pode pensar das redes sociais na contemporaneidade.

A partir desse panorama e das ferramentas descritas, portanto, almejamos compreender de que maneira o exercício de uma masculinidade amparada em ideais viris se relaciona ao desenvolvimento de traços autoritários e à conseqüente naturalização de suas expressões, além de analisar as mudanças ocorridas nas últimas décadas responsáveis pela produção de uma instabilidade no lugar de privilégio ocupado pelos homens e seus principais desdobramentos na produção desse mal-estar no âmbito masculino. Para tanto, no primeiro capítulo realizamos uma abordagem acerca do conceito de masculinidade e sua apreensão enquanto categoria de análise

ao longo da história, levando em conta os processos constitutivos que unificam a categoria “masculino” sob determinados signos culturais, além de relacionar as observações empreendidas às imagens coletadas em redes sociais de teor masculinista. Nessa direção, também efetivamos nesse capítulo uma abordagem da constituição da masculinidade a partir da ótica psicanalítica, levando em conta a pertinência de tais reflexões para a compreensão das formações subjetivas, sobretudo no que diz respeito à sexualidade.

Ao longo do segundo capítulo, procedemos com uma reflexão quanto à teoria dos discursos em Lacan a partir da perspectiva das influências sociais no estabelecimento de posições sociais pautadas pelo gênero, além de termos retomado as fórmulas da sexuação, cuja formalização constitui um dos principais avanços do autor dentro da teoria psicanalítica. No terceiro capítulo, por conseguinte, tratamos do conceito de personalidade autoritária para Adorno, levando em conta o contexto da atualidade a partir de uma lógica neoliberal, considerando, em particular, as relações entre os modos de subjetivação nesse contexto e a construção das subjetividades masculinas alicerçadas em um ideal viril.

Dessa forma, pretendemos promover uma reflexão quanto às influências da categorização e hierarquização dos gêneros nessa conjuntura – especialmente no tocante à posição masculina. Por fim, no decurso das considerações finais, empreendemos uma reflexão quanto aos conceitos apreendidos ao longo da pesquisa, além de promover uma costura teórica quanto à posição masculina viril e os possíveis vínculos observados entre a assimilação desta e o desenvolvimento de uma subjetividade marcada por traços autoritários.

1 MASCULINIDADE VIRIL

A masculinidade viril tem sido historicamente apresentada como a característica fundamental e, por vezes, inata – ou seja, de caráter biológico – necessária ao reconhecimento de um sujeito como homem. Em uma aglutinação de características presentes nessa categorização, algumas se sobressaem com maior destaque: distanciamento das próprias emoções, agressividade, dominação, não sinalizar fraquezas e se afastar o máximo possível de identificadores considerados femininos. De forma sucinta, ser homem seria negar, essencialmente, o feminino. A promoção de um modelo hiperviril, desmatriciado e desfeminizado pode ser considerada a origem de uma dupla violência que se constitui na agressão aos outros e a que se volta contra o próprio sujeito (Badinter, 1993), além de promover um mal-estar acerca do reconhecimento diante das exigências severas do sujeito homem para que se considere como tal:

O mimetismo dos homens seria um mimetismo de violências: (1) violência inicialmente contra si mesmo; (2) violência - guerra contra os outros. Em suma: são construções que passam por ideais de uma virilidade fabricada, sempre no imperativo - dever de ser homem - e no negativo - de não se assemelhar às mulheres (Badinter, 1993; Welzer-Lang, 2001 como citado em Windmöller & Zanello, 2016, p. 439).

Esse ideal masculino, vigente mesmo depois de séculos, é responsável por engendrar os homens em uma batalha constante contra si mesmos e contra a fragilidade que os espreita: “Embora agora se saiba que os homens têm as mesmas necessidades afetivas que as mulheres, o estereótipo masculino lhes impõe sacrifícios e a mutilação parcial de seu lado humano” (Badinter, 1993, p. 134). Ainda, como apontado por Bordieu (1998/2019), o privilégio masculino resulta em uma tensão constante imposta a todo homem diante do dever de confirmar a sua virilidade a todo e qualquer momento.

A constante solicitação de provas de uma virilidade decorre, portanto, da necessidade de exibição de seu gênero, ao mesmo tempo em que há a ausência de provas concretas e definitivas para tal. Nesse contexto, a referência ao “verdadeiro homem” como definição do sujeito viril presume algum tipo de “falso homem” diante do qual os deveres, provas e provações passam a constituir um laborioso encargo a se cumprir para se tornar homem (Badinter, 1993). Esse processo laborioso, por sua vez, pode ser apontado como o princípio de uma enorme fragilidade, pautada por uma vigilância incessante, estando em consonância com a proposição de Bordieu (1998/2019, p. 89) de que: “Tudo concorre, assim, para fazer do ideal impossível de virilidade o princípio de uma enorme vulnerabilidade”.

Como pode ser observado nas Figuras 1 e 2 a seguir, oriundas de uma página defensora de ideais masculinistas que conta com uma comunidade de mais de 250 mil seguidores, a manutenção da masculinidade “verdadeira” exige um esforço constante dos homens, considerando a exibição da força – aqui confundida com a própria força física – a “única opção” na vida destes:

Figura 1

Força e masculinidade.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CezPmz5uREg/>

Figura 2

Tornar-se homem.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CepECcEudMM/>

Segundo Badinter (1993), homens heterossexuais e homossexuais passam por dois processos de mutilação psicológica: por um lado, a amputação da feminilidade para o *homem duro* e a ausência de virilidade para o *homem mole*; este último pode ser definido como o sujeito que, por vontade própria, renuncia aos privilégios masculinos que a ordem patriarcal o confere. Já o *homem duro* seria considerado o “catálogo dos piores estereótipos masculinos” (Badinter, 1993, p. 131), incorporando características como a agressividade, a obsessão pelo desempenho sexual e a incapacidade em se engajar em relações com outras pessoas.

Nesse contexto, a tentativa de atingir uma determinada totalidade sobre-humana acaba por assemelhar os homens às máquinas: sem sentimentos e fragilidades, atingindo um estado de pura produtividade. Notamos, assim, que virilidade sexual e virilidade laboral se encontram extensivamente associadas, em um contexto no qual se define a primeira comumente com metáforas laborais associadas a certa “performance” ou “desempenho”. A aproximação do ideal

de corpo masculino a uma máquina compreende igualmente as relações sexuais, das quais se espera de todo “homem de verdade” uma excelência de desempenho (Zanello & Gomes, 2010).

Partindo dessa perspectiva, também é possível ponderar acerca da busca por um determinado ideal de corpo que seja capaz de atestar essa excelência produtiva por meio de músculos aparentes, por exemplo, o que conduz a uma associação irremediável de um corpo musculoso a um corpo másculo. Assim como observamos nas imagens apresentadas anteriormente, além de uma indissociabilidade entre a “força” exigida de um homem e a exibição de força física, também fica evidenciado um certo aspecto caricatural consequente dessa conexão. A partir de Freud (1924/2011c, p. 191) é possível atestar as associações entre os mecanismos para lidar com a pulsão de morte e a exibição de uma musculatura desenvolvida sob o pressuposto da dominação:

A libido encontra nos seres vivos (multicelulares) o instinto de morte ou destruição que neles vigora, que busca desintegrar este ser e conduzir cada um dos organismos elementares ao estado de inorgânica estabilidade (ainda que esta possa ser apenas relativa). Ela tem a tarefa de fazer inócuo esse instinto destruidor, e a cumpre desviando-o em boa parte – e logo com ajuda de um sistema orgânico particular, a musculatura – para fora, para os objetos do mundo exterior. Então ele se chamaria instinto de destruição, instinto de apoderamento, vontade de poder.

Outro aspecto importante dessa associação de um corpo musculoso capaz de exercer domínio físico a um signo viril pode ser observado nas continuidades entre tais aspectos da virilidade e alguns interesses primordiais do capital: tendo em mente que a intensificação da sexualidade, como importante definidor de uma certa virilidade, tem como finalidade última a reprodução humana, faz-se possível estabelecer uma relação desse processo à produção de força de trabalho.

Por outro lado, a produtividade como aspecto laboral também se constitui um importante mobilizador de um modelo produtivo que atenda às exigências da produção em massa. Ademais, também são frequentes as relações entre a qualidade das posses de um sujeito e sua capacidade produtiva, portanto, sua virilidade laboral, evidenciando a marca de consumo que envolve uma demonstração plena de dominação – esta referenciada, por exemplo, ao modelo do pai da horda freudiano segundo o qual a posse, das mulheres da tribo e das melhores terras, seria um importante marcador de poder (Freud, 1913/2013). De acordo com Zanello e Gomes (2010, p. 247): “para ser homem ‘de verdade’, há que ser duro, decidido, fálico, ativo, forte, viril. A chancela dessa virilidade, em nossa sociedade capitalista, aparece através da riqueza acumulada, conquistada”.

A partir dessa conjuntura, fica evidente a ligação entre a hegemonização de certo tipo de expressão viril e os interesses do modelo capitalista já que, segundo os apontamentos de Kimmel (2016), a masculinidade do “homem de mercado” exige provas a partir da aquisição de bens tangíveis que passam a constituir os denominadores de sucesso. Os autores supracitados podem ser relacionados ao pensamento de Bordieu (1998/2019, p. 35) dado que este último afirma que:

Ao fazer intervir o dinheiro, certo erotismo masculino associa a busca do gozo ao exercício brutal do poder sobre os corpos reduzidos ao estado de objetos e ao sacrilégio que consiste em transgredir a lei segundo a qual o corpo (como o sangue) não pode ser senão doado, em um ato de oferta inteiramente gratuito, que supõe a suspensão da violência.

Nota-se, a partir dessa perspectiva, a influência do ideal de masculinidade promovido no contexto neoliberal, no qual se privilegia a racionalidade e a exibição da força de trabalho ou da qualidade das posses como marcadores importantes de uma certa virilidade. Sabe-se, todavia, que o estado de totalidade almejado pelos excessos fantasiosos da máquina viril

contrasta intensamente com o que se faz possível para o homem comum, cuja tensão acaba por suscitar nos homens uma sensação de incompletude e, “para lutar contra o permanente sentimento de insegurança, alguns acreditam encontrar remédio na promoção da hipervirilidade” (Badinter, 1993, p. 137). Diante dessa observação, consideramos a violência direcionada a grupos externos como uma manifestação desse conflito interno redirecionado aos possíveis alvos de sua descarga.

No que tange ao controle da sexualidade alheia, por exemplo – outro marcador amplamente observado no exercício de uma certa virilidade –, é possível notar que grupos de homens homossexuais são alvos constantes dessa violência viril, visto que representam a assunção de um aspecto constantemente rejeitado pelo *homem duro*: a presença da feminilidade em corpos masculinos. Assim, como apresentado por Welzer-Lang (2001 como citado em Windmüller & Zanello, 2016, p. 439):

. . . dá-se uma aprendizagem viril que se constrói no paradigma homofóbico. Ou seja, a discriminação contra as pessoas que mostram, ou apresentam, algumas características atribuídas ao outro gênero. Isso garante aos ‘grandes homens’ privilégios à custa das mulheres (como todos os homens), mas também à custa dos próprios homens – ‘próprios pares’. Nesse duplo poder estruturam-se as hierarquias masculinas.

Já no início do século XX, Freud (1908/2021) aborda as implicações de uma moral sexual cultural demasiadamente restrita, indicando que os danos causados por tais sacrifícios colocariam em xeque a meta cultural final. O autor aponta ainda para a existência de uma “dupla” moral em vigência, levando em consideração a incompatibilidade das exigências – e de sua averiguação posterior – quando comparando homens e mulheres:

De acordo com a experiência, ele [o homem em idade mais madura] se serve agora, com bastante frequência, embora em silêncio e com relutância, desse quinhão de liberdade sexual que lhe é concedido, mesmo pela ordem sexual mais rigorosa; a ‘dupla’ moral

sexual válida para o homem em nossa sociedade é a melhor confissão de que a própria sociedade que promulgou os preceitos não acredita em sua viabilidade (Freud, 1908/2021, p. 82).

Ao conduzir o pensamento em direção à elaboração que, posteriormente culminaria no conceito de mal-estar (Freud, 1930/2021), o autor já deixaria a indicação de certa impossibilidade no cumprimento dos ideais sexuais, cujas demandas são amplamente associadas às causas das neuroses propriamente ditas:

A maioria dos homens fica muito atrás do ideal masculino e que todos os indivíduos, graças à disposição bissexual e à herança genética cruzada, reúnem em si caracteres masculinos e femininos, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto (Freud, 1925/2011e, p. 298).

Dadas as dificuldades em sustentar tal imagem ideal generificada, as relações sustentadas com as mulheres tendem a se distanciar de um envolvimento sentimental, sob pena de perda da virilidade, enquanto as relações com outros homens ocorrem sobretudo em um terreno propriamente masculino: o terreno dos combates. A provação da virilidade, portanto, compreende a exigência para que o homem manifeste brutalidade, explore as mulheres e tenha relações rápidas e agressivas (Badinter, 1993).

Não obstante, apesar da potência sexual ser considerada um importante marcador para a identificação viril, esta ainda presume algum tipo de fragilidade do homem, de maneira que, ao atingir esse estado de virilidade pura, mesmo a sexualidade deixa de ser prazer e passa a ser considerada uma ferramenta, um instrumento da sua performance: “O macho em estado puro não tem mais nada de humano, nem mesmo o sexo, que é a parte mais frágil e incontrolável do homem” (Badinter, 1993, p. 136).

Ainda de acordo com Badinter (1993), a configuração hierárquica dos gêneros produz uma impressão de que o homem atinge a categoria de sujeito universal, o representante ideal da

humanidade por ser portador de algo a mais que é ignorado pelas mulheres, mas que justifica sua posição de superioridade em relação a estas. Assim, a busca pelas insígnias da masculinidade leva os homens a alicerçarem a sua certeza de superioridade nas diferenças anatômicas em relação aos corpos femininos, como aponta Bordieu (1998/2019, p. 44):

. . . são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com o princípio dessa visão.

Nesse ponto, duas correntes principais podem ser apontadas como importantes argumentos a favor dessa conjuntura: o modelo da semelhança entre os sexos – ou *one sex model* – e o modelo da oposição entre eles. O *one sex model* presume que as mulheres teriam o mesmo órgão genital que os homens, porém no interior do corpo, configurando uma oposição ao padrão de perfeição masculina – e, portanto, menos perfeita (Badinter, 1993). Importante observar, assim, que o gênero como definição dos papéis sociais e da posição na hierarquia patriarcal tinha mais importância em comparação ao sexo biológico.

A partir do fim do século XVIII, por sua vez, passou-se a defender um novo modelo de distinção radical entre os sexos a partir de uma base biológica: “É o triunfo do dimorfismo radical. Ao contrário do modelo precedente, agora é o corpo que surge como real, e suas significações culturais são epifenômenos. A biologia torna-se o fundamento epistemológico dos preceitos sociais” (Badinter, 1993, p. 9). Desse modo, os papéis sociais relacionados aos sexos ficam bem definidos dentro dessa heterogeneidade: aos homens cabe o domínio da esfera pública, enquanto às mulheres delegou-se a gestão do espaço doméstico – já que “biologicamente” elas seriam encarregadas da função maternal.

Importante notar que, em ambas as perspectivas, o homem ainda é tomado como critério de comparação, a referência a partir da qual se situa a mulher – esse outro estrangeiro e

incompreensível (Badinter, 1993) –, embora uma observação mais criteriosa fosse suficiente para concluir que, ao contrário, é em relação ao feminino que o masculino se estrutura, primordialmente como negação: ser homem é não ser mulher/feminino. Como argumenta Kimmel (2016, p. 106):

Quaisquer que sejam as variações de raça, classe, idade, etnia ou orientação sexual, ser um homem significa *não ser como as mulheres* [grifo do autor]. Essa noção de antifeminilidade encontra-se no coração de conceitos históricos e contemporâneos de masculinidade, portanto masculinidade é definida mais pelo que o indivíduo não é do que pelo o que ele de fato é.

Ainda, conforme Badinter (1993), a história demonstra que a masculinidade é assolada por crises em momentos de redefinição da identidade feminina, evidenciando seu vínculo de referência em relação ao feminino. Outro importante aspecto a ser levado em conta diante dessa dinâmica compreende a necessidade de subjugar outras formas de expressão da sexualidade – as quais não sejam masculinas e viris – para garantir a manutenção da definição hierárquica e dos privilégios masculinos que dela decorrem; daí a perturbação na esfera do masculino em momentos nos quais essa configuração é amplamente questionada.

A partir do final do século XX, com a reformulação dos pontos de referência masculina, especialmente a partir das reivindicações do movimento feminista da década de 1970, constatou-se uma dificuldade na definição da categoria homem – já que sua ilusão de unidade é mantida pela expressão de uma virilidade que passa a ser questionada (Badinter, 1993). Ao promover a inserção de mulheres em lugares onde antes predominava a presença masculina, a suposição da superioridade dos homens utilizada como justificativa para a dominação é abalada. A partir das décadas de 1950 e 1960, uma interpretação mais complexa acerca dos papéis de gênero foi aperfeiçoada, sendo reforçada por uma distinção entre sexo biológico e gênero (Forth, 2013).

Nesse cenário, o patriarcado passou a ser considerado tão nocivo para os homens quanto para as mulheres. Tomando como referência um argumento do psicólogo Joseph H. Pleck, Forth (2013, p. 157), afirma que: “o ideal do papel sexuado masculino era completamente ilusório, e exercia uma pressão considerável sobre os meninos que deviam dar provas ao mesmo tempo de força física, proezas sexuais e capacidade de exercer o poder”. Observamos, portanto, que o ideal masculino passou por um período de transição no qual a demonstração de força física, a impulsividade e a agressividade foram substituídas por uma concepção moderna do comportamento masculino, envolvendo majoritariamente características como o autocontrole e o sucesso econômico. Com as mudanças ocorridas especialmente a partir da Revolução Industrial e da passagem para a era moderna, as características relacionadas ao ideal masculino passam a ser compreendidas como uma extensão da capacidade produtiva das máquinas.

A partir dessa perspectiva de supervalorização da racionalidade e da produtividade, o corpo passou a ser indicado como a fonte mais íntima do feminino: “. . . lugar da desordem das paixões e dos prazeres dos sentidos, ao mesmo tempo como o chamamento da vulnerabilidade, da animalidade e da mortalidade do homem” (Forth, 2013, p. 173). A oposição binária entre masculino e feminino, portanto, passou a ser equivalente à oposição entre corpo e mente: o primeiro como lugar das fragilidades e limitações, o segundo como pura racionalidade desencarnada.

Do mesmo modo, a cisão entre os espaços públicos como inerentes ao domínio masculino, enquanto o ambiente privado seria restrito às mulheres, acabou por promover uma cisão da psique do sujeito homem ao produzir um eu público moral e racional, enquanto as paixões ficavam restritas ao eu privado (Forth, 2013). Isto porque o aspecto biologizante da diferença sexual produz a sensação de naturalidade diante de esquemas arbitrários que se impõem sobre os corpos socializados e os revestem de significação social, estabelecendo assim um modelo de percepção de coisas e de atividades – não apenas sexuais – irremediavelmente

ordenado a partir de um sistema de oposições hierarquizantes e relativas aos gêneros, como alto/baixo, em cima/embaixo, duro/mole, etc. (Bourdieu, 1998/2019). Segundo Bourdieu (1998/2019, p. 22):

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram diferenças de natureza inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo, em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo.

Por outro lado, a feminização do outro também serviu historicamente como um artifício de dominação no contexto colonial à medida que se pressupunha uma inferioridade de povos dominados diante da ótica da masculinidade cultuada pelos colonizadores – do mesmo modo que as oposições corpo e mente, público e privado, a oposição colonizados e colonizadores também se fez equivalente à oposição entre feminino e masculino. Atribuía-se a necessidade de dominação das colônias à incapacidade dos povos originários em se encaixar nas normas colonizadoras, o que evidencia antes um: “reconhecimento deformado e desvalorizado de um ideal de masculinidade de outra natureza” (Krishnaswamy, 1998, p. 6 como citado em Forth, 2013, p. 178).

O apontamento de um déficit viril que justificasse a subordinação de povos colonizados serviu, portanto, como uma ferramenta para a reprodução de uma masculinidade viril aos moldes dos colonizadores, já que os homens escravizados eram classificados como incapazes, dependentes e desamparados e, por conseguinte, menos viris e excluídos da completa masculinidade (Kimmel, 2016). Desse modo, foi possível garantir a reprodução de um modelo viril correspondente ao exibido pelos colonizadores, levando-nos a considerar que a lógica da colonização também opera a nível subjetivo, guiada pelo desejo de dominação. A

masculinidade permeada pelo ideal viril, portanto, já apresentaria o aspecto da dominação desde as maneiras utilizadas para garantir a sua reprodutibilidade. Em contrapartida, apesar desse cenário favorável à manutenção de uma hegemonia masculina, alguns autores apontam a ocorrência de certa “crise” da virilidade cuja elaboração ainda é fonte de controvérsias. Sendo assim, debruçaremos-nos sobre essa questão no subcapítulo a seguir.

1.1 Crise da virilidade

Ao abordar o conceito de crise, Forth (2013) indica como este pressupõe um estado anterior de estabilidade – o que não parece ter ocorrido com a masculinidade. Diante das mais variadas crises sociais e econômicas ao longo da história, a marca viril pode ser observada em diversos contextos, sempre associada aos sujeitos reconhecidos como homens, porém nunca sem apresentar algum tipo de instabilidade. Os momentos de crise no âmbito masculino remontam ao período da Antiguidade, no qual o medo da introjeção de características capazes de “amolecer” a virilidade já aparecia como uma preocupação.

De outro modo, essa crise da virilidade parece estar mais relacionada às mobilidades sociais relacionadas aos gêneros, diante das quais: “os homens ‘ofendidos’ estariam dispostos a lutar para reencontrar e reafirmar os privilégios que acompanham seu estatuto” (Robinson, 2000, p. 10 como citado em Forth, 2013, p. 181). Na busca pela reafirmação de uma virilidade constantemente questionada, observa-se uma tendência à assunção de riscos pelos homens e uma negação da vulnerabilidade que os anula, invalida e rescinde - inclusive, da busca por ajuda médica, por exemplo. As Figuras 3 e 4 a seguir, retiradas de páginas de redes sociais de teor masculinista, ilustram as exigências feitas aos homens para que sejam, inclusive, capazes de doar a própria vida, caso lhes seja solicitado, como demonstração de força e merecimento de respeito e reconhecimento:

Figura 3

Homens fortes.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CeXK5yaur1n/>

Figura 4

Masculinidade e sacrifício.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CePPRIToy4p/>

A partir dos modelos interpelados nas imagens apresentadas, consideramos que, não por acaso, os homens constituem os sujeitos mais predispostos ao suicídio quando comparados ao grupo das mulheres. Isso porque:

As agressões sofridas nos espaços de socialização; o distanciamento dos pais como símbolo de uma emancipação identitária; o silêncio e o isolamento que denotam a autossuficiência são posturas que levam os homens ao sofrimento psíquico, o que pode culminar na manifestação do comportamento suicida (Santos & Castejon, 2016 como citado em Baére & Zanello, 2020, p. 3).

Como efeito dessa dinâmica, Forth (2013) aponta que a crise não pertence à masculinidade em si, mas aos homens que se encontram nesse estado de crise por adotar certas formas de masculinidade. Isso dado que o referencial para o ideal viril, mesmo passando por algumas adaptações ao longo da história, parece manter o núcleo principal sobre o qual se constitui e se adapta.

Levando em consideração os aspectos de incorporação de características das masculinidades subjugadas como uma ferramenta de manutenção do domínio, é importante observar como as formas de virilidade tradicionais recuaram em detrimento de uma forma mais moderna e contida – pautadas pelo ideal do homem de mercado – em determinado momento, evidenciando interações e mudanças entre esses dois polos que não correspondem, necessariamente, a recortes históricos bem definidos. De acordo com Forth (2013, p. 183):

Longe de se encadearem de maneira sequencial, como sugeria a linearidade de um movimento que iria da tradição à Modernidade, estes modelos de masculinidade “dura” e “doce” misturam os seus discursos e sustentam ligações dialéticas, cada um deles vendo momentos históricos diferentes corrigir o outro.

Igualmente, a partir do momento em que o sujeito masculino é concebido como sujeito universal e, portanto, como sinônimo de nação, qualquer transformação nos ideais dominantes

de gênero também afeta o corpo político. Nesse cenário, a crise pode ser definida como uma condensação e deslocamento dos discursos vigentes dessa masculinidade nacional, que acaba por promover uma gama diversificada de mudanças (Forth, 2013). Por conseguinte, a evocação dessa virilidade ameaçada ocorre como reação às inquietações diante do receio da perda de uma “verdadeira masculinidade”.

Ressaltamos, portanto, que as características comumente associadas ao ideal de masculinidade não decorrem de características biologicamente predeterminadas, mas de uma construção social inscrita na cultura, na linguagem e nas imagens, responsável por influenciar o comportamento masculino. Assim, pode-se dizer que a crise da virilidade tem se tornado um processo endêmico, atravessado por questões como a guerra, a relação com o sexo feminino e a potência sexual, por exemplo. Aqui destacam-se as duas grandes guerras ocorridas no século passado como sendo o maior auge e, ao mesmo tempo, o momento de maior exposição da fragilidade de tal virilidade. De acordo com Courtine (2013, p. 9): “. . . sua militarização [da nação] vai conhecer com a guerra o seu apogeu trágico: a devastação dos corpos solapa o mito militar-viril e inscreve a vulnerabilidade masculina no coração da cultura sensível”.

Além desse abalo, a crise também atinge o campo do trabalho por meio da desapropriação de grande número de empregos por maquinários, a crise global da economia na década de 1930 e a: “. . . submersão das energias viris pelo crescimento dos conformismos e da burocracia na sociedade urbana de massa” (Courtine, 2013, p. 10). O avanço do movimento feminista também pode ser apontado como responsável por questionar ainda mais profundamente essa posição de privilégio por meio da sua busca por igualdade entre os sexos.

Á vista disso, torna-se possível pensar um paradoxo presente na discussão da virilidade, haja vista que o século XX foi marcado por um “embrutecimento” da sociedade devido às guerras, mas, por outro lado – por conta de mudanças sociais, políticas e culturais –, também ocorreu nele uma reformulação das identidades sexuais, promovendo cada vez mais uma

perspectiva de igualdade entre os sexos. Todavia, as formas tradicionais de dominação masculina – por meio do uso da violência, por exemplo –, embora amplamente combatidas socialmente, passaram a se fazer presentes sob um aspecto muito mais insidioso.

A pluralidade decorrente desse processo, verificada anteriormente nos métodos da masculinidade hegemônica, denota, assim, o caráter astucioso do processo de poder estabelecido nessas dinâmicas, cujas hierarquias podem ser pensadas como configurações relativas às categorias de gênero, raça e classe. À luz dessas observações, é possível relacionar a estrutura em que se organiza a esfera da masculinidade às estruturas observadas na formação de massas totalitárias. Para tanto, consideramos indispensável nos debruçarmos sobre as dinâmicas presentes no processo de formação de grupos a partir das considerações freudianas presentes em *Totem e Tabu* (Freud, 1913/2013). Para tanto, antes será necessário empreender uma investigação acerca da masculinidade a partir da ótica psicanalítica.

1.2 Uma leitura psicanalítica das masculinidades

Ainda que os estudos sobre as especificidades da posição masculina tenham permanecido em segundo plano nas investigações psicanalíticas quando comparados aos estudos acerca do feminino – o que pode ser atribuído à assimilação do masculino enquanto padrão universal –, a psicanálise pode ser indicada como responsável por trazer à tona a importância da sexualidade para a formação psíquica subjetiva (Ambra, 2021). Partindo desse panorama, por conseguinte, faz-se indispensável abranger os meandros do complexo de Édipo, dada a importância do conceito para o campo psicanalítico.

Freud (1908/2015, p. 397) toma posse da elaboração trágica do Édipo – em um primeiro momento, definido como o “complexo nuclear da neurose” – enquanto tentativa de dar conta de um impossível de dizer, articulando a questão em torno do trauma sexual e dos excessos

vivenciados no encontro com o Outro. Na infância, as investigações acerca de enigmas, como de onde viriam os bebês ou qual seria a origem da diferença entre os sexos, se apresentam como teorias sexuais infantis: a atribuição do pênis a todas as pessoas, homens ou mulheres; a teoria de que o bebê deve ser evacuado como um excremento; a atribuição de um sadismo ao coito (Freud, 1908/2015). Todas essas concepções resultam do empreendimento para desvendar a origem, a fundação, e se encontram intrinsecamente relacionadas ao processo de desenvolvimento psicosexual do complexo de Édipo.

Ao se orientar nessa direção, por conseguinte, o autor demonstra a tentativa de lidar com o outro impossível do gozo absoluto, ao atribuir a sua impossibilidade à ação do pai proibidor: a impossibilidade de tomar posse do objeto proibido, de consumir o gozo incestuoso, é referida ao risco da castração como um castigo real – formulação produzida diante da observação do genital feminino e da constatação visual da ausência de pênis nas mulheres anteriormente não percebida, já que uma das principais fantasias sexuais infantis atribuíra o pênis a todos os seres humanos sem distinção – momento que o autor denominou “fase fálica” (Freud, 1923/2011a).

Assim, o complexo de castração compreenderia a elaboração simbólica da diferença anatômica entre meninos e meninas, diante do qual o pai opera como agente da castração por interditar o gozo incestuoso, atribuindo a essa figura um lugar central no inconsciente, posto que a existência própria do campo do inconsciente pressupõe a ocorrência do recalque gerado pela castração (Vidal, 2014).

A atribuição do papel de castrador à figura paterna corresponde, portanto, a mais uma formulação diante do encontro com o impossível do gozo absoluto. Nesse ponto, portanto, podemos indicar a influência de duas fantasias fundamentais nesta etapa do desenvolvimento sexual, a fantasia do gozo absoluto e a fantasia de castração. Estes dois âmbitos estariam às voltas com um terceiro elemento: o *falo*. Isto porque, segundo Freud (1923/2011b), o primado dos genitais na fase da infância ocorre de maneira praticamente semelhante ao da vida adulta,

com a característica particular de que a primazia pelo genital seria a primazia pelo falo, posto que: “Se o Eu realmente não alcançou muito mais que uma repressão do complexo [de Édipo], este persiste de modo inconsciente no Id, e manifestará depois a sua ação patogênica” (Freud, 1924/2011d, p. 210). É como produto desses conflitos vivenciados durante o complexo de castração que se estabelece a oposição elementar entre fálico *versus* castrado que, posteriormente, fundamenta a oposição binária entre masculino e feminino:

A oposição ativo-passivo se funde depois com a masculino-feminino, que não tem importância psicológica até que isso aconteça. A fusão de atividade e masculinidade, passividade e feminilidade nos aparece como um fato biológico; mas de modo nenhum ela é tão regularmente taxativa e exclusiva como nos inclinamos a crer (Freud, 1915/2010, p. 73).

Remetendo ao mito totêmico (Freud, 1913/2013), outro aporte mitológico freudiano que visava abordar as origens da organização social ocidental, a figura do pai primordial enquanto detentor desse gozo absoluto pode ser indicada como a fantasia neurótica por excelência, já que presume a existência de uma exceção a quem este gozo teria sido possível, representando, ao mesmo tempo, o fundador da lei. Aqui, podemos enfatizar o aspecto utópico dessa posição, ao passo que não há como assegurar a viabilidade da “elevação” da figura do pai primordial, uma vez que a posse das mulheres da tribo e das terras cultiváveis poderia não garantir a condição de um gozo pleno, este apenas suposto pelos irmãos da horda. Como reflete Lacan (1956-1957/1995, p. 209): “Se é fato que, para cada homem, o acesso à posição paterna é uma busca, não é impensável dizer que, finalmente, ninguém jamais o foi por completo”.

Ainda de acordo com Lacan (1971/2009), há na natureza um processo de exibição que seria determinante para a ocorrência da cópula no mundo animal, a qual se configura como,

propriamente, um *semblante*. O comportamento sexual humano, por sua vez, mantém esse semblante animal, no entanto, vinculado a um discurso². Nas palavras do autor:

A única coisa que o diferencia dela [do semblante animal] é que esse semblante seja veiculado num discurso, e que é nesse nível de discurso, somente nesse nível de discurso que ele é levado, permitam-me dizer, para algum efeito que não fosse semblante. Isso significa que, em vez de ter a refinada cortesia animal, sucede aos homens violar uma mulher, ou vice-versa (Lacan, 1971/2009, p. 31).

Aí reside, portanto, a problemática referente à posição masculina: “. . . fazer semblante de ter o que não tem, fazer semblante de ter ‘o significante do poder, o cedro’” (Lacan, 1957-58/1999, p. 286). Considerando que a inscrição dos sujeitos como integrantes dos meios social e político se dá a partir de uma perspectiva generificada, que impõe a determinadas posições a condição de objetos para outros sujeitos – ou seja, feminiza –, é justamente nesse ponto que se institui a armadilha do semblante hiperviril.

A suposição de um estado primordial no qual o gozo pleno seria vigente, entretanto, permeia alguns aspectos da subjetividade masculina, levando-os a localizar nas mulheres, a alteridade por excelência, as causadoras da perda dessa possibilidade. Não por acaso, dada a influência do pensamento judaico-cristão na cultura ocidental, é à figura feminina de Eva que se atribui a expulsão do jardim do Éden – no qual os prazeres estariam em pleno vigor – e a condenação da raça humana enquanto pecadora. Como apontado por Poli (2007, p. 14):

Freud estabelece as origens da sexualidade como registro de uma satisfação perdida que buscamos reencontrar. Trata-se de uma “experiência alucinatória” que inaugura a produção das fantasias de desejo. . . A inscrição psíquica provoca esse efeito de como se o objeto de satisfação tivesse estado lá, mas quando vamos procurá-lo já estamos atrasados.

² Esta noção de discurso corresponde à trabalhada por Lacan sobretudo nos Seminários 16 e 17, em que os diferentes termos e suas proposições promovem modos particulares de laço social.

Assim, é possível pensar o objeto imaginário capaz de conferir o gozo pleno ao pai totêmico enquanto um elemento fantasmático que permanece na qualidade de lugar de investimento, compondo a mitologia do homem castrado. Nesse cenário, o corpo feminino substancializa o horror à castração, ante a qual o menino, ao recusar assumi-la em si, passa a buscar em componentes simbólicos que possam, ao menos imaginariamente, sustentar o semblante de domínio do falo – “fingimento” ao qual o feminino não precisaria se submeter, já que a sua castração é um dado consumado.

Ao tratar sobre o fetichismo, Freud (1927/2014, p. 304) aborda a relutância masculina em lidar com a própria castração, levando-os à negação da castração feminina sob o aporte do fetiche: “Não, isso [a castração feminina] não pode ser verdade, pois se a mulher é castrada, o seu próprio pênis corre perigo, e contra isto se rebela a porção de narcisismo de que a natureza, por cautela, dotou precisamente esse órgão”.

Vale evidenciar que o semblante, aqui referido ao masculino e ao feminino, por sua vez: “. . . implica em dar algum tratamento ao real, em nomear uma experiência de gozo, ainda que seja preciso considerar também que todo semblante fracasse ao alcançar o real” (Bonfim, 2022, p. 108). A partir disso, faz-se importante destacar como a oposição que se situa entre fálico e castrado nesse momento da elaboração edípica, integra um rol infinito de oposições amparadas originalmente na assimetria entre atividade e passividade – esta última sendo a marca de recepção do sujeito ao mundo, posto que a relação entre o bebê e seus cuidadores presume a sua posição de objeto em relação ao Outro.

Dito de outro modo, a marca da passividade poderia ser designada como estrutural: “[Para a criança] Penetrar e ser penetrado, ter e ser o objeto, coalescem, nesse primeiro tempo, numa experiência única, na qual passivo e ativo, masoquista e sádico não são pares de opostos, mas vivências homogêneas de um gozo sem oposição” (Ribeiro, 2000, p. 257 como citado em Lattanzio, 2021, p. 176).

Ao tratar sobre a questão do masoquismo feminino, por seu turno, Freud (1924/2011c, p. 188) afirma que: “Conhecemos suficientemente esse masoquismo no homem”. Essa colocação demonstra não apenas um distanciamento de caracteres biologizantes já na escrita freudiana, mas também atesta a tentativa masculina de afastamento da posição de passividade que retorna enquanto sintoma: “elas [fantasias masoquistas] põem o indivíduo numa situação caracteristicamente feminina, isto é, significam ser castrado, ser possuído ou dar à luz” (Ibid., p. 189).

Nesse sentido, podemos inferir um certo fascínio – e temor – dos homens à posição de passividade que remeteria, primordialmente, à submissão à figura paterna, já que, ainda segundo Freud (1924/2011c, p. 189): “o masoquista deseja ser tratado como uma criança pequena, desamparada e dependente, mas especialmente como uma criança malcomportada”. Essa trama será retomada pelo autor em Totem e Tabu (Freud, 1913/2013) e, posteriormente, utilizada na compreensão das formações de massa em Psicologia das Massas e Análise do Eu (Freud, 1921/2021), onde afirma que a massa se comportaria precisamente como uma “criança malcriada” (Ibid., p. 157). Esta reflexão que será explorada com mais detalhes adiante.

É, portanto, na tentativa de recalque dessa passividade primordial, marca da castração operada pela entrada na linguagem – e, posteriormente, atribuída à figura do pai – que residem as posteriores tentativas de encobrimento por meio da adoção de signos viris. Nesse sentido, as formas estereotípicas das identificações masculinas compreendem uma defesa diante das exigências de passividade produzidas pelos objetos-fonte da pulsão: “A passividade recalçada reaparece de forma suportável e egossintônica, convertendo o masoquismo originário em uma defesa sádica” (Lattanzio, 2021, p. 182). Os sinais de insucesso dessa tentativa de recalçamento podem ser percebidos, por conseguinte, pela supercompensação do semblante viril.

Dessas elocubrações, é possível resgatar que a recusa da feminilidade amplamente observada no âmbito de um ideal viril não se restringe a uma certa performance social – roupas,

maquiagem, cabelos etc. –, mas antes à assunção da passividade encarnada pelo feminino, como apontado por Poli (2007, p. 34):

Nos homens, ao contrário, será a atividade fálica – promovida pela identificação com o pai e pelo deslocamento do objeto materno (não substituição, como nas mulheres) – a marca da masculinidade. A atividade se expressa como traço masculino no exercício sexual, na assunção de uma posição de domínio, e nas atitudes agressivas de exteriorização da pulsão de morte.

É, portanto, a disposição da passividade encontrada na fase pré-genital, fragmentada – a qual, *a posteriori*, enlaça sua representação ao feminino –, que integrará o supereu nos homens, a partir da submissão infantil do menino ao pai que, ao passar pelo complexo edípiano, se transfigurará na internalização das leis e dos ideais culturais (Poli, 2007). Desse modo, o que estaria em jogo no complexo edípico seria, antes, uma tentativa de solucionar o encontro com a castração materna e, por conseguinte, com a sua própria. Freud (1927/2014, p. 304) discorre sobre esse tema ao tratar sobre o conceito de fetiche, afirmando que este seria outra possível saída para a negação da castração materna: “o fetiche é o substituto para o falo da mulher (da mãe), no qual o menino acreditou e ao qual – sabemos por quê – não deseja renunciar”.

Ao erguer o objeto fetiche tal como um substituto do falo da mulher, o sujeito masculino dá a ver a dimensão do horror à castração e, por conseguinte, de sua resistência em aceitar a própria castração. Todavia, o objeto fetiche não se restringe apenas à perversão, mas incorpora uma condição da sexualidade humana – especialmente do homem – e é nesse ponto que as escolhas de objeto masculinas a partir do horror e da posterior tentativa de encobrimento da castração feminina parecem se aproximar ativamente do desejo perverso, ordenado pela lógica fálica a partir da presunção de uma unidade, da permanência e de características uniformes (Bonfim, 2022).

Cabe ressaltar que a posição perversa, segundo Freud (1908/2021), constitui uma das fases essenciais do desenvolvimento psicosexual dos sujeitos e a fonte das forças utilizáveis para o trabalho da cultura, as quais originam-se de sua repressão – e de sua condição de deslocar suas metas sem perder intensidade. Depreendemos disso, por conseguinte, que a renúncia a parte das inclinações agressivas ou vingativas em favor do trabalho da cultura constitui o ponto de origem para o estabelecimento de um patrimônio cultural comum de ideais – aqui contidos os ideais de masculinidade –, renúncia esta que já contém em si uma certa carga de erotismo para com os componentes familiares, os cuidadores.

Contudo, como afirma Freud (1908/2021, p. 77): “sob a influência da educação e das exigências sociais, uma repressão das pulsões perversas é certamente alcançada, mas uma espécie de repressão que, na verdade, não o é propriamente, podendo ser mais bem designada como um malogro da repressão”. É nessa orientação que o autor chega a considerar a neurose enquanto o “negativo” das perversões, dado que as moções pulsionais perversas são preservadas no âmbito do inconsciente.

Nesse ponto, retomamos uma das teorias sexuais infantis exploradas por Freud (1908/2015, p. 404) segundo a qual o coito estaria tomado por componentes sádicos, já que: “. . . enxergam nele algo que o lado mais forte faz, com violência, ao mais fraco, e o comparam, sobretudo os meninos, a uma briga”. Nessa conjuntura, o “mais forte” pode ser referenciado à figura paterna, diante da qual já é possível observar as vinculações entre a posição masculina e o exercício de um certo sadismo. Ainda, em *A Dissolução do Complexo de Édipo*, Freud (1923/2011a, p. 213) discorre sobre a associação entre o “definhamento do pênis” na mulher a uma menor contribuição sádica ao instinto sexual, evidenciando, em oposição, a necessidade da mesma contribuição sádica para a manutenção do pênis.

É ao ser retirado da posição de falo materno, portanto, que o sujeito reconhece o pai como portador da insígnia fálica, incorrendo na identificação com este último como tentativa

de manutenção do próprio órgão sexual, resultando na formação do Ideal do Eu (Freud, 1914/2010) – o domínio responsável por orientar o sujeito na direção do reconhecimento da sua posição sexual, masculina ou feminina (Bonfim, 2022). Dessa forma, podemos afirmar, em conformidade com Lattanzio (2021, p. 178) que: “a designação do gênero, ao mesmo tempo, serve como aporte narcísico que permite à criança simbolizar/traduzir suas vivências primeiras de completa passividade. . . e também traz ruídos enigmáticos, cujos restos não traduzidos serão atraídos por esse recalco originário”.

Esses mesmos “ruídos enigmáticos” provenientes do recalco da passividade originária se presentificam na feminilidade e passam a ser identificados como fonte de pulsão de morte, já que esse estado de extrema passividade e penetrabilidade da criança diante do adulto é percebido pelo sujeito como uma ameaça de extingui-lo ao desfazer os limites que garantem a sua existência (Lattanzio, 2021). É como contraposição a esse estado anterior, portanto, que passa a operar a lógica fálica, responsável por fixar a feminilidade como alteridade e demarcando, conseqüentemente, as expressões de feminilidade ou masculinidade: “O falo, em seu estatuto simbólico, é o referente do desejo; donde provém sua primazia, identificada por Freud. Feminilidade ou masculinidade são então formações secundárias – sintomáticas – que visam encobrir o vazio da falta” (Poli, 2007, p. 40).

A partir dessa perspectiva, podemos considerar que o valor narcísico atribuído ao falo é falso, na medida que deriva de uma estratégia defensiva na tentativa de apagar a alteridade que o ameaça, esta representando o desejo de castração/penetração; ou seja, a lógica fálica prevalece na mesma medida em que se necessita negar enfaticamente a passividade que o constitui (Lattanzio, 2021). É o significante fálico, portanto, que passa a ordenar as representações sendo o núcleo a partir do qual se estabelecem as oposições hierarquizantes: “A prerrogativa de que haja *ao menos um* [grifo da autora] significante que exprima o conjunto de todos os significantes

existentes é uma necessidade do sistema simbólico. O monoteísmo é uma versão desse princípio na cultura” (Poli, 2007, p. 43).

Essa tentativa de apontar um único significante capaz de dar conta da ordenação de um universo representacional se mostra ineficaz na medida em que não consegue abarcar a parcela do Real presente na linguagem e que resiste à simbolização: a *letra*³ (Poli, 2007). Esta, por sua vez, compreende a presença do corpo – da pulsão – no discurso, além de indicar a insuficiência do registro simbólico que, precisamente por não ser capaz de abarcar esse fragmento do Real, opera a castração originária sobre a qual tratamos anteriormente.

Cabe retomarmos aqui a proposição freudiana segundo a qual as pulsões sexuais atuam, em um primeiro momento, independentemente umas das outras, mas buscando atingir a meta do prazer do órgão; com a posterior organização genital e a conseqüente síntese mais ou menos completa dessas pulsões é que elas se organizam em prol da função reprodutiva (Freud, 1915/2010).

É nesse sentido que a *letra* se situa enquanto um reservatório do gozo ao encarnar o que há do âmbito pulsional na língua (Lacan, 1972-1973/1985). Em última instância, a busca por esse *ao menos um* significante que correspondesse à posição da *letra* no inconsciente alcança a tentativa de organização de um gozo que se dá de maneira essencialmente singular. Logo, é nesse ponto que as ordenações do gozo previstas por normas sociais coletivizadas se situam como semblantes na tentativa de lidar com a falta de uma programação sexual prévia e biologicamente dada. De acordo com Bonfim (2021, p. 93):

Com o Édipo e as identificações advindas desse complexo, Freud dá consistência ao discurso do Outro, que vem demarcar as normas, os modelos, os tipos de conduta em

³ O conceito de *letra* aqui referenciado compreende um percurso teórico dentro do ensino de Jacques Lacan, que remete a algo do Real e da pulsão que só pode ser acessado pela via do Simbólico. A articulação desse conceito por si só demandaria um trabalho mais abrangente e, por esse motivo, nos restringiremos à dimensão apontada.

relação à identidade sexual, como os semblantes que ordenam as relações entre os sexos e indicam como ser homem.

A “fantasia neurótica por excelência” do pai da horda primordial, por exemplo, pode ser associada à investida em direção à produção desse *ao menos um* significante que desse conta dessa ordenação do gozo, este que passa a ser elencado, a partir do pensamento de Lacan (1972-1973/2008) enquanto posições de gozo todas ou não-todas regidas pelo falo. A referência aos termos “homem” e “mulher”, por sua vez, só ganham sentido ao estarem em oposição um ao outro, constituindo os significados comumente atribuídos aos termos, tal como as falhas nesses significados, como é próprio à cadeia simbólica (Mesquita & Corrêa, 2021).

Ao tratar da dissolução do complexo de Édipo, Freud (1925/2011e) aponta a possibilidade da ocorrência de um certo “complexo de masculinidade” no desenvolvimento sexual de meninas, o qual compreende o momento anterior à aceitação da castração, em que elas ainda acreditam que podem vir a ter um pênis como observado nos meninos. A possibilidade da adoção de atributos masculinos por pessoas consideradas “biologicamente” mulheres serve, portanto, como atestado da disjunção de tais atributos à condição anatômica.

A divisão sexual binária, dessa forma, não corresponde a uma realidade anterior à linguagem, mas antes a um produto dessa tentativa de ordenação do gozo: “Se um significante é diferente do outro – *homens* e *damas* [grifo da autora], por exemplo –, isso não se deve a uma realidade externa à linguagem” (Poli, 2007, p. 48). O que as ordenações simbólicas de gênero objetivam, em última instância, seria o impossível da localização da *letra*:

A identificação ao significante não assegura ao sujeito nenhuma significação *a priori*; seu efeito é de inclusão do sujeito em uma cadeia de deslizamento metonímico. Nesta, a pulsão incide como repetição, o que não é suficiente, contudo, para constituir *ponto de basta* [grifo da autora], ou efeito de significação. Trata-se antes da insistência da

letra, de um ponto do Real, ou d’*Isso* que não cessa de não se escrever (Poli, 2007, p. 69).

É a partir dessa perspectiva que Lacan (1971/2009) estabelece o discurso enquanto semblante, uma vez que a aparência opera como um de seus efeitos. Dado que a linguagem antecede o próprio sujeito a partir do discurso dos outros que o circundam, é desse âmbito que decorrerá a maneira como o menino ou menina serão tratados, antecipando desejos e funções a partir dessa diferença. Como pondera Bonfim (2022, p. 109):

O erro comum é tomar o falo como significante, e ainda confundir o falo com pênis. Por meio desse “erro comum” e da identificação sexual por meio dos semblantes, os sujeitos buscam alguma localização para lidar com todo embaraço que constitui a própria sexualidade, a sua relação singular com o corpo, com o gozo e com o outro sexo.

Essa necessidade da produção de sentidos, por sua vez, compreende uma busca neurótica que faz referência direta ao falo, de modo que o gozo fálico seria, portanto, o que orienta essa empreitada. Na tentativa de elaborar um aporte simbólico que responda às questões fundamentalmente sem resposta “sou homem?” ou “sou mulher?”, o sujeito recai no engodo da exclusão promovida pelo discurso ao invés de se haver com seu próprio desejo inconsciente – vale ressaltar que tais ordenações de identidades de gênero não dizem respeito à posição de enunciação do sujeito do inconsciente, já que: “Trata-se de uma significação [sexual] externa ao sujeito: um saber universal ao qual cada ser sexuado busca se adequar; saber instrumental que organiza jogos de poder, reduzindo o sujeito à condição de objeto de seu gozo” (Poli, 2007, p. 63).

A instância do gozo fálico, por seu turno, pode ser compreendida enquanto exercício de poder ao passo que constitui uma posição de ordenação do discurso, da enunciação do conteúdo simbólico sobre a diferença sexual. Portanto, é nesse contexto em que localizamos a violência fundante do masculino, posto que se confunde com uma lógica universalizante a partir da

confluência entre “homem” e a categoria “humanidade”, por exemplo. Reiteramos, portanto, o caráter artificial da ordenação dos gêneros a partir de caracteres biológicos e sociais, ordenação essa que deve ser atribuída, na realidade, à tentativa de organização do gozo, sustentada pela linguagem e a partir da construção de discursos nessa vertente. Nesse sentido, consideramos importante avançarmos sobre as aproximações entre o estabelecimento de um grupo universal “homem” e as formações de massa. É a partir dessa perspectiva que nos dedicaremos a compreender os mecanismos operantes na produção de uma certa masculinidade hegemônica.

1.3 Masculinidade hegemônica

De acordo com Connell e Messerschmidt (2013), o conceito de masculinidade hegemônica se ampara em uma discussão relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos dos homens. A partir da década de 1970, com a florescência de estudos de base feminista, a masculinidade passou a ser colocada em pauta, especialmente tratando de sua posição de dominação em relação ao feminino e da homofobia, que passou a ser atribuída a um papel masculino convencional. Nesse cenário, evidenciou-se certa hierarquia das masculinidades presente em um contexto de múltiplas expressões de si: “a masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas. . . que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 245).

Isto posto, diferentemente das masculinidades subordinadas, a masculinidade hegemônica se constitui como um conjunto de normas que garantem a forma mais honrada de ser um homem e legitimam a subordinação das mulheres em relação a ele. Ao contrário do que se pode pensar, no entanto, mais do que à força, o aspecto hegemônico presente nesse contexto se encontra ligado a uma ascendência da cultura, das instituições e da persuasão (Connell & Messerschmidt, 2013), apesar de que certos padrões de agressividade também convêm à

masculinidade hegemônica como ferramenta para a busca por essa hegemonia. Assim, em alguns contextos, determinadas práticas *tóxicas*, como a violência física, podem se associar à definição de masculinidade hegemônica, já que permite a permanência da dominação coletiva dos homens sobre as mulheres.

A hegemonia presente nessa conjuntura estaria relacionada, portanto, a uma correspondência entre os ideais culturais e o poder institucional, fornecendo o quadro no interior do qual os homens se avaliam e entram em relação: “eles engendram assim os ideais dominantes, ao mesmo tempo em que todo um conjunto de masculinidades ‘subordinadas’ ou ‘marginais’, deficientes em relação à norma: a masculinidade dos homossexuais, assim como aquelas marcadas pelas diferenças de raça ou de classe social” (Forth, 2013, p. 159). Partindo dessa perspectiva, Connell (1987) define como *dividendo patriarcal* os benefícios usufruídos por sujeitos homens que ocupam a atribuição de cúmplices, mesmo que não estejam no centro da hegemonia como um exército do patriarcado.

A criação da categoria de análise “masculinidade hegemônica” foi fundamental para que a questão do homem passasse a ser abordada por diversas pesquisas e debates, estes responsáveis por traçar críticas especialmente a uma tendência à essencialização do caráter dos homens, ao passo que pressupõe uniformidade diante de uma realidade bastante fluida e contraditória (Connell & Messerschmidt, 2013). Outros pontos referenciados por críticos desse conceito compreendem a prevalência do binômio macho-fêmea, além da dicotomização sexo *versus* gênero. A essas críticas, Connell e Messerschmidt (2013, p. 250) referenciam a vasta amplitude de construções sociais que passaram a ser observadas a partir do uso desta categoria de análise, além de apontarem a dificuldade em promover algum tipo de homogeneização, tendo em mente que:

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são

realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular.

Desse modo, o conceito de masculinidade hegemônica compreende um conjunto de reiterações performativas⁴ geralmente associadas ao exercício da masculinidade e apontadas como a única maneira possível de sua expressão. É importante observar, no entanto, que a construção desse ideal masculino é atravessada por um processo social no qual se observa uma circulação de modelos de conduta masculina admiráveis, modelos esses amplamente exaltados por conteúdos midiáticos ou celebrados pelo Estado.

De acordo com Connell e Messerschmidt (2013, p. 253): “as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim, esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos”. Com o estabelecimento desse ideal, as expressões associadas ao masculino oferecem modelos relacionais capazes de dar respostas às problemáticas de gênero e, com isso, contribuem para a hegemonia masculina. Dessa forma, podemos pensar o masculino não como um tipo determinado de homem, mas uma maneira pela qual os homens se posicionam por meio de práticas discursivas – estando em consonância com uma perspectiva psicanalítica, que não compreende interpretações essencialistas dos sujeitos.

A partir das produções de Connell e Messerschmidt (2013) acerca do tema, Aboim (2017) propõe uma análise criteriosa dos termos apresentados por tais estudos. A autora aborda a principal mudança empreendida nas produções a partir da década de 1970, a qual compreende a admissão da pluralidade da categoria “homens”, o que permitiu o início do processo de desconstrução do seu falso ideal de universalidade. Essa virada teórica, por sua vez, não

⁴ O termo “reiteração performativa” utilizado nesse trecho remete à perspectiva de Judith Butler (1990/2018), segundo a qual as identidades de gênero seriam, antes, um conjunto de performances de gênero que provocam uma aparência de identidade a qual, ao mesmo tempo que resulta das limitações das possibilidades de expressão da sexualidade, também as produz.

aconteceu sem um grande esforço para combater uma visão dualista fortemente enraizada, a qual acabou por render críticas ao modelo pluralista.

As teorizações científico-sociais predecessoras, por outro lado, legitimavam a superioridade de um modelo de homem branco, excluindo as mulheres e os colonizados como os outros a serem dominados (Aboim, 2017). É nesse contexto que, em referência a Morgan (1992), Aboim (2017) aponta a emergência de uma crítica das masculinidades então dominantes: “. . . colonizadoras, brancas, ocidentais, poderosas e apoiadas no sucesso e controle sobre os outros”. Ainda de acordo com a autora, a produção de Connell e Messerschmidt (2013), ao pensar a masculinidade como hegemonia, corresponde a uma das principais contribuições para essa nova perspectiva, a qual também trouxe à tona a noção da masculinidade como não estática e nem universal (Aboim, 2017). Diante dessas observações, consideramos imprescindível evitar a reificação do conceito de masculinidade hegemônica e, da mesma forma, a dissolução deste em uma pluralidade individualista:

Apesar de as masculinidades serem múltiplas e se multiplicarem em um mundo contemporâneo globalizado e transnacional, onde qualquer visão de categorias uniformes cegas à variedade e flexibilidade das vidas não é mais do que um reducionismo, seria também errôneo esquecer que o poder dos homens é estrutural, formando um conjunto consistente de padrões sociais (Ibid., p. 14).

Eis aí, portanto, o desafio central encontrado nesse campo de estudos, ao considerar simultaneamente a validade dos conceitos de patriarcado e masculinidade hegemônica sem abdicar da concepção de que a dominação constitui um processo fluido, multissituado e internamente constitutivo do sujeito (Aboim, 2017). Aboim (2017) referencia como ferramenta teórica para essa tarefa o conceito de apropriação de Marx, no sentido de compreender os processos de incorporação – os quais constituem processos de poder e dominação – dos traços de masculinidades marginalizadas por uma masculinidade hegemônica: “Mais do que

cartografar tipos de homens ou de práticas masculinas, é necessário compreender a justaposição de diferentes formas de dominação, mesmo quando operando fora do cânone da masculinidade hegemônica” (Aboim, 2017, p. 15).

Assim, faz-se necessário considerar a masculinidade como híbrida mais do que como uma disposição hierarquizada: “. . . como uma estrutura flexível e permeada pela luta permanente entre diferentes formas de dominação” (Ibid., p. 16). Ou seja, a hegemonia de certo modelo de masculinidade não necessariamente presume um conjunto estático de características, mas um conjunto plural que abarca diversos modelos simbólicos e que não representam apenas a dominação, já que se fazem dependentes do conflito como meio de manutenção dessa hegemonia. Embora considere a pluralidade, passou a ser consenso nos estudos sobre a masculinidade – a partir das décadas de 1980 e 1990 e em variados contextos geográficos – que o modelo hegemônico seria: “uma masculinidade capaz de impor a todas as outras formas de masculinidade (e feminilidade) um sentido e uma posição, a partir dos quais podem ser então decodificadas” (Ibid., pp. 17-18).

Essa argumentação compreende igualmente três outras posições a partir do reconhecimento de uma masculinidade hegemônica: as masculinidades *cúmplices*, *subordinadas* e *marginalizadas*. A primeira seria constituída por homens que não estão necessariamente no centro da hegemonia, mas que aproveitam o dividendo com o privilégio e contribuem, passivamente, para a legitimação de determinado ideal; já a subalternidade seria resultante de um processo de alienação correspondente ao observado no quadro do capitalismo: “quanto mais os trabalhadores aquiescem às demandas do capital, mas se tornam eles próprios numa mercadoria e mais profunda é a sua alienação como sujeitos capazes de agir criativamente” (Ibid., p. 19). Por fim, as masculinidades marginalizadas compreendem formas de discriminação produzidas por preconceitos raciais e de desigualdade social.

Nesse contexto, partindo de um panorama Gramsciano, a noção de que o controle hegemônico deriva não da violência ou da coerção: “. . . mas principalmente por uma cultura hegemônica em que os valores da classe dominante se tornam valores dominantes para todos” (Aboim, 2017, p. 19) assume um papel central na obra acerca da masculinidade hegemônica de Connell (1987). Nesse movimento, a masculinidade hegemônica pode ser observada nos mais variados elementos - como em figuras míticas, heróis midiáticos e figuras desportivas, por exemplo, mas também entre políticos e capitalistas – já que a masculinidade do capitalismo transnacional se encontra no cerne do poder.

Demonstramos, assim, os meios pelos quais se produz a hegemonia de certo modelo de masculinidade a partir da compreensão de que esta se encontra relacionada aos conceitos de sucesso e virilidade, os quais, na sociedade capitalista, referenciam-se aos homens pertencentes às camadas economicamente dominantes. Sendo assim, Aboim (2017, pp. 28-29) compreende a distribuição de poder entre os homens como profundamente relacionada à dinâmica social e econômica:

Pensando que a masculinidade pode ser simultaneamente definida como prática, posição e efeito (Connell, 1995), deverá então entender-se que os indivíduos incorporam a masculinidade a partir da posição social em que se encontram, ‘encenam’ a masculinidade que incorporaram e vivem com os efeitos dessa mesma masculinidade que eles próprios reproduziram assim moldando os níveis interacionais (micro) e estruturais (macro) da sociedade.

Apesar de lançar luz sobre o caráter plural da categoria do masculino, Connell (1987) destaca que é a subordinação global das mulheres pelos homens que sustenta a diferenciação de gênero. Ou seja, a estrutura patriarcal e sua organização passam a exercer o papel de origem e manutenção das condições favoráveis para a hierarquização dos gêneros. Outros autores que abordam o tema, por outro lado, direcionam críticas ao que consideram um modelo

limitantemente binário demonstrado nas obras de Connell e argumentam que a manutenção de uma falsa dicotomia entre masculino e feminino contribui amplamente para a manutenção do poder dos homens: “Sem um outro subordinado e oposto (o feminino, o homossexual, o negro, etc.), uma certa forma de masculinidade já não teria qualquer razão para ser definida como superior ou dominante” (Aboim, 2017, p. 27).

A partir dessa perspectiva, a autora pontua ainda a necessidade de construir maneiras melhores de compreensão do funcionamento dessa hierarquia, já que é possível observar a apropriação de traços e privilégios da masculinidade hegemônica por mulheres burguesas, por exemplo (Connell, 1987), demonstrando, por conseguinte, a interligação amplamente presente entre gênero, raça e classe. Ainda de acordo com Aboim (2017, p. 30):

A masculinidade deixa de ser o que os homens (nas suas diferenças) fazem, para se tornar, acima de tudo, um objecto simbólico que se pode materializar em corpos inesperados ou permanecer no campo dos discursos sem uma necessária materialidade. Pode ser apenas, ou acima de tudo, uma aspiração a um ideal.

Dessa forma, consideramos que a masculinidade se apresenta por meio de um discurso produzido pelos homens, mas que estas categorias não se confundem, sob o risco de incorrer em um essencialismo. Considerando a natureza circulatória do poder, o qual opera a partir de um matiz de signos e símbolos (Aboim, 2017), os homens se encontram inseridos sob o mesmo conjunto de regras, normas e discursos, já que a submissão de cada um se faz necessária para que exista a possibilidade de exercer o poder.

Estendendo essa noção para uma perspectiva psicanalítica, pode-se pensar que tal dinâmica relembra o processo de formação da horda primordial descrito por Freud (1913/2013), de acordo com o qual os irmãos criariam, após o parricídio, um conjunto de normas ao qual todos deveriam ser submetidos. Isso sob o pretexto de manutenção de uma ordem cuja necessidade de criação deriva justamente da existência de uma exceção: o pai tirano. A partir

do reconhecimento da dominação como processo social emergente de determinadas práticas, por conseguinte, consideramos que traços considerados subalternos também podem ser incorporados ao hegemônico como uma legitimação do patriarcado: “A apropriação de peças da ‘alteridade’ contribui para produzir configurações híbridas de masculinidade em novas formas, apoiadas numa dialética de apropriação/marginalização” (Aboim, 2017, pp. 37-38).

Facilitados por uma cultura de massas, os códigos masculinos passam a ser híbridos e mutáveis a partir de um processo mimético como apropriação do outro, envolvendo a mudança, mas também a regulação e a disciplina. Essa hibridização confere ao bloco hegemônico, portanto, a possibilidade de reconfiguração e manutenção em face das mudanças históricas, além de evidenciar, como apontado por Ivan Jablonka (2021, p. 88), que: “Uma mulher é reduzida ao seu sexo, mas o verdadeiro homem pode se permitir tudo. . . Ele eclipsa seus concorrentes ousando flertar com o feminino – o cúmulo da virilidade”. Além disso, a própria hegemonia resultante desse processo também deve ser interpretada como plural, ao passo que mesmo entre os homens subalternos se constituem novas formas de poder, seja em relação às mulheres ou a outros grupos de homens.

Em uma referência direta a Bourdieu (1990), Aboim (2017, p. 35) pontua o seguinte: “Aqui, a hegemonia não é descartada, mas passa a ser vista como uma estrutura plural – hegemônias masculinas – que é constituída e alterada pela natureza dos capitais relevantes num determinado campo”.

Enfatizamos novamente, portanto, que considerar a masculinidade hegemônica como um bloco conciso contradiz a própria natureza da dominação exercida por esse grupo, cujo domínio só se mantém a partir do uso da mimese e da incorporação de características subalternas. Assim, o estabelecimento de certa uniformidade do conjunto homem corresponde a tão somente uma ilusão, produzida precisamente por seus mecanismos particulares de funcionamento. Vale ressaltar que esse parece ser um movimento similar ao que opera no

arranjo das formações de massa e, por conseguinte, faz-se necessário compreender as aproximações entre o masculino e os processos de formação de grupos; é a esse debate que nos investiremos no capítulo a seguir.

2 MASCULINIDADES E FORMAÇÕES DE GRUPO

Como foi possível constatar ao longo do percurso empreendido no capítulo anterior, na busca por um corpo capaz de exibir uma potencialidade total nos mais diversos aspectos, o corpo masculino passa por um processo de distanciamento de sua própria humanidade – já que essa definição presume a ocorrência de falhas e imperfeições, supostamente resultantes de uma aproximação aos próprios sentimentos. De acordo com Badinter (1993, p. 4): “A virilidade não é dada de saída. Deve ser construída, digamos ‘fabricada’. O homem é, portanto, uma espécie de *artefato* [grifo da autora] e, como tal, corre sempre o risco de apresentar defeito. Defeito de fabricação, falha na maquinaria viril, enfim, um homem frustrado”.

Outro aspecto significativo decorrente de um ideal viril masculino compreende à afirmação de que o homem viril seria sobretudo solitário, impassível e invulnerável. Conforme Badinter (1993), este ideal representa um “mutilado do afeto”, o sujeito feito para morrer, mais do que para constituir uma família, por exemplo. Essa tentativa de manutenção de uma virilidade “pura” compõe uma imagem de justiceiro acima da lei, um ser puro. Nesse ponto, a solidão pode ser pensada como um componente compartilhado entre o ideal de homem viril e o ideal almejado para os líderes autoritários, visto que essa dificuldade em promover vínculos é percebida pela massa como uma evidência de incorruptibilidade daquele sujeito, um “lobo solitário”.

A ameaça do retorno desse feminino restrito aos homens produz, assim, uma ansiedade constante para esses sujeitos, os quais passam a rejeitar a ideia de qualquer fluidez emocional e sexual. Implicando-se em questões relacionadas à raça e classe – suplantando gênero e sexualidade –, essa ameaça se corporifica nos supostos inimigos apontados pelos temores fascistas, como os comunistas e judeus, a partir de uma projeção de características que rejeitam em si. Dado que os caracteres classificados como “femininos” correspondem a parte da

experiência humana como tal, consideramos relevante abordarmos uma perspectiva psicanalítica acerca dessa recusa em aceitar tais componentes ao adotar uma posição masculina.

À vista disso, a misoginia opera enquanto um importante traço de identificação:

A legitimidade de um homem em seu grupo não se restringe à negação da feminilidade, mas também em sua contundente depreciação. Para tanto, é preciso que o homem, em busca de seu espaço de pertencimento, performe misoginia como passaporte para o que ele denomina de “Casa dos Homens”, o conjunto de ambientes monossexuados, nos quais se estruturam, desde cedo, a educação de gênero dos rapazes (Welzer-Lang, 2001 como citado em Baére, Zanello, 2020, p. 2).

Aqui é possível promover uma reflexão acerca do estabelecimento de uma organização totalizante a partir da instituição de uma “Casa dos Homens” que exhibe padrões consoantes com o que foi observado por Adorno (1951/2015, p. 155) ao tratar da propaganda fascista: “o material de propaganda tipo fascista forma uma unidade estrutural com uma concepção comum total, seja ela inconsciente ou consciente, que determina cada palavra dita”.

Tanto quanto a propaganda fascista, a delimitação do que se reconhece enquanto masculino também parece exibir tendências totalizantes no que concerne a uma circunscrição bastante restrita do rol de características passíveis de serem associadas ao conjunto homem. Ademais, em ambas as conjunturas, a violência desponta como um dos principais fatores de reconhecimento interno, como apontado por Bourdieu (1998/2019, p. 90):

Como a honra – ou a vergonha, que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros –, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens”.

Levando em conta a similaridade manifesta entre a determinação de um grupo “homem” – permeado por características e símbolos muito bem definidos e com potencial

homogeneizante – e as circunstâncias que propiciam o surgimento das organizações em massa, faz-se relevante passarmos, antes, pela elaboração teórica e mitológica de Freud (1913/2013). Nessa obra, o autor se dedica à investigação da origem das organizações sociais, diante da qual o gênero já pode ser indicado enquanto um marcador importante, além de constituir a base para a posterior compreensão das formações de massa em Psicologia das Massas e Análise do Eu (Freud, 1921/2021). Este será, portanto, o trabalho empreendido ao longo do presente capítulo, partindo da retomada do mito totêmico de Freud (1913/2013).

2.1 O Mito Totêmico e o *ao-menos-um*

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/2013) parte da análise de estudos etnográficos acerca da relação entre o totemismo e o estabelecimento do tabu do incesto. Dessa forma, o autor propôs aplicar a perspectiva da psicanálise a problemas ainda não solucionados da psicologia dos povos, consistindo em seu primeiro movimento nessa direção. Nesta ótica, o *totem* representaria primeiramente o ancestral comum do clã, encarnado na figura de um animal cuja existência passava a ser sagrada. Assim, estabelece-se a regra de não matar o totem e abster-se de sua carne, sob o risco de incidir em uma punição imediata, sendo que essa conduta previa a realização de festas esporádicas nas quais os membros do clã poderiam representar mimeticamente seu totem (Freud, 1913/2013).

O fundamento do clã em torno de uma figura totêmica compreende a instituição da *exogamia*, de acordo com a qual “*membros do mesmo totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar* [grifo do autor]” (Freud, 1913/2013, p. 21). Apesar de a instituição do totemismo e a exogamia não estarem diretamente relacionadas, observa-se que, por ser transmitido hereditariamente, considera-se todos os sujeitos

descendentes do mesmo totem como parentes sanguíneos, por vezes substituindo os laços de sangue pelos dos laços dos clãs totêmicos.

Isto posto, avança Freud (1913/2013), o fato é que o horror ao incesto constituía uma característica marcante daqueles povos, de modo que as organizações sociais parecem se dispor em torno do cumprimento dessa proibição. Mais adiante, ao retomar uma ótica mais propriamente psicanalítica, Freud (1913/2013, p. 41) acrescenta o seguinte: “ele [o horror ao incesto] constitui um traço peculiarmente infantil e uma notável concordância com a vida psíquica dos neuróticos”. Essa afirmação decorre da compreensão de que o incesto representa um importante elemento da vida psíquica relacionada à neurose, uma vez que a primeira escolha sexual do menino é incestuosa, sendo a mãe e a irmã as representantes dos primeiros objetos proibidos. O complexo nuclear da neurose, portanto, constitui-se a partir da dificuldade em se libertar da atração do incesto, diante da qual as fixações incestuosas da libido têm um papel determinante.

O *tabu*, por sua vez, compreende uma relação ambivalente: “Por um lado, quer dizer ‘santo, consagrado’. E, por outro: ‘inquietante, perigoso, proibido, impuro’” (Freud, 1913/2013, p. 42). Esse conceito é exprimido, portanto, como algo reservado, marcado por proibições e restrições – como se observa no caso da interdição às relações incestuosas. A punição para o descumprimento dessas diretrizes estabelecidas socialmente compreendia uma imposição imediata do poder divino, tendo sido esse poder posteriormente delegado à própria sociedade – originando a estrutura dos sistemas penais da humanidade.

Outra importante característica associada ao tabu corresponde à sua transmissibilidade: “quem chega a violar uma proibição dessas adquire ele mesmo a característica do que é proibido, como que assumindo toda a perigosa carga” (Ibid., p. 47). Em suma, o tabu se relaciona a tudo que possa ser compreendido como inquietante, inerente a todos que são algo especial (chefes de estado, reis, sacerdotes, etc.) e abrangendo os estados físicos da

menstruação, do nascimento e da morte, por exemplo, além de ser passível de ser transmitido por contágio ou difusão.

A esse funcionamento do tabu, Freud (1913/2023) compara alguns aspectos observados nos casos de neurose obsessiva, nos quais as proibições também se dão de maneira recorrente. Assim como no tabu, as proibições neuróticas são enigmáticas em sua origem e as interdições principais para ambas se fundamentam no contato, seja físico ou por meio de pensamentos. A partir dessa ponderação, estabelecemos um paralelo à condição da feminilidade enquanto um tabu para o âmbito do masculino – já previsto diante do horror ao sangue menstrual, por exemplo –, mas também em razão de sua condição de transmissibilidade, por meio da qual homens que adotem signos femininos passam por um processo de exclusão do conjunto “homens”.

Ademais, o conflito entre pulsão e proibição compele à neurose, que tem a *ambivalência* dos sentimentos como um de seus principais traços: “A proibição deve a sua força – seu caráter obsessivo – justamente à relação com sua contrapartida inconsciente, o desejo oculto e não amortecido, ou seja, uma necessidade interna, inacessível à compreensão consciente” (Freud, 1913/2013, pp. 58-59). Dessa forma, faz-se possível pensar o aspecto da transmissibilidade verificado no âmbito do tabu como uma possibilidade de estender a proibição a novos substitutos do objeto ou ação proibidos, de maneira que: “a proibição responde a cada novo avanço da libido reprimida com um novo aguçamento” (Ibid., p. 59).

Ao longo de *Totem e Tabu*, Freud (1913/2013) trata das especificidades dos âmbitos nos quais o tabu se apresenta, como o tabu relacionado ao tratamento com os inimigos, o tabu do soberano e o tabu dos mortos. Todavia, com o intuito de manter o foco da investigação proposta pelo presente trabalho, deter-nos-emos especialmente nos aspectos relacionados ao tabu relativo ao soberano. Como mencionado anteriormente, o tabu se ligava à posição do soberano, de maneira que o simples toque do rei poderia ser indutor de cura ou morte. A esse

poder também se relacionava, portanto, a necessidade de proteção da figura do líder: “A necessidade de proteger o rei de todo perigo imaginável vem de sua enorme importância para o bem ou mal-estar dos súditos. A rigor, é sua pessoa que regula o curso da vida” (Freud, 1913/2013, p. 77).

Na representação do paranoico, por sua vez, o delírio de perseguição pode se referir à relação com a figura paterna, a quem também se atribui certa plenitude de poderes – tal como o poder de regulação do ambiente externo. Dessa forma, a imensa responsabilidade atribuída ao pai constitui-se como geradora de um sentimento de estima e, ao mesmo tempo, de desconfiança, demarcando aí o seu caráter ambivalente (Freud, 1913/2013). O autor conclui ainda que os sentimentos de consideração pelo outro, deslocados em sua meta sexual, compõem o que se compreende por *social* e correspondem a um traço fundamental da neurose, que passa a restringir o polo egoísta, embora o dissimule posteriormente por uma supercompensação altruísta. As neuroses são apresentadas como fundamentalmente *associais*, portanto, justamente porque buscam obter por meios privados o que se atingiu socialmente, a partir de uma coletividade.

Depreendemos a partir dos pontos apresentados, portanto, que a neurose – de maneira ambivalente, como presume sua própria natureza – propicia as bases para o desenvolvimento de uma coletividade amparada no deslocamento das metas pulsionais, ao mesmo tempo em que promove uma busca egoísta a partir do subjugamento da realidade em prol de um conjunto de ideais individuais.

A partir dessa reflexão, é possível pensarmos na instituição de ideais que se preconizam “universais” enquanto um resultado desse movimento neurótico que, a despeito da formação de uma coletividade a partir da marca que caracteriza determinado ideal, objetivam a salvaguarda de posições profundamente individualistas, como no caso da propagação de ideais de virilidade

que desconsideram as singularidades dos sujeitos que se reconhecem enquanto homens, por exemplo.

Freud (1913/2013) indica, além disso, que o mecanismo da projeção – defesa psíquica que confere ao ambiente externo percepções internas de processos afetivos e intelectuais – tem sua gênese localizada na necessidade prática de sujeitar o mundo. Estabelece-se, dessa forma, uma prioridade do mundo das ideias sobre o mundo das coisas, da qual adveio a racionalização que tornou possível o exercício da dominação dos sujeitos sobre a natureza e seus outros. Sobre a neurose obsessiva, o autor afirma ainda que:

O decisivo na formação dos sintomas é a realidade do pensar, não a do viver. Os neuróticos vivem num mundo especial, em que. . . apenas o que é pensado intensamente e imaginado com afeto funciona para eles, a concordância disso com a realidade exterior é algo secundário (Freud, 1913/2013, pp. 137-138).

A presunção da possibilidade de controle do mundo das coisas a partir dos pensamentos propicia, assim, a tomada de ações com o intuito de atingir determinado resultado, de maneira que: “Com o tempo, o acento psíquico desloca-se dos motivos da ação mágica para seus meios, para a própria ação” (Ibid., p. 134). Aqui se faz possível comparar, de maneira semelhante à neurose, características similares observadas nos movimentos autoritários, cujas ações que configuram os meios são consideradas mais relevantes e recebem maior destaque quando comparadas aos objetivos almejados com tais ações – os quais permanecem escusos –, comparação essa que será retomada adiante.

Por ora, vale destacar, com o intuito de manter o fio condutor desta pesquisa, que os aspectos relacionados ao gênero compreendem importantes marcadores para o estabelecimento do totemismo – embora não sejam indicados como tal por Freud (1913/2013) ao longo de sua obra. Os rituais relacionados ao totem poderiam acontecer por razão da iniciação masculina, por exemplo, além de considerar que os laços de hereditariedade seriam transmitidos por via

materna: “a transmissão do totem se dá, via de regra, pela linhagem da mãe, e originalmente a linhagem do pai talvez nem fosse reconhecida” (Freud, 1913/2013, p. 163). Observamos, dessa forma, que a distinção entre os sexos já se encontrava presente na organização dos homens primitivos, configurando particularidades significativas nas atribuições conferidas aos sujeitos pertencentes a determinado clã. A própria origem do totemismo tem, em uma de suas hipóteses, a mulher como marca principal: a partir da dificuldade em associar o ato sexual à concepção, a gravidez passa a ser vista como o renascimento de um espírito presente em uma estação de espíritos, da qual descendem todos os sujeitos de um totem.

Segundo o autor, durante o processo edípico, há a ocorrência de dois traços que convergem com o totemismo, sendo eles a identificação e a atitude ambivalente em relação ao animal totêmico. Dessa forma, foi possível a Freud (1913/2013, p. 203), inferir que:

Se o animal totêmico é o pai, o teor dos dois principais mandamentos do totemismo – os dois preceitos que constituem seu núcleo, não matar o totem e não ter relações sexuais com uma mulher do totem – coincide com os dois crimes de Édipo, que matou o pai e tomou a mãe por esposa, e com os dois desejos primordiais da criança, desejos cuja repressão insuficiente ou cujo redespertar forma o núcleo de talvez todas as psiconeuroses.

Na relação totêmica também se encontram com bastante frequência as práticas de sacrifício, as quais, segundo o texto freudiano *Totem e Tabu* (Freud, 1913/2013), corresponderiam a uma oferenda a determinada divindade como reconciliação ou pedido de favores, de tal modo que o sacrifício seria, primordialmente, um ato de sociabilidade dos crentes com seu deus. A forma mais primordial de sacrifício, por seu turno, compreendia o sacrifício animal e a posterior degustação de sua carne e de seu sangue por todos os membros do clã. Por outro lado, não podemos deixar de considerar o auto sacrifício admitido pelos homens enquanto um dos atestados de sua virilidade como sendo igualmente produto dessa lógica, considerando

que, ao delegar seu corpo em prol da “causa masculina” também estabelece uma conexão intensa com outros homens a partir do reconhecimento mútuo.

Com efeito, a permissão ao sacrifício do totem - a despeito da identificação com o animal sacrificial - decorreria da necessidade de enfatizar o vínculo sagrado que une os participantes entre si e com seu deus, oriundo da vida do animal ingerido, agora presente em sua carne e em seu sangue, por meio da refeição totêmica. Este cenário é ilustrado por Freud (1913/2013, p. 214) da seguinte maneira:

Numa ocasião solene, o clã mata cruelmente o seu animal totêmico e o devora cru, carne, sangue e ossos; os membros do clã estão vestidos à semelhança do totem, imitam-no em sons e movimentos, como se quisesse enfatizar sua identidade e a dele. Há a consciência de realizar uma ação que é proibida a cada um, que apenas pela participação de todos pode se justificar; e nenhum deles pode se excluir do assassinato e da refeição. Após o ato, o animal morto é chorado e lamentado.

Ao retomar a consideração do animal totêmico como sucedâneo da figura do pai, Freud (1913/2013) aponta que é estabelecida uma análoga proibição de assassinio deste último, que passa a ser permitido somente enquanto compartilhado por todos os membros do clã, tornando-se uma ocasião festiva na qual o animal é morto e pranteado. Nesse enlace, é possível observar o caráter ambivalente dos sentimentos direcionados ao animal totêmico e, da mesma maneira, presentes no complexo paterno (Freud, 1913/2013).

Em referência à horda primeva outrora proposta por Darwin, Freud (1913/2013, p. 216) destaca as características do pai primevo – as quais, de acordo com ele, não explicariam de todo as origens do totemismo: “Um pai violento e ciumento, que reserva todas as fêmeas para si e expulsa os filhos quando crescem, eis o que ali se acha”. Por conseguinte, ao relacionar essa conjuntura ao acontecimento da refeição totêmica, o autor prossegue indicando a ocorrência de uma reunião dos irmãos expulsos da horda, os quais, unidos, assassinam o pai e o devoram em

um ritual que não seria possível individualmente: “A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião” (Freud, 1913/2013, p. 217).

Um ponto importante a ser evidenciado a partir da conjuntura acima descrita compreende o fato de que a posse do corpo feminino tenha sido uma das principais motivações da rebelião dos irmãos da horda, de maneira que a marca da dominação masculina poderia ser remontada a um período primevo. Essa suposição se sustenta na ideia de que a dominação da natureza preconizava primariamente a dominação da reprodução humana – para qual o corpo feminino seria imprescindível – de forma a estabelecer a posse das mulheres como uma das prioridades nesse processo.

Nessa trama, a organização orientada pelas relações entre os homens converte uma privação deles – aquela de gerar a vida – em pretexto para a dominação: “Desprovidos do poder detido pelas mulheres, os homens reservam para si todos os outros, inclusive o de controlar a sexualidade feminina” (Jablonka, 2021, p. 50). Destarte, a mulher só se faz interessante enquanto produtora de alimentos e reprodutora de homens, o que exprime uma submissão feminina econômica e política: “Do contrário ela torna-se uma boca inútil” (Enriquez, 1990, p. 205).

Aqui notamos uma reiteração na condição de posse estabelecida no âmbito das relações entre homens e mulheres, onde a necessidade de obtenção de satisfação teria suscitado a tentativa de estabelecer a posse do corpo feminino, para quem: “. . . o arbítrio do chefe supremo e pai era irrestrito” (Freud, 1930/2021, p. 350). Sendo assim, Freud (1930/2021, p. 354) compreende a noção de propriedade como o sedimento das relações entre os seres humanos e conclui que:

As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual; o trabalho de cultura tornou-se cada vez mais um assunto dos homens, coloca-lhes tarefas cada vez mais difíceis, obriga-os a sublimações pulsionais. . . Já que o ser humano não dispõe de quantidades ilimitadas de energia psíquica, ele tem necessariamente de resolver as suas tarefas por meio de distribuição adequada da libido. O que ele utiliza para fins culturais ele subtrai em grande parte das mulheres e da vida sexual.

Partindo desse ponto de vista, depreendemos que o mito fraterno opera enquanto organizador das relações sociais que se estabelecem em decorrência do assassinio do pai primevo, dado que deste primeiro momento derivam as leis culturais que regem as possibilidades – e impossibilidades – de satisfação. Por outro lado, ao igualar os irmãos da horda sob estes regimentos, organiza-se uma certa estrutura das relações sociais, a qual abrange componentes inconscientes que almejam burlar precisamente tais regimentos culturais instituídos, conduzindo os sujeitos a um conflito pulsional incessante com a cultura – considerando que relações sociais e cultura mantêm uma relação paradoxal de aproximação paralela a uma constante tentativa de afastamento.

Nessas circunstâncias, o estabelecimento da ordem cultural surge como uma tentativa de aplicar certa regularidade no âmbito das relações sociais, amparada na limitação das possibilidades de satisfação pulsional diante da exigência da prática da justiça. As liberdades individuais são, desse modo, sacrificadas em benefício da coletividade, mas podem retornar como “. . . resto da personalidade originária não domado pela cultura e tornar-se, assim, a base da hostilidade cultural” (Freud, 1930/2021, p. 345). Essa hostilidade, resultante do conflito entre a demanda de satisfação pulsional e os regimentos culturais estabelecidos, resulta no que Freud (1930/2021) denominou de mal-estar na cultura – resultando, como exemplo, nas formações de massa, as quais serão melhor elucidadas adiante.

Retomando a conjuntura do mito primevo, ao prosseguir acerca das motivações para os acontecimentos envolvidos no ritual da refeição totêmica, Freud (1913/2013) indica a ambivalência de sentimentos observada no complexo paterno como uma de suas principais: os irmãos da horda odiavam o pai enquanto obstáculo para as suas reivindicações, enquanto também o amavam. Ao eliminar o pai e satisfazer seus desejos de identificação – a partir da ingestão da sua carne e do seu sangue –, a corrente afetiva emerge em forma de *consciência de culpa* como expressão de uma obediência *a posteriori*:

O morto tornou-se mais forte do que havia sido vivo. . . Aquilo que antes ele [o pai da horda] impedia com sua existência eles proibiram então a si mesmos. . . Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas (Freud, 1913/2013, p. 219).

Por conseguinte, a dissolução da horda primeva estabelece a proibição do assassinio do animal totêmico como resposta afetiva à morte do pai e, do mesmo modo, permite o desenvolvimento de laços fraternos entre os irmãos a partir da sublimação dos desejos sexuais decorrente da proibição do incesto: “Assim salvaram a organização, que os havia fortalecido e que pode ter se baseado nos sentimentos e atividades homossexuais que teriam surgido entre eles no tempo da expulsão” (Freud, 1913/2013).

Nesse contexto, para as fratrias, a realização das cerimônias totêmicas passou a representar não somente a expressão de uma consciência de culpa a partir do parricídio, mas também uma lembrança do triunfo sobre a figura do pai: “A satisfação por esse triunfo leva a instituir a festa de recordação que é a refeição totêmica, na qual as obrigações da obediência a posteriori são deixadas de lado” (Ibid., p. 222). E, com o estabelecimento dessas normas, as fratrias exerceram influência significativa no desenvolvimento da sociedade, assegurando aos

irmãos que nenhum deles trataria um ao outro como o pai os tratou – sob o risco de um rompimento da própria organização que fora instituída.

A esta altura cabe ressaltar, mais uma vez, a discrepância dos relacionamentos estabelecidos entre os irmãos da fratria, os quais se equipararam diante do mesmo regimento – instituindo assim uma organização baseada nessas relações entre os homens do clã –, enquanto às mulheres se reservou o lugar de posse e de fomentadoras do crime cometido (Freud, 1921/2021). Isto posto, não seria fonte de comoção a observação de que, a partir de determinados marcadores, esse modelo de hierarquização ainda prevalece nas organizações humanas, tendo sido preliminarmente orientado a partir dos sexos, como apontado por Jablonka (2021, p. 29): “Sem dúvida outros fatores que não o sexo distinguem os seres humanos, mas as sociedades nunca classificaram seus membros segundo a forma das orelhas ou o tamanho dos pés. A binaridade dos sexos ainda é uma invariante”.

Retornando ao mito totêmico, o parricídio gerou uma enorme ânsia pelo pai como resultado da prevalência da corrente afetuosa após a sua eliminação, já que uma das principais motivações para o crime seria decorrente do desejo de ocupar a mesma posição de poder e dominação que aquele mesmo pai exercia. Nesse ponto, ao retomarmos o próprio Freud (1913/2013), consideramos que a proibição do exercício da posição de onipotência do pai primordial por algum dos irmãos da fratria demonstra, em contrapartida, o desejo sedimentado precisamente na direção da assunção de tal poderio.

Dessa forma, presentifica-se o paradoxo da constituição da masculinidade, que só se faz possível diante das constantes provas de pertencimento ao conjunto, originando o permanente estado de crise sob o qual se sedimenta – estado esse superado somente pela exceção do pai primevo ou, como abordaremos mais adiante, pela idealização da figura do líder nas formações de massa.

Sendo assim, Freud (1913/2013, p. 226) expõe o quanto “após um longo período pôde se abrandar a irritação contra o pai, que impelira ao ato, o anseio por ele pôde aumentar, e foi possível nascer um ideal que tinha por conteúdo o ilimitado poder do pai primevo, outrora combatido, e a disposição de a ele sujeitar-se”. Devido à necessidade de submissão a uma figura paterna – como teria sido o pai da horda primeva –, as organizações sociais que daí derivaram converteram-se gradualmente ao patriarcado: “A família era uma restauração da antiga horda primeva, e devolvia aos pais uma boa parcela dos seus direitos de antes” (Freud, 1913/2013, p. 227). Dessa forma, seria possível delimitar as origens da organização patriarcal e as razões para sua manutenção ao longo dos séculos – estendendo-se às organizações de Estado, por exemplo –, a despeito das suas desvantagens.

Partindo das elucubrações freudianas do texto percorrido ao longo deste subcapítulo, por sua vez, remetendo à lógica aristotélica, Lacan formaliza a sua compreensão da sexualidade (Ambra, 2014). Diante disso, nos direcionaremos à verificação do conceito de sexuação para Lacan (1971/2009), depreendida a partir da leitura freudiana acerca do masculino.

2.2 Totem e Tabu e o *tothomem*

Ao considerar a exceção marcada pela figura do pai primordial, Lacan (1971/2009) analisa a possibilidade de organização de um conjunto “todas as mulheres” no primeiro momento do mito totêmico, considerando que somente à figura do pai dominador seria possível o gozo de “todas as mulheres” da horda. Consolidado o parricídio, contudo, estabelece-se um outro conjunto: o conjunto *tothomem*. Tal conceito exprime a universalidade erigida pelo pacto dos irmãos da horda ao demarcar uma impossibilidade que se aplica igualmente a todos os irmãos da fratria – ou seja, aos sujeitos reconhecidos como homens –, universalidade esta que só se dá pela existência de uma exceção à qual a regra gerada não se aplicou:

Daí resulta, por exemplo, que não se pode fundar nada do status do homem, visto pela experiência analítica, senão juntando artificialmente, miticamente, o *todohomem* com o suposto homem, o pai mítico de *Totem e Tabu*, isto é aquele que é capaz de satisfazer o gozo de todas as mulheres (Lacan, 1971/2009, p. 133).

Para o autor, portanto, o homem existe enquanto uma “equação matemática”, como resultado de uma operação para qual existe um *ao-menos-um* que não se encontra inscrito na função fálica (Lacan, 1971/2009). A universalidade do conjunto remete a um ponto ideal alcançado por meio da identificação com a figura do pai mítico, sob a qual os homens amparam a construção de sua masculinidade, afastando-se de uma maior liberdade com o semblante ou com alguma possibilidade de invenção (Bonfim, 2022).

Por outro lado, a tentativa de estabelecer uma totalidade, por si própria, já denota a artificialidade do caráter totalizante – tal como ocorre nas formações de massa – na qual reside a adoção das insígnias fálicas: “Para sustentar esse universal, o homem se faz escravo do semblante fálico, escravo de uma suposta posse fálica, com toda impostura que isso envolve” (Ambra, 2022, p. 120). É por essa perspectiva, ademais, que a exclusão surge enquanto uma marca indispensável de garantia da consistência do conjunto, seja como um agrupador externo – como ocorre no caso do pai primevo, a exceção que funda a lei capaz de igualar todos os outros membros – ou enquanto operação interna, pela segregação daqueles que não performem uma certa virilidade, invalidando seu pertencimento ao grupo.

Procede daí que o homem, no ensino lacaniano, é o sujeito totalmente marcado pela função fálica, dando primazia ao âmbito da linguagem – especialmente às posições assumidas pelos sujeitos diante dos discursos sociais vigentes, os quais estabelecem os laços sociais. Assim, considerando homem e mulher enquanto representações inconscientes, Ambra (2014, p. 186) argumenta, em referência a Lacan (1969-1970/1992): “o homem, o macho, o viril, tal como o conhecemos, é uma criação de discurso”. A função fálica, portanto, não fornece as

diretrizes para o exercício da sexualidade masculina – apesar de ser exercida justamente nessa tentativa –, mas prevê o parâmetro para a inclusão ou não de determinado sujeito ao grupo *to do homem*; ou seja, a norma organiza um assentimento formal que tenta produzir justamente a consistência que esta própria norma preconiza e que, por conta disso mesmo, já contém em si a percepção da impossibilidade da integração total dos sujeitos aos seus regimentos.

Levando em conta o percurso empreendido por Freud em *Totem e Tabu* (1913/2013), observa-se a participação crucial do complexo de Édipo na elaboração de organizações sociais como a religião, a moralidade, a sociedade e a arte e, como observado pelo autor: “. . . em plena concordância com a verificação psicanalítica de que esse complexo forma o núcleo de todas as neuroses” (Freud, 1913/2013, p. 238).

Ao se distanciar de certo biologismo, Lacan (1971/2009) retira do mesmo complexo de Édipo o papel crucial nas determinações de gênero, já que estas passam a se referir primordialmente à posição do sujeito falante, dado que em algum momento da inserção na linguagem os sujeitos são divididos em categorias de gênero que os antecedem. A validação do semblante *homem*, portanto, perpassa por determinações sociais estabelecidas que passam a ser adotadas pelos sujeitos que se reconhecem enquanto homens como uma maneira de reafirmar esta imagem, demonstrando o caráter permeável do discurso na construção das identidades sexuais.

Por fim, uma observação fundamental apontada por Freud (1913/2013) compreende a noção de que, ao pensar em uma psique das massas, é possível conceber processos semelhantes aos que procedem na psicologia individual. É nesse sentido, portanto, que se faz importante pensarmos as aproximações entre a dimensão universalizante pautada pela lógica fálica ao que se observa nos fenômenos de formação de massas, posto que, como argumenta Bonfim (2022, p. 120):

O homem acredita mais nos semblantes que estruturam o campo das identificações, visto que se tomam como parte integrante de um todo, do conjunto de homens. A ideia de que “todos” estão sujeitos à castração fornece o sentido de pertencimento e identificação ao semelhante a partir de uma identificação comum. . .

Logo, é ao tomar parte no conjunto universal “homem” – para o qual a castração se situa enquanto possibilidade democrática – que se estabelece a necessidade de manutenção de determinada hegemonia, considerando que a própria lógica da universalidade pressupõe uma exclusão fundante de tudo que seja passível de negá-la. A virilidade pode ser compreendida, nesse contexto, enquanto a colocação em ato dessa violência excludente, sem a qual não haveria a consistência de tal universalidade. A partir dessa perspectiva, consideramos relevante salientar as características totalitárias operantes no processo de formação de massas, cujos pressupostos parecem ter o mesmo ponto de partida. Para tanto, abordaremos a seguir as nuances da constituição de uma virilidade fascista a partir da leitura de *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921/2021).

2.3 Virilidade fascista e formações de massa

Prosseguindo em suas ponderações, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud (1921/2021, p. 137) aposta na indissociabilidade do sujeito da trama social e cultural na qual se encontra inserido: “Na vida psíquica do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo”. Assim, utilizando-se das reflexões anteriormente empreendidas por Gustave Le Bon no tocante ao fenômeno da psicologia das massas, Freud (1921/2021) se apoia no pressuposto de que a inclusão do sujeito em uma massa humana pode incorrer em uma

“massa psicológica”, de modo que ele (o sujeito) passe a agir de maneira dissimilar ao que seria. Como efeito: “Certas ideias, certos sentimentos só surgem ou só se convertem em atos nos indivíduos ligados à massa” (Freud, 1921/2021, p. 140).

Ao tratarmos das virilidades fascistas⁵, especificamente, faz-se notável a obstinação destes movimentos em fazer surgir o “homem novo” – o qual pressupunha, em última instância, o surgimento de uma nova virilidade diante do colapso de um modelo anterior, provocado pela vulnerabilidade desvelada pela Grande Guerra. Esse novo modelo tem o sujeito masculino como insígnia, enquanto às mulheres caberia a manutenção do ambiente doméstico, sendo meramente toleradas: “No casal homem-mulher, se a mulher é relativa, o homem é indubitavelmente absoluto: fonte de todo valor moral, ele encarna a essência do fenômeno fascista” (Chapoutot, 2013, p. 336).

Destacamos que, dentre alguns fatores fundamentais para a manifestação de organizações totalitárias, a ocorrência de crises sociais corresponde a um dos mais significativos, nas quais se incluem o suposto declínio da posição masculina diante de uma crise da virilidade. As oposições binárias, por sua vez, parecem não se resumir somente à esfera homem-mulher, mas constituem um processo fundamental dos movimentos totalitários, os quais encontram na exclusão do diferente a essência de sua prática. Diante de oposições simplistas, atribui-se ao sujeito homem a estabilidade em um mundo de instabilidades. E, na busca por uma virilidade quimicamente pura, evita-se qualquer possibilidade de hibridismo com o outro, isso significando que o feminino não participa de seu mundo (Chapoutot, 2013).

Dessa forma, também a feminilidade passa a ser associada ao inimigo, estando ambos alocados no lugar da exclusão. Para os ideólogos nazistas, por exemplo, demonstrações de violência praticadas por judeus – as quais poderiam se equiparar à força máscula – são

⁵ Cabe ressaltar que o termo “fascismo” tem sua origem com o movimento político, econômico e social estabelecido por Benito Mussolini na Itália em 1922. Posteriormente, passou a ser utilizado como operador conceitual para outras áreas do conhecimento, como neste trecho no qual Chapoutot (2013) se refere a uma virilidade observada no contexto de movimentos de caráter totalitário.

correlacionadas a atitudes animais, já que a verdadeira virilidade seria exclusividade da raça nórdica (Chapoutot, 2013). Logo, presumem que a única forma encontrada pelos judeus para vencê-los, já que não possuem a virilidade necessária para vencer por meio da força, seria a feminização da nação ariana, justificando assim a exclusão dessa categoria étnica. Sob o mesmo pretexto, também se promovia uma punição dos homossexuais pautada na argumentação de que estes constituíam uma aberração biológica, já que privariam o uso legítimo dos órgãos reprodutores, cuja função primordial deveria ser a reprodução (Chapoutot, 2013). Diante dessa argumentação, fica evidente uma das características fundamentais da virilidade fascista: a reprodução natural para dar novos filhos à pátria – e, por conseguinte, ao líder –, desde que essa sexualidade siga normas de gênero e também de raça.

Esse espírito combativo, cuja ascensão pode ser observada diante da necessidade de fazer ressurgir uma “nova” virilidade, pode ser considerado uma reação à evidência da fragilidade dos corpos masculinos propiciada pela Primeira Grande Guerra. Em oposição à impotência inquestionável, passa-se a promover a potência esportiva, sexual e guerreira como respostas a uma modernidade ameaçadora não somente pelos movimentos de emancipação das mulheres, mas também pelos fenômenos técnicos responsáveis por “liquidar” os homens no contexto da guerra. A superação da fraqueza da carne, portanto, só poderia ser empreendida por meio do endurecimento do corpo: “o homem, que se revelou fraco e deliquescente diante do metal da máquina de morte, deve se tornar semelhante a esta própria máquina” (Chapoutot, 2013, p. 347).

Ainda nos termos de Chapoutot (2013), por ansiar o estabelecimento dessa virilidade como uma permanência masculina através das provas da história, a virilidade fascista costuma construir um arquétipo anti-histórico, relacionando virtudes masculinas da antiguidade clássica à contemporaneidade. Diante desse cenário, a virilidade esportiva desponta como uma prática da disciplina e do autocontrole, além da devoção ao coletivo para a qual seu corpo representa

apenas um instrumento, manifestando um caráter amplamente presente no ideal viril: o engajamento até o extremo e, em suma, até a morte. Assim, estabelece-se a morte pelo sacrifício a favor da causa fascista como uma maneira honrada de morrer, recusando a derrota a qualquer custo – mesmo sob o custo da própria vida.

Ao fim e ao cabo, a lógica do combate institui o homem fascista como, antes de tudo, um soldado a partir da exaltação de uma violência primitiva que deixa de receber o status de uma regressão infeliz e passa a ser considerada uma atitude sadia contra a alienação feminilizante contemporânea que permite ao homem-macho reencontrar-se com a sua “natureza” (Chapoutot, 2013). Nessa lógica, os princípios do autodomínio e da ética do sacrifício passam a encontrar espaço de renovação diante do fervor viril das trincheiras, constituindo o *ethos* desse novo homem.

À vista disso, a educação fascista se constitui como um importante elemento na dinâmica de formação de corpos e corações endurecidos, enquanto passam a priorizar uma educação física e militar cujo objetivo seria construir corpos capazes de servir ao líder, a partir de uma obediência acrítica. Sendo assim, como mencionado por Chapoutot (2013, p. 355):

A tradição pelo *drill* prussiano, agravada pela memória da violência da Grande Guerra, pela exaltação nazista do combate e pelo desprezo por toda forma de fraqueza, de humanismo e de piedade chega ao culto e à prática de uma violência bruta que faz rimar virilidade com sadismo, que confunde força e violência e faz uma virtude da obediência mecânica às ordens mais desumanas.

A partir desse trecho, destacamos a aproximação entre a violência e a virilidade dentro do contexto das massas, a qual poderia ser remontada a períodos primevos. Como anteriormente explorado em *Totem e Tabu* (1913/2013), onde a partilha da responsabilidade pelo assassinio do animal totêmico pelos integrantes do clã justificaria a sua execução, a organização em

massas parece deter o potencial para livrar os sujeitos de suas moções pulsionais inconscientes.

Le Bon (1912, p. 15 como citado em Freud, 1921/2021, p. 142) igualmente relata que:

O indivíduo na massa adquire, pelo simples fato do número [*Menge*], um sentimento de poder invencível, que lhe permite ceder aos instintos [*Triebe*], os quais ele teria necessariamente contido se estivesse sozinho. Nesse caso, ele cederá muito mais facilmente, pois, sendo a massa anônima, e conseqüentemente irresponsável, o sentimento de responsabilidade, que sempre retém os indivíduos, desaparece completamente.

Ainda remetendo a Freud (1921/2021), seria possível citar como principais características da massa: o seu sentimento de onipotência, desaparecendo o conceito de impossível; a posição acrítica, influenciável por sentimentos simples e muito exagerados, facilmente inclinada a extremos; a tendência a estímulos desmedidos, exagerados e repetidos. Nesse ponto, a regressão da vida anímica individual na massa parece resultante de uma desconsideração das restrições impostas a determinadas moções pulsionais requisitadas para o convívio social. Ademais, é possível considerar esse movimento uma expressão direta da pulsão de morte, que encontra nessas suspensões do recalçamento a possibilidade de satisfação – ao menos parcial – do conteúdo pulsional destrutivo.

Nesse contexto, a libido representa uma condição indispensável na configuração das massas. Ela seria, de acordo com Freud (1921/2021, p. 162): “a energia considerada como grandeza quantitativa – mesmo que por ora não seja mensurável – dessas pulsões que têm a ver com tudo aquilo que podemos abranger na ordem do amor”. Ou seja, a libido seria a expressão de moções pulsionais que impelem à união sexual, as quais, em outras circunstâncias, afastam-se de suas metas sexuais – mantendo, contudo, algo de sua essência originária; a essas pulsões de amor, Freud (1921/2021) denominou *pulsões sexuais*. Tendo em mente que as massas se amparam, por sua essência, nas relações amorosas, decorre daí, portanto, a dedução da

importância da libido como a força que mantém a coesão da massa, já que: “quando o indivíduo na massa desiste de sua singularidade e se deixa suggestionar pelos outros, ele o faz porque nele há uma necessidade de antes estar de acordo e não em oposição a eles, talvez, portanto, ‘por amor a eles’” (Freud, 1921/2021, p. 164).

Essa ligação libidinal pode ser evidenciada a partir do fenômeno do pânico, um medo gigantesco e desmedido produzido pela cessação das ligações recíprocas que sustentam o grupo. Na contramão da formação de massas, portanto, o pânico representa a sua desintegração, abrangendo a interrupção das considerações que os sujeitos integrantes demonstram uns pelos outros (Freud, 1921/2021). Nesse sentido, se a perda do líder – ou da confiança nele – se encontra na origem da irrupção do estado de pânico, talvez possa se relacionar a tentativa de sobrepor as moções de desejo investidas afetivamente a essa dinâmica, de modo a se empenhar em manter a posição de conforto e prazer proporcionado pela organização em massa. O sentimento de crise que habita a esfera da masculinidade pode remeter a tal dinâmica libidinal, ao passo que os atributos que agrupam os sujeitos no grupo “homem” e que promovem a identificação necessária entre os participantes da massa passam a ser questionados, por exemplo.

Observamos, ademais, que as características esperadas de um sujeito que possa ocupar a posição de líder em uma coletividade que se organiza como massa necessariamente precisam incluir o aspecto da dominação (o que, aliás, também se encontra, de maneira intrínseca, relacionado à condição da masculinidade, conforme debatemos anteriormente): “Ela [a massa] respeita a força e só se deixa influenciar moderadamente pela bondade, que, para ela, significa uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é a força, até mesmo a violência” (Freud, 1921/2021, p. 148).

Nessa perspectiva, por mais que tenha ocorrido, historicamente, uma tentativa de aniquilamento do exercício de uma virilidade fisicamente agressiva, as formas insidiosas de

dominação parecem haver prevalecido, beneficiadas por uma incapacidade da lei em atingir “. . . as expressões mais prudentes e refinadas da agressão humana” (Freud, 1930/2021, p. 364). Esse caráter insidioso, portanto, pode ser pensado como uma resposta possível à exigência de uma virilidade tradicional e, por outro lado, aos princípios das sociedades modernas, o que só se faz possível diante da construção de uma solidariedade mecânica entre os homens (Haroche, 2013).

Nesse ponto, mencionamos as fraternidades como um dispositivo viril essencial, dado que presumem uma solidariedade entre homens-irmãos, permeada por uma hierarquização entre iguais – remetendo ao modelo patriarcal autoritário, cujo funcionamento se ampara nas estruturas da horda primordial. Isto porque o vínculo estabelecido nestes grupos corresponde a uma tentativa de remeter a um contato fusional como uma reação à angústia frente a uma dispersão individualista observada na contemporaneidade:

Diante das incertezas de um mundo que muda, se tenta reencontrar, reestabelecer o corpo, fundir na superpotência de um corpo coletivo macho as forças e as energias de cada um. Para esquecer assim o medo da impotência que espreita cada um (Haroche, 2013, p. 24).

Assim notamos que, bem como o questionamento dos atributos social e culturalmente relacionados exclusivamente ao masculino é capaz de induzir uma crise nesse âmbito, a reunião dos sujeitos pertencentes ao grupo exerce uma força contrária no sentido de reiterar a validade de suas posições. Nesse sentido, podemos mencionar o aumento da popularidade de discursos masculinistas e misóginos na grande mídia, por exemplo, enquanto consequência da tentativa de fortalecer os únicos atributos que os sujeitos homens são ensinados a apontarem como essencialmente masculinos, o que os *faz* homens – isto é, a virilidade, a agressividade, a racionalidade, etc.

Prosseguindo, Freud (1921/2021, p. 176) indica que as categorias de gênero parecem haver tido importante relevância no processo de estruturação da sociedade: “. . . porque se ligava ao trabalho em comum, ocorreu o mesmo tanto no amor sexual pela mulher, com todas as obrigações dele decorrentes de poupar o que era caro à mulher, quanto no amor dessexualizado, sublimadamente homossexual por outro homem”. Vale destacar novamente como as organizações humanas parecem ter se amparado fundamentalmente nas relações sublimadas entre os homens, enquanto às mulheres caberia a ligação pelo trabalho concretizado para o grupo e a posição de objeto das realizações sexuais dos sujeitos dominantes – no caso, os homens. Desse modo, a afetividade é intensificada na massa de maneira que não ocorre sob outras condições. Isso porque: “. . . constitui precisamente uma sensação extremamente prazerosa para os participantes poder entregar-se tão irrestritamente às suas paixões e assim desaparecer na massa, e perder o sentimento de sua delimitação individual” (Freud, 1921/2021, p. 155).

A partir deste enfoque, é possível considerar a tendência prazerosa da integração à massa relacionada à angústia produzida no sujeito diante de sua primeira perda narcísica, perda essa decorrente da percepção de sua separação do corpo materno, além das possibilidades de suspensão – ao menos provisoriamente, enquanto parte da massa – das restrições a determinadas moções pulsionais consideradas nocivas ao convívio social. Por esta razão, em referência a McDougall, Freud (1921/2021) afirma que a intensificação das cargas de afeto dos sujeitos ocorre por uma espécie de indução recíproca, na qual os sujeitos se deixam deslizar para os mesmos afetos diante da apropriação de estados de afeto percebidos; assim: “As moções afetivas mais grosseiras e simples têm a maior perspectiva de se propagar dessa maneira em uma massa” (Freud, 1921/2021, p. 154). Adorno (1975/2019, p. 142), por sua vez, ao tratar acerca das particularidades dos sujeitos que apresentam características autoritárias, aponta que:

O indivíduo que foi forçado a renunciar aos prazeres elementares e a viver sob um sistema de rígidas restrições, e que, portanto, se sente sobrecarregado não apenas buscará um objeto sobre o qual possa “descarregar”, mas também fica particularmente irritado com a ideia de que outra pessoa está “se safando de algo”.

O cenário arranjado pela exigência de uma masculinidade estrita favorece, por conseguinte, a exigência de imposição dessas restrições de maneira igual a todos os sujeitos aos quais estas se apliquem e a aniquilação de todos os demais que por quaisquer razões não se ajustem aos pré-requisitos do grupo.

Essa completude inalcançável é almejada igualmente pelo fascismo e por uma masculinidade tradicional, dado que o modelo de referência última para ambos é a imagem do pai primevo. Por conseguinte, os interesses individuais são sobrepostos pelo prazer produzido pela trégua nas restrições: “Em obediência à nova autoridade, ele está autorizado a colocar fora de ação a sua ‘consciência moral’ anterior e a ceder à tentação do ganho de prazer, que certamente é obtido através da suspensão de suas inibições” (Freud, 1921/2021, p. 156). A partir dessa intensificação afetiva, portanto, estabelecem-se condições desfavoráveis para a correta atividade intelectual, já que os sujeitos se encontram tolhidos de sua capacidade criativa em seu trabalho de pensamento.

Ao tratar das ponderações freudianas, Adorno (1951/2015) enfatiza que o movimento realizado pelo autor, ao considerar a libido na compreensão da psicologia de massas, contribui para o afastamento da noção de inevitabilidade ou de alguma naturalidade de seu caráter, já que estas seriam antes manifestações de caracteres antigos ocultos. Nesse contexto, a similaridade entre a figura do líder e o pai da horda passam a constituir um mecanismo utilizado em favor da propaganda fascista:

Somente a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a ideia do pai primitivo onipotente e ameaçador. Essa é a raiz última da, de outro modo enigmática,

personalização da propaganda fascista, sua incessante reiteração de nomes e supostos grandes homens, em vez da discussão de causas objetivas (Adorno, 1951/2015, p. 165).

Ademais, o pavor diante da diferença observado nas mais diversas formações de massa pode ser considerado um indicativo de uma evidente intolerância aos sujeitos não pertencentes ao seu pequeno grupo, que passa a ser autorizada, lembrando a expressão de certo *narcisismo das pequenas diferenças* – o qual, por seu turno, decorre dos sentimentos hostis presentes na ambivalência fundamental das relações humanas.

Nas formações de massa, no entanto, ocorre uma suspensão dessa hostilidade em relação aos seus membros diante da recusa em reconhecer elementos que os diferenciem entre si, enquanto estes aparecem sem restrições no trato com o outro: “E da mesma forma como antes o narcisismo das pequenas diferenças era uma garantia de uma unidade do Eu, agora passa a ser a garantia de uma coesão e singularidade de uma massa” (Reino & Endo, 2011, p. 21). Decorre dessa noção a conclusão de que: “O líder ou a ideia condutora poderiam também, por assim dizer, tornar-se negativos; o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia, da mesma forma, ter um efeito unificante e produzir ligações afetivas semelhantes, tal como a dependência positiva” (Freud, 1921/2021, p. 173).

Em consonância com o observado por Adorno (1967/2020), a aversão à diferença também constitui um importante mecanismo de liberação das pulsões reprimidas no contexto civilizatório, a partir do momento em que esses outros – ou *out-groups*, como nomeado pelo autor – passam a ser considerados ameaçadores para a manutenção dos privilégios masculinos. Da mesma maneira que os movimentos autoritários se baseiam na agudização de um medo para o qual recomendam a si mesmos, a masculinidade tradicional exprime uma ameaça pelo contexto da modernidade e a única resposta a essa catástrofe seria a retomada de características referidas a um modelo de masculinidade tradicional, como pode ser observado nas figuras 5 e 6 a seguir:

Figura 5

Masculinidade tradicional versus modernidade.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CezPmz5uREg/>

Figura 6

Níveis de testosterona.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CezPmz5uREg/>

A partir das imagens exibidas, notamos a eleição de um medo que não encontra amparo na realidade ao status de ameaça irremediável, ponto no qual a massa revela sua correspondência com o estado neurótico – no qual há uma supervalorização da vida psíquica em detrimento da realidade concreta –, já que também engendram encadeamentos com as ilusões: “as massas nunca conheceram a sede pela verdade. Elas exigem ilusões, a que não podem renunciar. Para elas, o irreal sempre predomina sobre o real” (Freud, 1921/2021, p. 150). De acordo com Freud (1921/2021), isso ocorreria porque, quando o sujeito se encontra inserido na massa, as moções de desejos investidos afetivamente se sobrepõem ao exame da realidade.

No tocante à ambivalência de sentimentos, por outro lado, Freud (1921/2021, p. 175) a relaciona a uma expressão do narcisismo: “. . . um amor por si próprio, de um narcisismo que anseia por sua autoafirmação e que se comporta como se a ocorrência de uma irregularidade em suas formações individuais trouxesse consigo uma crítica a elas e uma convocação a reconfigurá-las”. Vale ressaltar que, em oposição, a “irregularidade” mencionada pelo autor tem como sua referência a imagem do ideal tomado para si, de maneira que este constituiria o parâmetro de regulação das subjetividades e justificaria a sua tentativa de imposição deste a outros sujeitos. Assim, enquanto participantes do mesmo grupo, as ligações libidinais podem ser identificadas como a essência das formações de massa, já que delimitam como seus objetos aqueles integrantes da satisfação.

Nessa conjuntura, como argumentado por Gay (1997 como citado em Haroche, 2013), o ideal viril parece constituir uma ferramenta cujo objetivo consiste em facilitar a liberação de pulsões agressivas – liberação essa amparada na justificativa de que a categoria dos homens se encontraria ameaçada. A fetichização da morte pelo fascismo, portanto, parece confirmar que reside justamente aí uma tentativa de aniquilação sustentada pela fascinação masculina pela violência (Forth, 2013). Por outro lado, a tentativa de aniquilação da alteridade por meio da violência parece constituir um atributo amplamente presente no ideal viril masculino que

demonstra sua utilidade aos movimentos totalitários, ao passo que abarca a possibilidade do auto sacrifício – já que, em última instância, a alteridade que se tenta aniquilar está relacionada a um profundo estranhamento em relação ao íntimo singular constituinte de cada sujeito –, conforme explicita Lattanzio (2021, p. 215):

Tal rigidez defensiva da masculinidade também se relaciona estritamente com o emprego da violência, na medida em que esta se apresenta como uma forma estereotípica de se defender da ameaça da alteridade, mesmo que isso signifique usar o próprio corpo como escudo para se defender do outro e, assim, expor-se a riscos. Nesse sentido, na lógica masculina, muitas vezes é mais importante salvaguardar a identidade que proteger o corpo.

Por outro lado, ao se direcionar para algumas observações a respeito da figura do líder da massa, Freud (1921/2021, p. 150) constata a sua indispensabilidade, já que: “A massa é um rebanho obediente, que nunca saberia viver sem um senhor. Ela tem uma tal sede de obedecer que se submete instintivamente a qualquer um que se designe seu senhor”.

Corroborando com o pensamento freudiano, Adorno (1975/2019) indica que a submissão autoritária corresponderia a uma tentativa de lidar com a ambivalência produzida diante de figuras de autoridade, considerando que o exagero nas demonstrações de respeito e obediência encobrem os impulsos hostis e rebeldes subjacentes, que passam a ser controlados por medo; tais pensamentos do autor serão melhor examinados no capítulo seguinte, mas podem ser convocados desde agora dada a afinidade entre as teorias adorniana e freudiana.

Quanto ao líder, interessa que seja capaz de despertar a crença da massa a partir de uma demonstração de fascinação por uma determinada crença poderosa, exercendo uma espécie de *prestígio* que Freud (1921/2021) comparou ao sentimento da fascinação hipnótica. Tal *prestígio* se manifesta nos efeitos de sugestão, os quais compõem um fenômeno originário e fundamental da vida anímica humana, mas também podem ser relacionados ao fascínio exercido pelo

narcisismo de um sujeito para outros que desistiram de seu próprio narcisismo em detrimento da busca pelo amor objetal. Retomando Freud (1914/2010, p. 34) no texto *Introdução ao Narcisismo*: “É como se os invejássemos pela conservação de um estado psíquico bem-aventurado, uma posição libidinal inatacável, que desde então nós mesmos abandonamos”.

Nesse ponto, torna-se importante pensarmos nos processos associados à queda do narcisismo primário no sujeito e sua posterior eleição de um *ideal* de Eu. O narcisismo primário é referido às atribuições de perfeição realizadas pelos pais ao bebê, suprimindo todos os defeitos – daí, por exemplo, a negação da sexualidade infantil – e conferindo ao bebê, assim, uma posição de “majestade” (Freud, 1914/2010). Ao passar pelos complexos infantis e constatar a inviabilidade na satisfação de determinadas metas pulsionais que entram em conflito com as ideias morais e culturais, o sujeito elege, por seu turno, um ideal dentro de si, pelo qual estabelece métricas repressivas para atingir o seu cumprimento. De acordo com Freud (1914/2010, p. 40): “A esse Eu ideal dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como o infantil se acha na posse de toda preciosa perfeição”.

Freud (1921/2021) salienta, por conseguinte, que o líder não necessita de muitas exigências para que assuma tal posição, bastando se valer das dificuldades de separação entre Eu e ideal do Eu em alguns sujeitos, possuir características facilmente relacionáveis a esses sujeitos, além de transparecer uma maior liberdade libidinal – resultando no anteriormente mencionado “prestígio”. Ademais, a própria separação entre Eu e ideal do Eu demonstra a sua regressão periódica, de modo semelhante aos banquetes totêmicos realizados no âmbito da comunidade fraternal. Isto porque:

O Ideal do Eu contém a soma de todas as restrições às quais o Eu deve submeter-se, e é por isso que o recolhimento do ideal deveria ser uma festa grandiosa para o Eu, que

então teria novamente o direito de estar satisfeito consigo mesmo (Freud, 1921/2021, p. 210).

Daí resulta, outrossim, o sentimento de culpa ou de inferioridade associado ao estado neurótico, a uma assimetria entre o Eu e o ideal. Como corroborado pelo pensamento de Adorno (1951/2015), é possível atribuir ao conflito entre o ideal estabelecido e as (im)possibilidades de seu cumprimento pelos sujeitos enquanto uma gênese possível para movimentos totalitários a partir da eleição de uma figura de liderança, dado que o contínuo fracasso em satisfazer essas demandas resulta em impulsos narcísicos os quais podem ser satisfeitos somente por meio da idealização e da transferência da libido narcísica ao objeto. O autor indica ainda que:

Uma vez que o indivíduo tenha se convencido de que há pessoas que deveriam ser punidas, a ele é promovido um canal por meio do qual seus mais profundos impulsos agressivos podem ser expressos, mesmo enquanto ele pensa em si mesmo como completamente moral. Se as autoridades externas, ou a multidão, concederem a aprovação a essa forma de agressão, então ela pode assumir as formas mais violentas e pode até persistir depois que os valores convencionais, em nome dos quais ela fora levada a cabo, tenham sido perdidos de vista (Adorno, 1975/2019, p. 144).

Percebemos, portanto, de que maneira a eleição de um líder que demarque precisamente a coesão do grupo assegura ao sujeito a possibilidade de satisfação pulsional, não somente pela possibilidade de externalização das pulsões agressivas, mas também pelo estabelecimento de uma referência moral passível de ser cumprida pelo sujeito – o qual passa a ser também, por conseguinte, o próprio parâmetro da moralidade a ser aplicada universalmente. Dessa maneira, passa-se a condenar uma permissividade moral atribuída aos sujeitos que não cumprem as predeterminações preconizadas pelo grupo, estabelecendo uma dinâmica bastante favorável à satisfação pulsional.

Dado que essa mesma permissividade passa a ser projetada nesses outros mesmo que não se apresentem de maneira fundamentada, correlacionamos o conteúdo dessas projeções aos próprios impulsos inaceitáveis do indivíduo. Adorno (1975/2019) associa a busca por uma ordenação moral externa e a projeção de atributos inaceitáveis em si mesmos a uma incapacidade de avaliação adequada da realidade. Tal incapacidade é ocasionada por um modo de apreciação que se mostra inábil para abarcar observações produtoras de angústia e contradições, por exemplo, resultando na prevalência de explicações excessivamente simplificadas – essa perspectiva será melhor analisada no capítulo subsequente, ao abordarmos as síndromes autoritárias.

Por ora, seguindo em Freud (1921/2021, p. 178), o autor indica outro mecanismo de ligação afetiva bastante relevante para a formação da massa. Trata-se das *identificações*, as quais seriam: “. . . a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva com uma outra pessoa”. Esse mecanismo, por sua vez, desempenha um papel fundamental no complexo de Édipo, durante o qual o menino toma o pai por seu ideal e deseja ser como ele, tomar seu lugar em todos os aspectos, apresentando duas ligações psicologicamente distintas: “com a mãe, um investimento de objeto claramente sexual; com o pai, uma identificação como modelo” (Ibid., p. 178).

Ao demonstrar uma íntima semelhança com o ocorrido no mito da horda primordial outrora debatido em *Totem e Tabu*, Freud (1921/2021) considera a identificação ambivalente desde seu princípio, de modo que ela pode percorrer o caminho da ternura ou o da eliminação. Isso porque seria derivada da fase oral da organização libidinal, na qual se incorpora o objeto cobiçado por meio do ato de comer.

Freud (1921/2021) aponta ainda, como uma importante característica da identificação, a constante possibilidade de emergir quando o sujeito observa elementos em comum com uma pessoa que não seja objeto de suas pulsões sexuais. Além de que: “sob as circunstâncias da

formação de sintoma, portanto, do recalçamento e da dominância dos mecanismos do inconsciente, sempre acontece de a escolha de objeto tornar-se identificação novamente, portanto, de o Eu tomar para si as características do objeto” (Freud, 1921/2021, p. 180). Retomando a investigação quanto às ligações entre sujeitos integrantes de uma massa, é possível pensar a identificação como resultante do amor ao líder, elemento comum entre os participantes. Esse tipo de identificação, na qual o objeto toma o lugar do Eu, foi constatado em outros momentos pelas observações na clínica psicanalítica, como no caso da melancolia:

A característica principal desses casos é a cruel autodepreciação do Eu, ligada a uma autocrítica impiedosa e autocensuras amargas. As análises apresentaram como resultado que essa avaliação e essas autocensuras concernem, no fundo, ao objeto e constituem a vingança do Eu sobre ele (Ibid., p. 183).

Depreendemos disso, portanto, que a identificação com o objeto perdido⁶ confere ao Eu a possibilidade de revivência de um estado narcísico, de modo que o sujeito consiga elevá-lo ao aspecto de importância concedido ao objeto de seu desejo. Nessa condição, o ideal do Eu assume um importante papel quanto ao cumprimento das metas pulsionais, já que se estabelece como substituto para a satisfação com o próprio Eu. Quanto aos aspectos da formação de massas, a identificação com o líder – tanto quanto com os outros integrantes – acaba por produzir um ideal de Eu que promove uma divisão do Eu entre uma parte que se enfurece com a outra modificada pela introjeção do objeto. Sendo assim, Freud (1921/2021, p. 184) indica a existência de uma instância na constituição psíquica que pode ser considerada como o embrião do conceito de Supereu a ser elaborado posteriormente:

Em nosso Eu desenvolve-se uma instância como essa, que se separa do outro Eu e pode entrar em conflito com ele. Nós a chamamos de ideal do Eu [*Ichideal*] e lhe atribuímos

⁶ Essa identificação ao objeto perdido, aqui referida a instâncias ideais, diz respeito ao funcionamento da melancolia. É a partir dessa melancolia constituinte, por seu turno, que Judith Butler (1990/2018) vai pensar as construções de gênero.

como funções a auto-observação, a consciência moral, a censura onírica e a influência principal do recalçamento.

Conforme mencionado anteriormente, o estabelecimento de um ideal do Eu é responsável por promover repressões não apenas no sujeito que o adota, mas também serve como parâmetro para a tolerância (ou intolerância) direcionada aos outros do convívio social – posição que se legitima ao sujeito pela revivescência do narcisismo primário, proporcionada pela introjeção do objeto. De maneira análoga, a identificação com o líder da massa e sua introjeção subsequente promovem a substituição do ideal do Eu pelo ideal encarnado por esse líder, de modo que a identificação entre os sujeitos “irmãos” seria resultante desse processo. À vista disso, a transposição da imagem do líder em um ideal de Eu pode ser referida a um processo de idealização, de acordo com o qual se realiza um afastamento dos anseios sexuais direcionadas ao objeto, de modo que este é tratado como se fosse o próprio Eu – ou seja, podendo substituí-lo. Ainda sobre isso, Freud (1921/2021, p. 188) afirma que:

Simultaneamente a essa “entrega” do Eu ao objeto, a qual não mais se distingue da dedicação sublimada a uma ideia abstrata, falham inteiramente as funções atribuídas ao Ideal do Eu. Silencia-se a crítica exercida por essa instância; tudo que o objeto faz e exige é correto e inatacável. . . *o objeto colocou-se no lugar do Ideal do Eu* [grifo do autor].

Remetendo novamente ao mito da horda primordial, a introjeção do pai realizada a partir de seu assassinio – e, posteriormente, do consumo de sua carne –, e revivida simbolicamente nos banquetes totêmicos também desempenharia um importante papel na integração dos irmãos da horda, de maneira que a identificação entre eles seria mantida enquanto repetidos os rituais (Freud, 1913/2013). As vantagens obtidas por essa transposição compreendem um ganho narcísico a partir da possibilidade de o sujeito se livrar das frustrações decorrentes do descompasso entre seu Eu e o ideal adotado: “ao fazer do líder o seu ideal, ele ama a si mesmo,

por assim dizer, mas se livra das manchas de frustração e mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico (Adorno, 1951/2015, p. 169).

As organizações de massa, por sua vez, são correlacionadas à condição de que os sujeitos integrantes possuam algo em comum, seja um interesse por um objeto, uma mesma orientação afetiva em determinadas situações, além de uma tendência a se influenciar mutuamente. Assim, em certa medida, tais organizações de massa podem ser indicadas enquanto um movimento regressivo à organização da horda primeva, como afirma Freud (1921/2021, p. 206):

O líder da massa continua sendo o temido pai primevo, a massa continua querendo ser dominada por um poder irrestrito; em grau extremo, ela é ávida por autoridade; tem, segundo a expressão de Le Bon, sede de submissão. O pai primevo é o ideal da massa, que, no lugar do Ideal do Eu, domina o Eu.

Resumidamente, concluímos que na massa que se encontra em um estágio primário de organização em torno de um líder – previamente à sua formação secundária, quando atinge as propriedades de um indivíduo⁷ –, seus integrantes colocaram o mesmo objeto no lugar de seu ideal do Eu, resultando em uma identificação mútua (Freud, 1921/2021). Assim, a premissa de igualdade almejada pelos sujeitos na massa não se aplica, via de regra, ao líder, ao passo que se promove uma restrição generalizante – sob a qual os integrantes do grupo possam se igualar – ao invés de uma busca pela libertação coletiva: “Ninguém deve querer destacar-se, cada um deve ser igual e ter o mesmo. Justiça social quer dizer que nos negamos muitas coisas, para que os outros também tenham de renunciar a elas, ou, o que é a mesma coisa, para que não possam exigí-las” (Freud, 1921/2021, pp. 197-198).

A partir dessa perspectiva, é inevitável estabelecer uma comparação entre a organização da massa e o mito freudiano presente em *Totem e Tabu* (Freud, 1913/2013), ainda que, de

⁷ Vale indicar que o termo utilizado aqui tem como referência a noção de “indivisível”, indicando como a massa pode atuar como um único corpo coletivo, detentor de diretrizes e princípios muito próprios.

maneira oposta a este último, a massa pareça mais ansiar o retorno da comunidade de irmãos a uma horda paterna, evidenciando os traços deixados pelas vicissitudes desse estado primevo, como confirmado por Freud (1921/2021, p. 201): “desde o início, havia duas espécies de psicologia, a dos indivíduos da massa e a do pai, do chefe, do líder. Os indivíduos da massa eram tão ligados como hoje, mas o pai da horda originária era livre”. Ademais, a inviabilização da satisfação dos anseios sexuais dos filhos pelo pai originário, obrigando-os à abstinência, promoveu igualmente as ligações afetivas derivadas da dessexualização dos anseios desses sujeitos - ou seja, obrigou-os à psicologia das massas (Freud, 1921/2021).

Os fenômenos fascistas, por conseguinte, amparam-se fundamentalmente na busca por um determinado modelo arcaico masculino que remete ao ideal representado pela figura do pai primevo de Totem e Tabu. Isto porque o empenho em produzir um corpo rígido como marca da virilidade fascista, a partir da construção do corpo do “soldado macho”, equivale à tentativa de manutenção de um corpo prestes a desmoronar psiquicamente diante da fragmentação da interioridade do homem (Haroche, 2013). Por conseguinte, evidencia-se aí uma intolerância em relação ao reconhecimento da própria impotência. Isso porque, de acordo com Haroche (2013, p. 31):

O reconhecimento da impotência supõe ou, pelo menos, dá lugar à existência de uma relação com o seu limite, com a existência do outro: de alguma maneira, ela é o contrário da dominação ou ela tende a prevenir o seu exercício; o contrário dos fantasmas que acompanham as representações da virilidade.

A partir de uma perspectiva psicanalítica, portanto, uma possível maneira de evitar a repetição incessante de reiterações performativas viris como tentativa de supressão de toda e qualquer vulnerabilidade corresponderia ao reconhecimento da própria impotência – e sua posterior elaboração – pelos sujeitos identificados como homens. E, diante do reconhecimento do fracasso dessa tentativa, marcado justamente pela necessidade da repetição, é possível

observar o retorno desse conteúdo suprimido – ou pretendido – nas formas de um mal-estar que assola não somente a esfera do masculino, mas se presentifica reiteradamente nas formas de organização do laço social.

Podemos remeter esse quadro à prevalência de um discurso heterossexualizante e patriarcal na sociedade contemporânea, o ideal viril, permeado por posicionamentos violentos. Ao associar tal posição à condição de homem, o exercício dos aspectos de dominação decorrentes do modelo fantasmático do pai da horda primeva se constitui enquanto uma demanda inegociável ao indivíduo do sexo masculino para que este seja considerado merecedor de respeito. Diante desta reflexão, questiona-se até que ponto o posicionamento viril decorre da construção de uma posição sexuada, a despeito das coerções sociais proporcionadas pelo discurso do homem viril – pensando o discurso como meio para estabelecer laços sociais.

Por fim, ressaltamos a importância da obra analisada ao longo deste subcapítulo, já que a elaboração das noções psicanalíticas envolvidas no âmbito da formação de massas examinada por Freud (1921/2021) foi indispensável para as considerações posteriores de Theodor Adorno acerca dos aspectos relacionados à formação de massas no contexto industrial do capitalismo (Pereira & Souza, 2019) – as quais serão mais bem exploradas adiante.

Ademais, consideramos *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária* (1975/2019) uma obra imprescindível à investigação em andamento no presente trabalho, enquanto uma busca pela origem das formações de massas a partir da tentativa de apreensão das forças psicológicas atuantes no processo de transformação dos sujeitos em massa, constituindo-se como importante componente de análise das aproximações entre o grupo homem e as formações de massa e, por conseguinte, do caráter de dominação compartilhado entre ambos. Seguindo a linha de pensamento explorada acima, no capítulo a seguir nos dedicaremos às contribuições de Adorno na compreensão das formações de grupos autoritários.

3 IDEAL VIRIL E PERSONALIDADE AUTORITÁRIA: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA ADORNIANA

Seguindo os passos da Escola de Frankfurt, Theodor W. Adorno dedicou boa parte de sua trajetória à compreensão de problemas sociais, também a partir das ferramentas teóricas propiciadas pelo pensamento psicanalítico. Os *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária* (Adorno, 1975/2019) compreendem um excerto da obra *A Personalidade Autoritária* (Adorno et al., 1969), trabalho desenvolvido por pensadores frankfurtianos durante os anos de exílio em solo estadunidense. Influenciados pelo cenário global da época, os autores pertencentes à Escola já se dedicavam à compreensão do papel da família na mediação entre a subestrutura material e a superestrutura ideológica, desde 1936, nos *Estudos Sobre Autoridade e Família* (Horkheimer et al., 1936/2005).

Ao assumir a direção do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt em 1931, Max Horkheimer traz consigo uma nova perspectiva que passa a ditar os direcionamentos dos trabalhos subsequentes do grupo: para o pensador, as análises empíricas não podem ser tomadas como análises completas, mas devem servir para desdobrar os objetos sociais de modo que teoria e práxis caminhem juntas em um processo interdisciplinar.

Nesse sentido, Erich Fromm desenvolveu a pesquisa *The Working Class in Weimar Germany* (1984), utilizando uma combinação metodológica de técnicas quantitativas de questionário a uma análise qualitativa, com base na teoria psicanalítica (Antunes, 2010). A partir desse trabalho inicial de Fromm (1984), surgiu a questão de pesquisa dos *Estudos Sobre Autoridade e Família* (Horkheimer et al., 1936/2005), que consistiu na compreensão da família como locus social que imprime sua estrutura na criança, demarcando o interesse no papel crucial da família na mediação entre a subestrutura material e a superestrutura ideológica (Antunes, 2010; Jay, 2008).

Cabe ressaltar que os pensadores frankfurtianos almejavam, a partir dos estudos sobre autoridade, uma visão holística desse conceito, que não o restringisse somente à autoridade política, considerando esta última enquanto parte da totalidade social; assim, o fascismo é percebido como uma das tramas da tessitura da estrutura social existente (Jay, 2008). Por conseguinte, os autores apontam ainda o capitalismo avançado como indutor de uma redução da racionalidade a seu aspecto instrumental, estabelecendo sua relação direta com a ordem fascista.

Nos *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária*, Adorno (1975/2019) se preocupa em destacar os tipos psicológicos suscetíveis aos mecanismos explorados pelas propagandas fascistas, partindo da padronização dos sujeitos em uma totalidade social capitalista. Estes tipos psicológicos são delineados a partir de um arsenal psicanalítico sem, no entanto, recair em uma certa “psicologização” de tal análise social, como pontua José Leon Crochík (2008, p. 299): “Mais do que categorias, os tipos se referem ao empobrecimento psicológico dos indivíduos, aos homens como podem existir e não a abstrações a seu respeito”. A descrição dos tipos psicológicos suscetíveis ao fervor fascista, portanto, tinha como principal objetivo a difusão de tais características para a conseqüente resistência à violência despertada no interior de cada sujeito.

Com tal finalidade, o projeto foi realizado por pesquisadores de diversas áreas científicas e contou com variados meios empíricos, como escalas de atitude, entrevistas e testes projetivos. A partir de uma série de entrevistas iniciais por meio das quais se elaborou um questionário, foi possível medir escalas de opiniões e atitudes sobre determinadas tendências políticas – como o antissemitismo e o conservadorismo, por exemplo –, além da aplicação de testes projetivos (Rodrigues Jr., 1993). Seguindo o material produzido nessas etapas da pesquisa, Adorno (1975/2019) se dedica à análise extensa dos sujeitos com as pontuações mais elevadas nas escalas aplicadas, mantendo o referencial de análise no pensamento psicanalítico.

A hipótese central desse trabalho supõe a existência de uma mentalidade que relacionasse intimamente a posição política individual a preconceitos contra minorias, influenciada por necessidades profundas da personalidade que, por seu turno, desenvolvem-se por meio de instituições sociais (Crochík, 2008). Dessa maneira, almejava-se a prática de uma psicologia social que fosse capaz de compreender os sujeitos a partir de uma perspectiva psicológica e sociológica, sem que a sua especificidade recaísse sobre um ou outro – dado que a ideologia, a personalidade e a sociedade são compreendidas como um produto social e, sendo assim, não podem ser analisadas separadamente.

Para os autores do Instituto, portanto, interessava a análise de caracteres essencialmente autoritários e sua permanência insidiosa em uma sociedade que se denominava categoricamente democrática, mesmo que as sintomáticas dessa dinâmica não se apresentassem de maneira diretamente política. Dessa forma, os estudos sobre o preconceito retomaram a pesquisa sobre o tema da autoridade com o foco voltado para as formas norte-americanas de autoritarismo, ao tentar descobrir traços históricos do fascismo latente em cidadãos comuns – ou seja, suas predisposições psicossociais para o fascismo (Antunes, 2008). Considerando o contexto apresentado, no subcapítulo a seguir voltamo-nos para a obra de Adorno (1975/2019) com o intuito de observar as correlações entre o autoritarismo e a virilidade na obra do autor.

3.1 Correspondências entre a lógica fascista e o ideal viril

Conforme apontado anteriormente, a primeira tentativa de concretização dos planos de Horkheimer em direção ao estabelecimento de uma pesquisa orientada por metodologias diferentes – cujas interpretações empíricas e análises filosóficas teriam a mesma relevância –, consistiu no trabalho *Estudos Sobre Autoridade e Família* (Horkheimer et al., 1936/2005), anterior aos estudos sobre o preconceito. Neste último, os autores puderam amadurecer o que

fora almejado nos empreendimentos anteriores, resultando em uma extensa obra de cinco volumes, dentre as quais se destaca *A Personalidade Autoritária* (Adorno et. al, 1969). Vale ressaltar que essa extensa pesquisa foi desenvolvida em exílio nos Estados Unidos dos anos 1940, por conta da perseguição empreendida pelo regime nazista aos autores de origem judaica. Por esse mesmo motivo, o trabalho realizado pelos autores frankfurtianos passou a ser orientado pela tentativa de compreensão das expressões da barbárie, considerando-a um produto bastante adequado da modernidade, na qual uma somatória de ações “racionais” produz uma grande irracionalidade, uma razão sem-razão (Soares, 2013).

Como mencionado anteriormente, a pesquisa empreendida pelos teóricos do Instituto se baseou na elaboração e aplicação de escalas para a quantificação de certas tendências antidemocráticas que poderiam se explicitar diante de condições sociais e políticas específicas – como o que acontecia no continente Europeu à época em que o estudo em questão foi realizado. As escalas formuladas pelos pensadores compreendiam a AS (antisemitismo), E (etnocentrismo), PEC (conservadorismo político-econômico) e, posteriormente, a escala F (fascismo). Diante da aplicação de tais escalas, os altos pontuadores – aqueles que mais concordassem com os itens apresentados nos questionários – puderam ser apontados como os mais preconceituosos.

Todavia, encontramos diferentes correlações entre as pontuações das escalas: os altos pontuadores em uma das escalas não necessariamente coincidiam com altos pontuadores das demais. No caso dos participantes que pontuaram mediano em PEC e alto na escala E, por exemplo, os autores indicam que estes poderiam ser considerados *pseudoconservadores*⁸, em oposição aos conservadores genuínos (Costa, 2019). Acerca desse caso, Levinson (et al., 1969)

⁸ Este seria o tipo psicológico que mais interessa à pesquisa empreendida pelos frankfurtianos, dado que seriam os sujeitos que apresentam maior *potencial* de adesão aos preceitos autoritários. Todavia, no presente trabalho, não nos fixaremos a um determinado tipo psicológico analisado pela pesquisa, mas às características apresentadas pelos participantes de pontuações variadas nos questionários aplicados e que possam estar vinculadas à questão da masculinidade.

afirma que este não seria apenas um tipo mais moderno de conservadorismo, mas uma orientação a uma sociedade rigidamente estratificada e que apresenta pouca mobilidade social, na qual os grupos “certos” se encontram no poder; em última instância, é fascismo.

Considerando esse cenário e a afirmação do autor antes mencionado, inferimos que o perfil apresentado como *pseudoconservador* pode incluir sujeitos que apresentem convicções liberais quando se trata de políticas econômicas, já que o seu conservadorismo se concentra na preservação de um determinado status; no caso da pesquisa realizada pelos autores frankfurtianos, relaciona-se à questão racial.

Já sobre os altos pontuadores, no que lhes concerne, Adorno (1951/2021, pp. 369-370) afirma que: “o traço pessoal mais apreciado pelo alto pontuador parece ser a força. . . Os símbolos dos poderes são extraídos do imaginário de um pai severo a quem se olha ‘de baixo para cima’”. Sendo assim, podemos pensar em uma lógica parecida quando tratamos da necessidade de estratificação social ordenada pelo gênero demandada por movimentos masculinistas, já que a preocupação mais crucial desses grupos constitui a continuidade da subordinação dos *out-groups* e a manutenção do poder dos que consideram os mais fortes: os homens mais viris – sejam quais forem os critérios para tal designação.

Importante enfatizar, desse modo, que a marca determinante na definição destes *out-groups* para os grupos que almejam a sua dominação é a designação da presença de atributos histórica e culturalmente relacionados ao gênero feminino ou, em outras palavras, à posição de passividade e, conseqüentemente, à possibilidade de serem subjugados. A demanda social para o rechaço de tais atributos, portanto, passa a constituir o crivo para considerar determinado sujeito apto ou não à posição de dominação garantida pela masculinidade na sociedade patriarcal.

Por outro lado, essa forte tendência à estratificação social é algo que se mostra amplamente nos posicionamentos investigados pelo estudo, demonstrando que mesmo os

sujeitos que apresentam alguma abertura, apesar de mais restrita às políticas econômicas, ainda buscam essa ordenação do mundo em camadas hierarquizadas – a qual favorece a definição de ideais enrijecidos acerca da masculinidade, por exemplo, e, por conseguinte, a propagação de ideais fascistas.

Posteriormente, ao analisar a conjuntura das propagandas fascistas, Adorno (1951/2021, p. 173) argumenta que a tendência à estratificação social compreende um método utilizado pelos agitadores fascistas no estabelecimento de um fetiche da organização:

Os fascistas, até o último e menor dos demagogos, enfatizam continuamente cerimônias ritualísticas e diferenciações hierárquicas. Quanto menos se legitima a hierarquia na constituição de uma sociedade industrial altamente racionalizada e quantificada, tanto mais hierarquias artificiais sem nenhuma razão de ser objetiva são construídas e impostas rigidamente pelos fascistas por razões puramente psicotécnicas.

Nesse ponto, podemos notar mais uma semelhança entre a lógica das formações de massas fascistas e de um grupo “homem”. O próprio estabelecimento de categorias internas de masculinidades que não sejam suficientemente viris corroboraria essa perspectiva, mesmo porque só seria possível a manutenção de uma posição de superioridade ao se garantir que outras categorias sejam subjugadas. Considerando que a apuração da suficiência de determinada masculinidade é realizada, ao menos imaginariamente, por todos os outros sujeitos pertencentes ao grupo, cria-se uma competição infundável na busca por algo que faça essa masculinidade completa e irrefutável – o que jamais poderia ser alcançado, a não ser pela fantasia fundante do neurótico personificada na figura do pai da horda, como apontou Freud (1921/2021).

Prosseguindo na construção de seu raciocínio, Adorno (1975/2019) parte para a conceituação de personalidade que orientou a pesquisa. Para o autor: “As forças de personalidade são primeiramente necessidades (pulsões, desejos, impulsos emocionais) que

variam de um indivíduo para outro . . . e que interagem com outras necessidades em padrões harmônicos ou conflitivos” (Adorno, 1975/2019, pp. 78-79). A personalidade seria, assim, um dos determinantes de preferências ideológicas, já que compreende a organização de necessidades – estas últimas sendo moldadas pelo contexto no qual o sujeito se insere, sendo, portanto, fortemente influenciadas por fatores econômicos e sociais.

Assim, segundo Adorno (1975/2019) mudanças nas condições sociais e nas instituições têm influência direta sobre as categorias de personalidade que se desenvolvem dentro de uma sociedade. O mesmo já era afirmado por Freud (1921/2021) quando nos disse que o outro se faz imprescindível ao considerarmos a vida psíquica singular dos sujeitos, seja na definição dos ideais ou como objeto e, dessa forma, a psicologia individual seria também, sobretudo, psicologia social. Desse modo, podemos considerar que as condições nas quais os sujeitos se encontram inseridos propicia a disposição de uma estrutura capaz de estabelecer o potencial, uma prontidão para determinado comportamento. É nessa perspectiva que o autor defende a influência da propaganda antidemocrática na constituição de sujeitos com um potencial autoritário que poderia, inclusive, fazê-los atuar contra seus próprios interesses. Como confirma Costa (2019, p. 85):

É como se ele estivesse pensando em termos de uma identificação com um grupo maior, como se seu ponto de vista fosse determinado mais pela sua necessidade de apoiar esse grupo e de suprimir grupos opostos do que pela consideração racional de seus próprios interesses.

Ao considerarmos a solidificação de um modelo de masculinidade com padrões extremamente limitados de comportamento, por sua vez, cria-se condições para a formação de homens que atuem contra seus próprios interesses racionais em prol dos interesses do grupo no qual se localizam. Cabe aqui retomarmos, por exemplo, a demanda em oferecer a própria vida pela defesa de uma perspectiva que mantenha os homens em um lugar de privilégio,

considerando-os os mais fortes e corajosos. Ademais, como já argumentado ao longo do presente trabalho, a própria masculinidade viril almejada por esse posicionamento traz consequências prejudiciais para os sujeitos que a adotam.

É de referir, como pontua Adorno (1975/2019), que a propaganda fascista encontra terreno fértil para a propagação de seus ideais em sociedades que já apresentem potenciais antidemocráticos. Isto porque, segundo o autor: “a padronização industrial de inúmeros fenômenos da vida moderna fomenta o pensamento estereotipado. Quanto mais estereotipada a vida em si se torna, mas o estereopata se sente no direito, vê seu esquema de pensamento justificado pela realidade” (Adorno, 1975/2019, p. 358). Sendo assim, ao invés de alicerçar sua política em proposições positivas, o fascismo tem como uma de suas principais características a demarcação das diferenças, para que seja possível projetar medos e violência nas figuras dos *out-groups*. Dessa maneira, ergue-se a estrutura de operação da lógica fascista que, tal como a imagem de *ouroboros* – a cobra que engole a própria cauda –, se retroalimenta dos preconceitos que ela mesma institui.

Freud (1921/2021) havia apontado essa mesma dinâmica ao relacionar o ato de eleger um objeto como alvo de hostilidade com a necessidade de redirecionar as pulsões agressivas reprimidas pelo contexto civilizatório. Esse funcionamento permite ao agressor redirecionar o mal-estar produzido pelo desencontro entre o que se faz possível a ele e os ideais preconizados socialmente – quase sempre, inalcançáveis. Posteriormente, Lacan (1971/2009) corrobora essa perspectiva ao apontar que o propósito fundamental da lógica universalizante é a exclusão enquanto tentativa de manutenção de sua unidade ilusória – e que contém em si, portanto, o reconhecimento prévio de sua própria impossibilidade.

Ao averiguarmos a masculinidade, algo muito semelhante se apresenta: não há um discurso que seja capaz de comprovar objetivamente a inferioridade da feminilidade; todavia, assumir tal pressuposto constitui um requisito primordial para que se considere determinado

sujeito másculo o suficiente ou não. Essa crença da inferioridade feminina, por seu turno, pode ser reiterada mesmo que não seja feita de maneira ativa – a recusa da feminilidade em si mesmo já demonstraria a inferiorização de tais características social e culturalmente generificadas.

Por conseguinte, poderíamos pensar a masculinidade mais como a assunção de um determinado conjunto de atributos do que necessariamente ligada ao binarismo de gênero, já que também pode ser exibida por mulheres, por exemplo. Por outro lado, a masculinidade também parece estar relacionada a uma lógica de poder/dominação e da necessidade de sua manutenção – como no caso dos homens –, dado que tem sua origem na delimitação binária, mas transcende as posições de gênero ou, ainda, demais recortes sociais – como raça e classe, por exemplo. Nesse contexto, o funcionamento das relações que se fundamentam em uma parte dominadora e outra dominada se ampara na organização de conjuntos de atributos em classes hierarquizáveis.

Em todas as demarcações de uma simulada superioridade, o parâmetro utilizado continua partindo da delimitação binária de gênero, já que o pressuposto para a inferioridade sempre inclui determinado grau de feminização do outro. A assunção de “tipos” de masculinidade estaria relacionada, portanto, à adoção em variados graus dos atributos categorizados enquanto femininos, mais do que a variações dentro do mesmo conjunto de atributos masculinos, demonstrando que o marcador dessa superioridade compreende a desvalorização ativa de atributos femininos – esses mais correspondentes à experiência humana do que necessariamente generificados.

Para tanto, é importante considerarmos que o que se delimita enquanto feminino ou masculino é determinado pelas posições de dominação, sempre correspondendo aos interesses de manutenção dessa ordem de coisas preestabelecida, podendo haver variações nos conjuntos de atributos relacionado a cada gênero ao longo da história, de acordo com a demanda de cada tempo.

Assim, podemos pensar que o problema não se encontra, essencialmente, na masculinidade, ou mesmo nesses atributos isolados que se impõem a esse âmbito – força inesgotável, coragem, racionalidade, etc. –, mas na busca pela totalidade de atributos de determinado polo binário do espectro entre masculinidade e feminilidade. A completa esquiva do encontro com a não totalidade, por seu turno, produz uma conjuntura muito favorável à instalação do pensamento autoritário, já que este também parte fundamentalmente da mesma crença em uma totalidade inalcançável.

Como assinalado no capítulo anterior, Lacan (1971/2009) também enfatizava a condição de universalidade no estabelecimento de um conjunto *todohomem* decorrente da instituição de uma posição de exceção e – simultaneamente – totalidade, que só poderia ser alcançada pela figura do pai primevo. Portanto, bem como as formações de massa fascistas, o âmbito da masculinidade poderia ser associado a essa busca constante por determinada completude – impossível pela própria condição de sujeitos inseridos na linguagem –, seguindo os mesmos preceitos que incluem a designação de *ao-menos-um* sujeito que se faça a exceção, além da exclusão de todos os demais que demonstrem a possibilidade de negar tal completude como garantia da unidade do grupo.

A promessa do alcance dessa completude, por sua vez, não parte apenas do âmbito da virilidade ou de movimentos autoritários, primordialmente, mas pode ser pensada como uma tendência geral da sociedade capitalista que, por meio de seus *gadgets*, proporciona a ilusão dessa totalidade, mesmo que fugaz, como apontam Badin e Martinho (2018, p. 152): “enquanto o sujeito tem o ideal de que ao consumir os objetos terá uma completude, o sistema capitalista visa a fabricação de objetos cada vez mais avançados, mas sem longa duração, a fim de movimentar o sistema”. Assim, produz-se um conflito reiterado entre sujeito e sociedade ao passo que esse mesmo capitalismo não se faz capaz de garantir a completude que promete – e nem parece ser esse o seu objetivo –, mesmo que produza os mais variados objetos em série.

Essa repetição da tentativa de alcançar uma completude – e a posterior e inevitável frustração – dispõe os sujeitos a considerarem-na como uma possibilidade real, levando-os a estarem mais dispostos a “comprar” também as ideias propagadas pelo pensamento totalitário.

Consideramos, portanto, que a questão radicular observável tanto no âmbito da masculinidade viril quanto nas formações de massa fascistas compreende essa necessidade de ordenação em hierarquias, nas quais somente alguma categoria eleita arbitrariamente pode ser mantida enquanto todas as demais devem ser eliminadas, além da tentativa reiterada de garantir a universalidade do conjunto dominante, perante a determinação de uma exceção que delimita o grupo e pela exclusão de todos que atestem a ilusão de tal universalidade. Dessa forma, para seguirmos em nosso levantamento, retomamos a seguir a análise qualitativa realizada por Adorno (1975/2019), na qual o autor explora as tendências atuantes na eleição de um objeto para o qual se possa direcionar a hostilidade.

3.2 Objetos da hostilidade

Retomando o trabalho de Adorno (1975/2019), adentramos a análise qualitativa realizada pelo autor, na qual os elementos subjetivos tomaram parte importante da metodologia – dado que estes também o são para a psicanálise, da qual foram extraídas as categorias utilizadas ao longo da pesquisa. Segundo o frankfurtiano, os sujeitos preconceituosos tendem a concordar com afirmações preconceituosas sobre o povo judeu, desde que não tenham que elaborar eles mesmos essas objeções. Esta perspectiva reitera o cenário já ilustrado anteriormente, no qual há maior facilidade de propagação do discurso fascista em sociedades nas quais os discursos de teor antidemocrático sejam correntes. Todavia, a complacência com o que é tomado como comumente aceito pode atingir um certo extremismo, como expõe Adorno (1975/2019, p. 243):

Talvez a apresentação de afirmações antissemitas extremas como se não fossem mais condenáveis, mas algo que poderia ser razoavelmente discutido, funcione como uma espécie de antídoto para o supereu e possa estimular a imitação mesmo nos casos em que as “próprias” reações dos indivíduos seriam menos violentas.

Nesse sentido, pontuamos a tendência à mobilização de massa em torno de determinada afirmação preconceituosa, o que já teria sido observado por Freud (1921/2021) ao confirmar as inclinações prazerosas proporcionadas pela integração ao grupo. Ao ponderar acerca dessa propensão, Goldenberg (2022) retoma as conclusões freudianas, argumentando que a inibição que se faz condição para a formação de massas corresponde à inibição do desejo homossexual do garoto de ser tomado pelo pai – desejo esse que comporta uma feminização: “O modelo de massa, então, é o de um conjunto de *homens* [grifo do autor] unidos pelo comum ‘amor pelo pai’, inibido no que tange à inaceitável passividade feminina na presença dele” (Goldenberg, 2022, p. 85).

Goldenberg (2022) afirma ainda que, para que seja possível constituir uma massa organizada, a mulher – enquanto objeto do desejo por excelência – deve ser excluída. Isso porque, segundo o autor, o amor universal almejado nas formações de grupo só pode existir enquanto assexual, dado que ao eleger um objeto único, o laço que une os fiéis entre si seria desatado. Assim, Goldenberg (2022, p. 103) retoma a conclusão freudiana ao reiterar que: “. . . a neurose, como o amor, afasta o sujeito do grupo; e ao contrário, uma seita, uma causa coletiva ou uma religião podem até certo ponto livrar o homem da neurose”. Sendo assim, podemos compreender a inclinação à posição autoritária também enquanto resultante de uma organização social que favorece a ampliação das tendências neuróticas dos sujeitos.

Por conseguinte, colocamos o enfoque na importância das posições generificadas para o estabelecimento de uma organização de massa, na qual se constitui um grupo essencialmente amparado na masculinidade. Isto porque os elementos amplamente difundidos nesse domínio

também aparecem como ideais ansiados pelos movimentos autoritários. Ao retomar o texto de Adorno (1921/2021), Rodrigues Jr. (1993) elenca, das características observadas nas síndromes autoritárias, as que apresentam componentes relacionados à vida sexual: falta de individuação; falta de relacionamento real com o objeto; isolamento do impulso sexual com relação ao restante da personalidade; insuficiência do afeto; abordagem sexual exploradora e manipuladora; sentimentos ambivalentes para com o sexo oposto; preocupação com convenções sociais; busca de qualidades estereotipadas e rígidas; sexo marital despersonalizado e racionalizado; rejeição da instância sexual; sexo qualificado em termos de sucesso e falha, com o objetivo de atingir determinado *status*; eleição de ideais de masculinidade.

Dado que o caminho percorrido no presente trabalho contou com uma extensa retomada das características exaltadas por uma perspectiva masculinista, podemos afirmar que tais características acima listadas não são restritas ao autoritário, longe disso: são precisamente esses pontos já perseguidos por uma masculinidade suficientemente viril que são retomados como o ideal autoritário por excelência, já que ambos os modelos têm suas raízes na imagem do pai primevo.

A hierarquização dos gêneros, na qual o masculino jamais deixa de ocupar o topo, por outro lado, parece estabelecer um potencial bastante favorável à propagação de demais preconceitos – mesmo que estes ultrapassem as questões de gênero –, considerando o estímulo que a normalização da própria lógica hierarquizante pode promover, como apontado por Adorno (1921/2021). Essa lógica regente das relações sociais, no que lhe concerne, pode ser referida diretamente à vigência de uma racionalidade tecnológica e instrumental que se expressa pelo discurso da ciência e da técnica, e seria orientada, portanto, por uma certa abstração dos elementos comuns entre particulares com o intuito de classificar, ordenar e quantificar, por exemplo; assim, as contradições deixam de ser percebidas e se adota uma tendência à sistematização dos fatos (Crochík, 2001).

Por conseguinte, a realidade percebida pelos sujeitos é tomada como referente último, fixado e eternizado, para a qual não caberiam questionamentos ou potenciais de transformação. Esse mesmo panorama pode ser notado, por exemplo, nas teorias biológicas que, ao longo dos séculos, foram empregadas como indicações irrefutáveis da inferioridade feminina em qualquer aspecto. Assim, a racionalidade instrumentalizada corresponde a uma das ferramentas de manutenção de tais hierarquias ao passo que cristaliza conclusões originadas por processos projetivos dos sujeitos preconceituosos.

Esse cenário passa a ser viável, portanto, diante de uma realidade social reificada e opaca que produz nos sujeitos repetidas frustrações, já que estes têm dificuldade de interpretar o mundo à sua volta ou mesmo de controlar seu próprio destino. Diante disso, inicia-se a busca por referenciais fixos e estáveis ou a elaboração de crenças mágicas, como apontado por Haber (2014, p. 347): “. . . a humilhação é sempre suscetível de se converter em fantasmas paranoicos, em agressividade reativa e em identificações valorizantes compensadoras; e é a realização dessa possibilidade que abre as portas para condutas autoritárias”. Assim, quanto aos critérios para a eleição de um objeto para o qual seja possível direcionar a hostilidade produzida pela frustração e repressão, Adorno (1921/2021, p. 245) afirma que:

Esse “objeto” de destrutividade inconsciente, longe de ser um “bode expiatório” superficial deve ter certas características para cumprir seu papel. Deve ser suficientemente tangível, e ainda assim não tangível *demais* [grifo do autor] para que não seja destruído pelo seu próprio realismo. Deve ter uma sustentação histórica suficiente e aparecer como um elemento indiscutível de tradição. Deve ser definido por estereótipos rígidos e bem conhecidos. Finalmente, o objeto deve possuir características, ou ao menos ser capaz de ser percebido e interpretado por meio de características que se harmonizem com as tendências destrutivas do sujeito preconceituoso.

A partir da colocação apresentada acima, podemos inferir que uma classificação das diferenças pode estabelecer um contexto no qual se faz propícia a escolha de um alvo ideal para a agressividade social, considerando que a intolerância a determinado grupo emerge de uma necessidade largamente inconsciente dos próprios sujeitos intolerantes. É nesse sentido, portanto, que o autor delinea o “caráter funcional do antissemitismo” (Adorno, 1921/2021, p. 247) que, tal qual os sintomas para o sujeito neurótico, funciona enquanto um apaziguador interno perante as expressões de hostilidade que não precisam mais ser repreendidas em si mesmas em determinada condição. É a partir dessa reflexão que o autor correlaciona o ato de eleger um objeto alvo de intolerância à mania de perseguição observada na paranoia:

Embora o paranoico seja assolado por um ódio geral, ele, não obstante, tende a “escolher” seu inimigo, a incomodar certos indivíduos que chamam a sua atenção: ele se apaixona, por assim dizer, negativamente. Algo semelhante pode valer para o caráter potencialmente fascista (Adorno, 1921/2021, p. 251).

Essa argumentação é reiterada por Iray Carone (2002), para quem a ameaça externa sentida pelos sujeitos consiste, na verdade, em uma falsa projeção de conflitos internos inconscientes. Essa lógica da falsa projeção é reproduzida em larga escala na organização de massa, nas quais os *out-groups* passam a deter os piores atributos de acordo com o julgamento dos próprios sujeitos autoritários. Isto posto, observamos que os excessos temidos nos alvos dos preconceitos são, na verdade, a expressão de uma parte íntima e inconsciente dos próprios sujeitos preconceituosos, segundo Adorno (1921/2021, p. 255):

O conteúdo dos exemplos de fantasia estereotipada que coletamos relacionam-se predominantemente com ideias de poder excessivo atribuídas ao inimigo escolhido. A desproporção entre a relativa fraqueza social do objeto e sua suposta onipotência sinistra é, por si só, evidência de que o mecanismo projetivo está em ação.

A partir da colocação do referido autor, reiteramos a agência de uma certa *falsa projeção*; “falsa”, pois decorre de uma opacidade do sujeito preconceituoso: incapaz de distinguir entre aquilo que projeta no objeto e o que o objeto é – o que seria percebido como algo distinto de ambas as projeções iniciais –, o objeto deixa de ser percebido como tal e passa a ser unicamente o que o sujeito pretende que ele seja (Crochík, 2007).

Tal mecanismo demonstra, portanto, a atitude defensiva do Eu no esforço para alcançar uma integridade imaginária e que resulta em uma forma de idealismo na qual não há distinção entre o que foi projetado e o que foi experienciado pelo sujeito, de maneira que as categorias ideais ou imaginárias se sobrepõem às sensações e distanciam os sujeitos de suas emoções mais genuínas. Diante disso, podemos nos referir a dois dispositivos que remetem às angústias infantis: a mentalidade do *ticket* e a personalização. Estes serão, portanto, retomados no subtópico a seguir.

3.3 Mentalidade do *ticket* e personalização

Adorno (1921/2021) indica a ocorrência de um processo conhecido por *estereotipia* que, de acordo com ele, cumpre uma dupla função: fornecer ao sujeito a possibilidade de ocupar uma posição que se espera dele, mesmo que não esteja apto a fazê-lo, além de aliviar o sentimento de angústia e incerteza, já que propicia o ancoramento em uma ilusão que fornece algum tipo de segurança intelectual. Ademais, como pontua Adorno (1921/2021, p. 271): “a ideia de ‘todos iguais’ racionaliza o olhar para o caso individual como um mero espécime de alguma generalidade, que pode ser tratado por medidas gerais mais radicais, uma vez que não exigem exceções”. Assim, a universalização simultânea do conjunto interno e do conjunto *outgroup* parece constituir uma defesa da possibilidade de descarregar das pulsões agressivas nos alvos selecionados.

Para o sujeito preconceituoso, por outro lado, há uma vaga consciência de que o conteúdo do estereótipo é imaginário, mas por razões psicológicas mais íntimas, o sujeito busca se ater a esse mesmo estereótipo: almejando a manutenção de seu padrão de identificação, os sujeitos passam a não querer saber demais e aceitam informações distorcidas e superficiais que comprovem a existência do mundo no qual querem continuar vivendo (Adorno, 1921/2021). O autor afirma ainda que o estabelecimento de estereótipos, além de atender à posição preconceituosa, é a expressão de um traço psicológico que pode ser referido ao sistema paranoico, o qual tende a não tolerar nada que não seja identificado pela fórmula do sujeito, apresentando o que Adorno (1921/2021) denominou como *totalitarismo psicológico*.

É nessa mesma lógica que podemos mencionar o fenômeno da “mentalidade do *ticket*”, a qual constitui uma forma de categorização na qual os mais diversos elementos se associam em uma determinada pauta (Crochík, 2008). De acordo com Adorno (1921/2021, p. 321): “Trata-se, *grosso modo* [grifo do autor], de uma forma de categorização – percepção, organização e reflexão humanas – que unifica diferentes ideias em um único ‘bloco’, modo de seguir padrões anteriormente formulados e recebidos prontos”.

Isso se deve, ainda segundo Adorno (1921/2021), ao clima cultural padronizado diante do controle social e da ampla concentração tecnológica, os quais resultam em uma certa homogeneização subsequente dos hábitos de pensamento e das dinâmicas de personalidade: “a padronização industrial de diversos fenômenos da vida moderna fomenta o pensamento estereotipado. Quanto mais estereotipada a vida em si se torna, mais o estereotipado se sente no direito, vê seu esquema de pensamento justificado pela realidade” (Adorno, 1921/2021, p. 358).

Dito isso, podemos apontar uma causalidade entre o mecanismo da falsa projeção e da mentalidade do *ticket*, posto que, diante de uma tendência social à projeção irrefletida, os sujeitos podem se sentir confortáveis em delegar a outro considerado apto – e eleito por ele mesmo e pelos outros “irmãos” da massa – a responsabilidade pela organização das categorias

projetivas relacionadas a determinado conjunto de *out-groups*. Isto porque a exigência para o cumprimento de regras nem sempre racionais acaba por produzir sujeitos que reproduzem, irrefletidamente, o mesmo sistema social que os produziu, em primeiro lugar – resultando em uma alienação intelectual dos sujeitos em relação à sociedade (Adorno, 1921/2021). Como apontado por Crochík, 2008, p. 303):

A fragilidade do indivíduo pode ser compensada pela adesão a uma ilusão coletiva representada por um líder e/ou ideal. . . O sentimento de onipotência gerado por fazer parte de um grupo, que se julga perseguido, e que supostamente detém a verdade, compensa a percepção da própria fragilidade. A ferida narcísica serve ao narcisismo coletivo.

Assim, para ser considerado parte do grupo, por exemplo, um sujeito não poderia exibir somente alguns dos pontos reivindicados pela massa, mas sim adotar todos os posicionamentos defendidos, sob risco de ser considerado um traidor da causa. A adoção desses posicionamentos a despeito dos interesses individuais dos sujeitos participantes da massa almeja a proposição de igualdade entre os sujeitos do grupo e sua consecutiva coesão, mas, por outro lado, ocasiona a repressão de conteúdos pulsionais que encontram sua vazão no redirecionamento aos grupos externos.

Outrossim, o conjunto da masculinidade parece demonstrar essa mesma característica quando as maneiras de expressão de uma masculinidade “verdadeira” se restringem a um conjunto previamente determinado e pouco mutável de características, já amplamente mencionadas ao longo do texto. Todo sujeito que ousar burlar tais predeterminações pode ser rebaixado na hierarquia masculina, de modo que seja considerado, precisamente, um traidor da causa dos homens.

Por conseguinte, é dessa maneira que se persegue o estabelecimento de um conjunto *total*, no qual qualquer elemento que não se faça presente na constituição de determinado ideal

construído pelo grupo deve ser prontamente eliminado a fim de preservar tal totalidade almejada – a qual se demonstra, no fim das contas, ilusória e irrealizável. Isto se dá, segundo Crochík (2008, p. 303), porque:

Além de propenso ao autoritarismo, o homem contemporâneo é dotado de frieza, quase não é mais capaz de identificação, de amar o outro, de ter experiências. Essas características são atribuídas pelo autor [Adorno] também à fragilidade da formação do eu, devida, por sua vez, quer à organização racional da sociedade que pode prescindir do pensamento individual, quer à ameaça existente de ser deixado de lado, caso não se siga o que todos seguem.

A partir da citação acima, podemos pontuar a utilização do termo “homem” por Crochík (2008) ao se referir à categoria universal humana mas que, por ora, reitera um aspecto muito significativo para a pesquisa atual: a “frieza” que se demanda dos homens pode ser correlacionada à exigência da expressão de uma certa virilidade tradicional, considerando que tal distanciamento emocional compreende o oposto do que se espera das mulheres, para quem o trabalho do cuidado, a expressão das emoções e o estabelecimento de laços afetivos se faz prioridade no processo de socialização.

Dessa forma, o enaltecimento de uma masculinidade tradicionalmente viril parece estar em concordância com os propósitos de uma sociedade amparada nos valores promulgados pelo capital, com a hipervalorização da produtividade das máquinas, da objetividade científica e do apagamento do sujeito. Isto posto, a constituição dos sujeitos, mediada pela sociedade, se dá de maneira anacrônica, dado que, dessa maneira, solidifica os meios para a manutenção das estruturas erigidas pelo próprio capital (Crochík, 2008).

Contudo, essa mesma organização que pressupõe a garantia de privilégios para os sujeitos que se encontrem no topo da disposição hierárquica, não se mostra capaz de garanti-los, posto que o verdadeiro “topo” – o lugar ocupado pelo pai da horda –, de acordo com sua

própria natureza de exceção, é inalcançável. Como aponta Adorno (1921/2021, p. 293) ao comentar sobre os altos pontuadores das escalas: “Frequentemente, nossos sujeitos de alta pontuação reclamam que nunca obtêm toda a parte que lhes cabe, que estão sendo explorados por todos. Esse sentido de vitimização anda de mãos dadas com desejos possessivos e acumuladores subjacentes muito fortes”. Nesse ponto, podemos mencionar como exemplo a radicalização de jovens garotos a partir de uma perspectiva direcionada pela misoginia, segundo a qual as mulheres estariam restringindo os homens do acesso aos privilégios que lhes deveriam ser garantidos, unicamente pelo fato de cumprirem as excessivas limitações que lhes concedem o reconhecimento como homens.

Adorno (1921/2021, p. 294) pontua ainda a adoção de determinado “totalitarismo psicológico” para descrever esse estado hipostasiado no qual tais sujeitos se encontram, influenciados pelo clima de padronização e pela prática da falsa projeção, que sugere uma imagem microcós mica do estado totalitário que o sujeito almeja. Assim, a nível psicológico também não existiria espaço para ambiguidades, dúvidas sobre si mesmos, apenas a irrefutável verdade do grupo que deve ser defendida até as últimas consequências. Podemos pensar que é a partir dessa lógica que se dá o fechamento identitário tão pouco flexível quanto o da masculinidade, portanto.

A *personalização* aparece nesse cenário como a possibilidade de dar corpo à fantasia da exceção por meio da designação de um único sujeito, a quem seja possível a expressão sem inibições dos posicionamentos sustentados pelo grupo: “Eles [os líderes autoritários] atuam de forma vicária por seus ouvintes desarticulados ao fazer e dizer o que os últimos gostariam mas não conseguem ou não se atrevem a tal” (Adorno, 1946/2015, p. 145). Essa organização da massa a partir da designação de um líder reproduz, desse modo, a organização da horda primeva de *Totem e Tabu* (Freud, 1913/2013), na qual este mesmo líder ocuparia a posição da exceção que os transformaria em irmãos e iguais a partir da identificação coletiva, além de que a

adulação desse líder visa escamotear precisamente a falta de causas objetivas. É por meio desse apelo a um conteúdo latente, “uma parte da herança arcaica do sujeito” (Adorno, 1951/2015, p. 165), que o fascismo pode se estabelecer enquanto o discurso vigente, levando os participantes da massa a adotarem objetivos irracionais e autoritários, dado que: “somente a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a ideia do pai primitivo onipotente e ameaçador” (Adorno, 1951/2021, p. 165).

Considerando o exposto, além de que a ascensão de líderes autoritários se faz, especialmente, resultante de uma tendência previamente presente nos sujeitos que compõem a massa, poderíamos apontar a promoção de um ideal impossivelmente viril como fomentadora dessa conjuntura propícia e cuja organização, em certo nível, demanda a escolha do sujeito que fará as vezes de exceção. Isto estaria em conformidade com as tendências fascistas contemporâneas, cujos preceitos nunca deixam escapar a virilidade como uma de suas marcas principais.

Dessa forma, o mal-estar gerado pelo descompasso entre as exigências viris e o que se faz possível a cada sujeito pode ser amenizado por meio da transferência parcial da libido narcísica ao objeto da massa – o líder: “ao fazer do líder seu ideal, ele ama a si mesmo, por assim dizer, mas se livra das manchas de frustração e mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico” (Adorno, 1951/2015, p. 169).

Destarte, a percepção do mundo como algo que não se pode controlar, no qual a conquista de direitos das mulheres – em outras palavras, o questionamento da hierarquia patriarcal – representa uma ameaça, a eleição de um líder permite aos sujeitos reconhecidos como homens satisfazer um desejo duplo: o de se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade (Adorno, 1951/2015). Esse funcionamento permite ao sujeito manter uma ilusão de controle sob as coisas à sua volta, mesmo que de maneira irracional, ilusão essa que se conserva apesar de quaisquer provas contrárias às suas convicções. Em contrapartida, a promoção de

uma virilidade ideal parece funcionar como um dos argumentos utilizados pelos agitadores fascistas precisamente por seu caráter regressivo, como aponta Adorno (1951/2015, p. 184):

Dado que seria impossível ao fascismo angariar as massas através de argumentos racionais, sua propaganda tem necessariamente que desviar de um pensamento discursivo; precisa ser orientada psicologicamente e tem que mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos.

Sendo assim, podemos notar que a masculinidade e as formações de massa, como demonstrado no mito totêmico de Freud (1913/2013), se encontram imbricadas desde a fundação da organização humana em sociedade, de maneira que os caminhos aos quais a regressão induz os sujeitos parecem perpassar, impreterivelmente, por estes dois âmbitos. Em *Minima Moralia*, Adorno (1951/2020) aponta as relações com o gênero na elaboração desse sujeito cuja virilidade e violência despontam como o principal meio de contato com o mundo e consigo mesmo, ao qual o frankfurtiano denomina *tough-baby*:

Há um determinado gesto de masculinidade, seja a sua própria ou de outros, que suscita a desconfiança. Esta expressa independência, certeza de um poder para exercer, a complacência tácita de todos os machos. . . As alegrias de tais homens, ou antes dos seus modelos, os quais raramente se encontra no mundo real, porque as pessoas são sempre melhores do que a sua cultura, todas apresentam uma violência latente. . . Na verdade, é a violência passada contra si próprio (Adorno, 1951/2020, pp. 49-51, tradução nossa).

A partir dessa reflexão, percebemos que de acordo com ambas as perspectivas, da psicanálise e da empreitada adorniana na busca pelas nuances do autoritarismo, as esferas da masculinidade e das formações de massa parecem estar estruturadas sob preceitos e organizações bastante semelhantes – a virilidade e a violência, por exemplo, enquanto propriedades indispensáveis para este e aquele. Sendo assim, essa interligação parece remeter

a uma conjuntura primária que exerce influências regressivas sobre os sujeitos. Avançando esse entendimento, seguiremos na análise das síndromes autoritárias indicadas por Adorno (1975/2019).

3.4 Síndromes autoritárias

Bem como mencionado ao longo do presente trabalho, os frankfurtianos empregaram escalas formuladas a partir de afirmações com as quais os participantes da pesquisa poderiam concordar ou discordar em variados graus. Para a elaboração da escala de fascismo (F), os autores utilizaram frases que representassem hipóteses acerca das conexões desses sujeitos com o preconceito – hipóteses essas levantadas ao longo das primeiras etapas da pesquisa, com a aplicação das demais escalas utilizadas. Algumas afirmativas presentes na escala, assim, demonstram a relevância do domínio do gênero na compreensão do fascismo, mesmo que o trabalho em análise não tenha priorizado esse enfoque. Nesse sentido, elencamos as seguintes afirmações:

. . . 6. É natural e correto que as mulheres sejam restringidas em certas áreas nas quais os homens possuem mais liberdade. . . 31. A homossexualidade é uma forma particularmente podre de delinquência e deveria ser punida com severidade. . . 42. Não importa como ajam na aparência, os homens estão interessados nas mulheres por um único motivo. . . (Adorno, 1975/2019, pp. 128-130).

Ainda nessa seara, entre as variáveis a serem aplicadas na formulação da escala encontramos itens diretamente relacionados às problemáticas de gênero, aspectos que foram amplamente explorados anteriormente ao tratarmos acerca do cenário da masculinidade: o *convencionalismo*, a tendência à *submissão autoritária*, a *agressividade autoritária*, a *anti-intracepção*, a *superstição* e *estereotipia*, preocupação com o *poder* e a “*dureza*”,

destrutividade e a projetividade (Adorno, 1975/2019). Percebemos, a partir dos itens elencados, como as hipóteses elaboradas pelos autores da pesquisa para a formulação da escala F contêm fortes influências do modelo de masculinidade viril e tradicional almejado socialmente e ainda mais intensificado no contexto das formações de massa autoritárias.

Essa trama poderia ser referida, por sua vez, ao fechamento identitário propiciado pela manutenção de uma lógica binária que presume a transformação completa dos sujeitos nas imagens rígidas de cada um dos polos, masculino ou feminino. Posto isto, tal como as organizações totalitárias preconizam um fechamento identitário ao redor de categorias elencadas arbitrariamente, a organização binária dos gêneros parece exercer função similar e ainda mais naturalizada – considerando as diversas argumentações científicas para legitimar as distinções entre os sexos.

A tendência ao fechamento identitário ao redor de uma determinada categoria, como “homem viril”, por exemplo, só pode se dar a partir da aquiescência da possibilidade de tal completude. Isto se demonstra, por exemplo, na maior predisposição desses sujeitos a outro modelo de presunção de totalidade que se dá por meio do domínio autoritário. É nesse sentido, portanto, que opera a masculinidade que não abrange a ocorrência de falhas, fraquezas, feminilidades, em suma, não abrange a possibilidade de ser faltoso como algo muito mais natural do que todo o esforço em direção à completude impossível.

Tendo isso em mente, conduzimo-nos às síndromes autoritárias observadas por Adorno (1975/2019) entre os altos pontuadores das escalas aplicadas, a saber, os sujeitos que apresentavam maior aderência às afirmações potencialmente autoritárias. Nesse sentido, o *ressentimento superficial* foi descrito como “angústias sociais justificadas ou injustificadas” (Adorno, 1975/2019, p. 532) que se apresentam como o descontentamento em relação às condições sociais nas quais se inserem, levando-os a dirigir sua agressividade contra aqueles que poderiam lhes tirar algo.

Em se tratando da questão do antissemitismo, Adorno (1975/2019, p. 538) afirma que: “Veem o judeu como o executor das tendências que são, na verdade, inerentes ao processo econômico total e colocam a culpa nele. É um postulado necessário para o equilíbrio de seu eu. . .”. Assim sendo, observamos uma semelhança à posição masculina em redirecionar às mulheres e a uma cultura que considerem feminilizante toda a revolta produzida pelas opressões às quais se submetem pela garantia da virilidade. Quando apontam as mulheres e os traidores da virilidade como os responsáveis pelas restrições de seus privilégios, os sujeitos que buscam ser homens, como a norma hegemônica prevê, demonstram a sua insatisfação com a impossibilidade de alcançar a vida ideal que lhes fora prometida unicamente pelo seu reconhecimento social enquanto homem “de verdade”.

Já a síndrome *convencional* corresponde à integração de estereotípias externas aos sujeitos no interior da personalidade; aqui, o próprio Adorno (1975/2019, p. 538) indica a categorização binária dos gêneros como exemplo: “Nas mulheres, há uma ênfase especial na limpeza e na feminilidade; nos homens, em ser um homem viril ‘comum’”. A partir dessa observação, podemos inferir que os modelos de identificação sexual extremamente restritos à lógica binária heteronormativa incorporam os sujeitos em um estado de aceitação generalizada de valores atrelados à “civilidade” e à “decência”. Nesse tipo em questão, encontramos a ênfase na distinção entre os *in-groups* e *out-groups*, estes últimos para os quais projeta seus parâmetros arranjados pelo grupo.

Em seguida, em se tratando sobre a síndrome *autoritária*, Adorno (1975/2019) a refere ao caráter sadomasoquista dos sujeitos, que se organiza na internalização do controle social – evidenciado a partir da instância do supereu que, como vimos anteriormente, exerce papel fundamental na constituição das subjetividades e no processo de designação do ideal de Eu (Freud, 1921/2021). Nesse caso, o supereu assume um aspecto irracional, sendo disposto pelo prazer na obediência e na subordinação. Como pontua Adorno (1975/2019) ao tratar sobre esse

caráter, parte da agressividade é absorvida e transformada em masoquismo, enquanto outra parte se volta para as inclinações sádicas a serem redirecionadas para os *outgroups*, aqueles com quem o sujeito não se identifica. Diante dessa perspectiva de mundo, os sujeitos encontram na estereotipia a saída para sua economia libidinal, que é orientada pelas exigências de um supereu excessivamente severo. Nesse contexto, a identificação com a força faz coro a uma rejeição de tudo que está “abaixo”:

Mesmo onde as condições sociais precisam ser reconhecidas como a razão para a situação decadente de um grupo, dá-se um giro a fim de transformar essa situação em alguma espécie de punição merecida. Isto é acompanhado por ataques moralistas indicativos de rigorosa repressão de vários desejos (Adorno, 1975/2019, pp. 549-550).

Essa última observação apresentada pelo autor na citação acima evidencia o funcionamento dos ataques fundados na expressão da virilidade, os quais se apresentam como um desejo de igual repressão entre os irmãos da massa. No contexto da masculinidade hegemônica, também a repressão e a disciplina despontam como os mecanismos empregados ante à constante tentação de quebra – das regras morais, da organização social – produzida pela ambivalência constituinte da organização em massa.

Referindo-se à síndrome do *rebelde/psicopata*, no que lhe diz respeito, Adorno (1975/2019) indica a ocorrência de uma insurreição contra a autoridade das figuras parentais, podendo esta ser abolida e substituída por outra em uma externalização do supereu – observada, por exemplo, nos altos pontuadores das escalas empregadas na pesquisa. Há nesse quadro uma propensão a excessos tolerados, representados na figura do *durão*, para quem se sucede um retrocesso à fantasia de onipotência que remonta ao período da primeira infância, quando o sujeito ocupa a posição da “majestade, o bebê” (Freud, 1914/2010). Para Adorno (1975/2019, p. 553), esses correspondem a sujeitos não moldados pela civilização: “Os anseios destrutivos

vêm à tona de maneira explícita e não racionalizada. A força corporal e dureza – também no sentido de poder ‘apoderar-se’ – são decisivas”.

Em vista disso, retomando os apontamentos de Bonfim (2022) acerca da proximidade entre os modos de escolha de objeto masculinos e o desejo perverso – no ponto em que ambos se ordenam pela lógica fálica –, podemos reiterar as aproximações dessa síndrome autoritária observada por Adorno (1975/2019) ao modo de subjetivação masculina, de maneira que os aspectos observados na primeira são encontrados de maneira basilar no último: tais anseios destrutivos mencionados pelo autor podem ser verificados, por exemplo, na tendência ao autossacrifício ou, ainda, nas próprias restrições de modos de viver e sentir que engendram sofrimento.

Avançando em sua elaboração, Adorno (1975/2019) caracteriza o tipo *alucinado*, o qual seria representativo de um padrão de frustração em ajustar-se ao mundo, em um desequilíbrio entre as renúncias e as gratificações possíveis e para quem a vida interior seria determinada pelas interdições impostas socialmente. Os sujeitos categorizados nessa síndrome geralmente apresentam uma inclinação ao pensamento conspiratório e a uma semierudição indutora de crenças mágicas. As correspondências com a psicose se fazem inegáveis e, portanto, o preconceito e a exclusão desempenham o efeito de construção de uma pseudorrealidade, na qual a agressividade pode ser redirecionada ao mundo externo sem que ocorra uma violação do princípio da realidade.

A sintomatologia paranoide já foi apresentada ao longo deste trabalho enquanto comparação com diversas apresentações da organização dos sujeitos autoritários, formadas pelo processo da falsa projeção (Carone, 2002) e pela instalação de um totalitarismo psicológico nesses sujeitos (Adorno, 1921/2021). A mania de perseguição pode ser relacionada também, por outro lado, à posição masculina em atribuir aos seus *out-groups* todas as desgraças que, no fim das contas, são resultantes da impossibilidade de sua própria busca fálica. A estereotipia

amparada no processo da falsa projeção também pode ser apontada enquanto um dispositivo atuante na elaboração de uma pseudorrealidade que dê conta das necessidades libidinais do sujeito, posto que assegura a categoria de objeto dos alvos de sua agressividade a partir da negação das singularidades destes – mesmo processo que ocorre na constituição da massa, por exemplo.

Finalmente, a síndrome do tipo *manipulador* se caracteriza pela transformação de noções rígidas em fins e não meios, além da divisão do mundo em campos administrativos esquemáticos, diante dos quais se observa uma falta de investimento objetal e de laços afetivos (Adorno, 1975/2019). Bem como observado na esquizofrenia, há a ocorrência de uma ruptura entre o mundo interno e o externo ante a qual tudo e todos passam a ser vistos como objetos a serem utilizados e manipulados. Nessa disposição de coisas, toda a percepção do mundo passa a ser dicotomizada – remetendo às categorias *ingroup vs. outgroup* – e o sexo desponta como uma preocupação amplamente presente, sustentada pela hesitação no encontro com a experiência real.

A respeito disso, podemos retomar a característica da priorização do mundo das ideias, em detrimento do mundo das coisas, aludida por Freud (1913/2013) e amplamente associada à racionalização que permitiu exercer domínio sobre a natureza e sobre seus outros. Outrossim, a intensificação da racionalidade também é percebida no contexto da virilidade, corroborando as intenções de dominação exercidas por esse campo – para o qual os *out-groups* são sempre elencados como sendo irracionais, relacionados ao corpo animalesco e selvagem: em suma, femininos – de acordo com a perspectiva de quem ocupa o topo da hierarquia de poderes.

Notamos, portanto, um emparelhamento entre os objetivos aspirados pelos sujeitos que apresentaram altas pontuações nas escalas concebidas pelos frankfurtianos e dos homens que adotam a construção de sua masculinidade a partir do modelo viril tradicional. Do mesmo modo, a figura de referência continua sendo a imagem do pai primevo e isso pode ser constatado

a partir da ressonância entre os estratagemas utilizados pelo agitador fascista – o sujeito que faz as vezes de exceção – e os ideais aspirados pela masculinidade viril. Ambos se utilizam da imagem do *lobo solitário* para representar a incorruptibilidade do sujeito, mas que incorre no isolamento social e, ao mesmo tempo, na incorporação dos sujeitos à massa (Correia, 2017).

A representação do *inocente perseguido*, por outro lado, permitiria a associação do agitador fascista a um marco vazio, um sujeito apolítico à quem se poderiam vincular as concepções políticas mais contraditórias, corroborando, por exemplo, a lógica do ressentimento superficial abordada anteriormente – para a qual os sujeitos ocupantes das camadas sociais mais hegemônicas estariam sendo demovidos de seus privilégios e garantias, isto é, “perseguidos” pelos *out-groups*. Para tanto, o estratagema da *infatigabilidade* se associa à construção da alegoria do homem viril, ao passo que demonstra essa mesma virilidade na luta pela garantia dos privilégios roubados, como aponta Correia (2017, p. 108): “O *inocente perseguido* [grifo do autor] justifica a sua infatigabilidade por meio de sua luta pela *pura causa* [grifo do autor], qual seja, a cruzada contra os comunistas e radicais de esquerda”.

É nesse sentido que a luta progressista é constantemente associada por grupos mais conservadores a uma luta feminizada/feminizante, em contraste com a luta viril associada aos valores tradicionais, diante da qual aspectos relacionados à sexualidade sempre se fazem pontos de embate. Isto pode ser relacionado, por seu turno, à própria lógica de atuação política de cada campo, levando em conta que as demandas progressistas presumem a abertura para algo novo diante dos acordos sociais, enquanto as políticas reacionárias tendem a priorizar a manutenção do *status quo* e a constante tentativa de (re)estabelecimento dos mais variados valores tradicionais.

Em outros termos, a primeira parte da assunção de uma incompletude permite o advir de novas possibilidades, enquanto para a segunda, tal completude – a qual, no fundo, nunca

existiu – é rememorada e buscada justamente na cristalização de valores que ganham o aspecto de tradicionais, capazes de atravessar a história e sendo, portanto, inquestionáveis.

Por conseguinte, o estratagema do *pequeno grande homem* é empregado pelo agitador fascista com o propósito de promover maior proximidade com seu ouvinte, de maneira a exercer a exceção que lhe é permitida pela posição que passa a ocupar: a este homem é permitida a expressão das emoções, que ganham uma qualidade viril. Assim, o agitador apresenta suas fragilidades na tentativa de vincular-se ao mais comum dos cidadãos, insatisfeito com suas condições sociais e, a partir disso sugere tanto uma onipotência quanto a ideia de que é apenas mais um cidadão – um *cidadão-de-bem*.

Dessa forma, Adorno (1951/2015, p. 172) aponta que: “A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade”. A tentativa de satisfazer esse duplo desejo também poderia ser consumada por meio do exercício da virilidade, considerando que, no panorama da masculinidade hegemônica, os homens estão submetidos aos julgamentos uns dos outros e, simultaneamente, às organizações em núcleos familiares patriarcais constituídos tradicionalmente sob a organização homem-mulher-filhos, que permitem a reprodução de uma revivescência da organização em horda, na qual os homens poderiam continuar a simular o poder praticado pelo finado pai mítico, ao menos neste domínio (Freud, 1913/2013).

Isto posto, Adorno (1946/2015) refere o aspecto ritualístico da propaganda fascista a um caráter performativo apresentado pelos agitadores, vinculando este aspecto às demandas ritualísticas da neurose obsessiva. Notamos, por conseguinte, a aproximação de tal caráter performativo com as expressões da virilidade enquanto semblantes – isto é, construções imaginárias que visam suplantar o vazio da falta de diretrizes para a programação sexual (Lacan, 1971/2019). Ambos os esforços almejam evitar o encontro com a castração e seu aspecto ilusório é evidenciado, portanto, quando mesmo os sujeitos considerados inaptos a

participarem do grupo – os *outgroups* – também podem incorporar as características que, supostamente, seriam-lhes restritas.

É nesse sentido que se direciona a violência aos considerados “traidores” da virilidade, por exemplo, por não conseguirem mantê-la *pura* e por colocar à vista a fragilidade de assunções deterministas sobre gênero. Deduzimos, assim, que considerar a possibilidade de alcançar tal pureza é compactuar com a ilusão de totalidade que só poderia nos guiar em direção ao autoritário e é nesse ponto, precisamente, que a masculinidade hegemônica amparada no exercício da virilidade como critério para identificar homens como “verdadeiros” pode estabelecer as bases para a propagação do pensamento autoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o caminho percorrido ao longo deste trabalho, foi possível compreendermos as imbricações entre o exercício da masculinidade fundada em ideais viris e o aumento da potencialidade para a adoção de perspectivas preconceituosas - e, em última instância, autoritárias. Posto que as exigências para os gêneros não costumam se manter estáveis por muito tempo, pois dependem das demandas relacionadas a cada época – justamente porque não são biologicamente pré-programadas como a invariabilidade do binarismo de gênero pode sugerir –, a masculinidade parece apresentar uma crise permanente como efeito do vínculo intransponível entre os aspectos viris e o reconhecimento identitário dos sujeitos enquanto homens. Afinal, quando não nos referimos às características necessariamente presentes no conglomerado da virilidade, o que resta para definirmos o que é um homem?

Nesse cenário, a restrição violenta a que os homens se submetem nada mais seria do que uma tentativa angustiada de delimitar algo que ateste a invariabilidade das características masculinas. Em um de seus derradeiros trabalhos, ao tratar sobre a pulsão de morte, Freud (1937/2018) atesta que todos os sujeitos são bissexuais, mas que, dirigidos pelas imposições sociais heterossexuais, tais tendências se encontram em um conflito irreconciliável. O autor atribui o estímulo a esse conflito a uma certa “agressividade livre” e aponta que: “. . . não há perigo maior para a função heterossexual de um homem do que ser perturbada pela homossexualidade latente” (Freud, 1937/2018, p. 313).

É precisamente nesse percurso que encontramos as expressões da masculinidade viril, na tentativa de afastamento permanente de tudo que possa remeter ao feminino ou, em outras palavras, à passividade: “No homem, o empenho pela masculinidade é, desde o princípio, inteiramente conforme ao Eu; a atitude passiva é reprimida energicamente, pois pressupõe que

se aceite a castração, e muitas vezes sua presença é indicada apenas por supercompensações excessivas” (Freud, 1937/2018, pp. 322-323).

A partir do trecho supracitado, podemos empreender uma reflexão acerca da confusão cultural entre o falo e o órgão sexual masculino, de modo que atravessar o fantasma da imagem do pai primevo, de uma completude, parece demandar um esforço maior dos homens. Isto porque a possibilidade de intercambiar falo e pênis pode conservar a dúvida acerca da própria castração – enquanto, para as mulheres, a castração já é dada de partida e corroborada pela ausência do órgão, o que não permitiria dúvidas. Tal fantasma da completude, da busca por um gozo absoluto, pode ser referido à simbiose mãe-bebê dos primeiros meses de vida, na qual o sujeito pode experimentar a fantasia de fazer parte de um sistema aparentemente inteiro e pleno, mas que, quando se desfaz, revela ao sujeito que nunca existiu de fato.

Aqui tratamos, portanto, de uma oposição inconsciente entre *ativo* vs. *passivo* ou *fálico* vs. *castrado* que se cristaliza enquanto a oposição binária dos gêneros, com a corroboração de uma cultura amplamente apoiada em uma perspectiva patriarcal. Dessa dinâmica se origina a necessidade da busca por conjuntos simbólicos que atestem ou que, ao menos, façam semblante de domínio do falo com o intuito de acobertar a passividade estrutural da condição de seres humanos – a qual, vale reiterar, é constituinte de um gozo homogêneo primordial no qual a distinção entre ativo e passivo ainda não havia sido estabelecida (Lattanzio, 2021). A tentativa de repressão do prazer da passividade, por seu turno, dá-se a ver por meio do seu retorno enquanto sintoma de certo masoquismo mascarado por uma defesa sádica, esta que tem uma de suas expressões na supercompensação do semblante viril.

Por outro lado, a dificuldade de lidar com a própria castração resulta em posterior tentativa de negar a castração materna mediante a eleição de um objeto fetiche, aproximando o desejo masculino ao desejo perverso. Ao tratar sobre a questão do fetichismo a partir da perspectiva lacaniana – sendo esse um mecanismo constituinte do desenvolvimento do Eu, pelo

qual se poderia buscar um substituto ao falo materno –, Calligaris (1991/2022, p.161) retoma a afirmação freudiana de que:

O fetichismo responde à ausência do pênis materno, só se entende como metáfora daquilo que falta à mãe, para complementá-la. É nessa medida que a mãe dona de um falo, a mãe fálica, é a metáfora de uma continuidade orgânica e funcional perdida entre a mãe e a criança. Podemos aspirar, portanto, a uma identificação com o falo materno para, enfim, ser o que complementaria a mãe.

Desse modo, a adoção do fetiche estaria em relação com a negação do luto pela perda dessa pretensa unidade com o corpo da mãe, mas que demonstra a sua persistência por meio da fantasia de completude, especialmente enquanto aspecto da neurose, revelada pela recriação da figura do pai primevo enquanto instância última da masculinidade e da personalidade autoritária, por exemplo. Ainda segundo Calligaris (1991/2022), tais ideais que presumem totalidade estariam relacionados à imagem do “eu ideal”, que compreenderia uma nostalgia pela virtualidade de se adequar à incompletude materna e que passa a ser o protótipo para qualquer gozo: “. . . o sujeito é chamado a se apresentar à incompletude materna não como falóforo, mas como totalidade” (Calligaris, 1991/2022, p. 208).

A busca por tais formas de gozo totalizantes passa a ser ordenada pela lógica fálica, que presume a unidade, a permanência e a uniformidade de características (Bonfim, 2022), de modo similar às organizações de massa, as quais exprimem as mesmas orientações ao buscar a instituição de um grupo totalizado e homogêneo. É nesse sentido que o significante fálico passa a ordenar as oposições hierarquizantes, na tentativa de estabelecimento do *ao menos um* significante que seja capaz de exprimir o conjunto de todos os significantes existentes, que abarque a parcela do Real resistente à simbolização (Poli, 2007). Essa parcela que resiste à simbolização pode ser denominada *letra* e constitui o reservatório do gozo, o âmbito pulsional

na língua (Lacan, 1972-1973/1985) e é da impossibilidade de abarcar esse gozo por meio da linguagem que decorre a castração posteriormente atribuída à figura paterna.

As maneiras de organização do gozo, portanto, se inscrevem enquanto semblantes justamente porque visam encobrir a falta de programação biológica relacionada ao reconhecimento sexual nos humanos. Nessa conjuntura, a busca incessante pela produção de sentidos é orientada pela lógica fálica, que finda por afastar os sujeitos de seus próprios desejos inconscientes ao se limitar às questões “sou homem?” e “sou mulher?”.

Todavia, Lacan (1968-1969/2008) afirma que os sujeitos não se reconhecem a partir dos semblantes masculino ou feminino a nível inconsciente, sendo a função do falo o único fator relevante para tal distinção – estando este ancorado no âmbito simbólico que, por sua vez, se organiza de maneira amplamente heteronormativa e binária. Tendo isso em mente, notamos a artificialidade de tais maneiras de reconhecimento dos sujeitos, cuja delimitação binária é orientada a partir da linguagem e só tem efeito nesse contexto – em contraposição a uma tentativa de localizar tal limitação das expressões dos desejos subjetivos em algo que seja de uma ordem biológica ou simplesmente “natural”.

Em se tratando da dissolução do complexo de Édipo, Freud (1925/2011e) aponta para a ocorrência de um complexo da masculinidade no desenvolvimento sexual de meninas antes da aceitação da própria castração, momento no qual estas ainda acreditariam no advir do membro sexual masculino. Acerca disso, faz-se importante notarmos a nomenclatura escolhida para definir tal momento no qual a castração ainda não é dada como consumada, considerando que o âmbito da masculinidade se encontra às voltas propriamente com a colocação em dúvida acerca da própria castração. Resulta disso a prevalência da lógica fálica enquanto ordenadora do grupo dos homens, ligando-os intensamente à busca pelas marcas inerentes da masculinidade que sejam capazes de dar “ponto final” ao questionamento acerca da própria sexualidade.

A partir de tal conjuntura, a masculinidade pode ser relacionada ao exercício de domínio e poder a partir da ordenação fálica, por exercer o papel da enunciação do conteúdo simbólico sobre a diferença sexual. Deprendemos disso, portanto, a arbitrariedade própria dos conjuntos de características relacionadas aos gêneros, estando estas diretamente relacionadas às necessidades de manutenção da posição de dominância.

Nessa conjuntura, o topo da hierarquia da masculinidade hegemônica corresponderia também à posição mais alta na hierarquia interna da masculinidade – geralmente ocupada pelo homem adulto, branco e rico – e que é, portanto, capaz de determinar as posições dos sujeitos no laço social a partir do estabelecimento de um padrão de práticas restritas a cada uma. Nesse contexto, a violência desponta como uma das formas de manutenção da relação de dominância, do nível mais subjetivo ao mais social: desde a dominação da feminilidade/passividade internas pela masculinidade/atividade, até a dominação e controle dos que se colocam fora da lógica binária dos gêneros ou que não se insiram na masculinidade.

Dessa forma, a partir da masculinidade hegemônica se estabelecem as demais categorias internas do masculino, sempre em relação à primeira e a elas subordinadas, resultando na instauração do espaço no qual os homens se avaliam uns aos outros a partir dos parâmetros constituídos pelos ideais dominantes, socialmente difundidos (Forth, 2013). Vale ressaltar que a atribuição do lugar de passividade ao outro se refere principalmente ao interesse pelo seu domínio, considerando que as características que o justificariam podem ser bastante variadas, além de que mesmo o conjunto da hegemonia passa por um processo de apropriação de características das classes subordinadas – escancarando novamente o aspecto artificial de tal ordenação social. A organização em hierarquias, por outro lado, serve à lógica fálica na qual é arranjado o conjunto da masculinidade e, igualmente, das organizações em massas autoritárias.

Diante disso, o questionamento da ordem hierarquizante pode ser correlacionado ao questionamento da própria lógica fálica, do qual resulta a produção de uma angústia nos sujeitos

reconhecidos como homens, justamente porque estes se amparam unicamente no significante fálico enquanto ordenador das respostas para a dúvida mais incômoda, aquela sobre a própria sexualidade, para a qual seriam incapazes de elaborar uma resposta satisfatória que não esteja amparada na esfera do simbólico, a nível do semblante.

Levando isso em consideração, compreendemos a intensificação da adesão aos movimentos autoritários em momentos nos quais se questiona a ordenação social – sejam estas de quaisquer categorias, como gênero, raça ou classe, por exemplo – e, simultaneamente, a exacerbação das supercompensações viris nesses contextos.

É a partir dessa conclusão, por conseguinte, que se faz possível relacionarmos a ordenação da masculinidade a partir do significante fálico à naturalização de uma lógica hierarquizada que remete à constituição das massas. Nesse sentido, o enaltecimento de características tradicionalmente associadas à virilidade exerce a função de sintonizar os potenciais integrantes da massa ao caminho inconsciente necessário para a concretização dela própria: a revivescência da horda primordial e da figura do pai primevo, resultando no estabelecimento de uma horda de (homens) irmãos ordenada pelo significante fálico – para quem, vale retomar, o outro, associado ao não-todo fálico, posiciona-se como objeto a ser dominado.

Nesse contexto, a possibilidade de ser visto enquanto passivo ou não-todo ordenado pelo significante fálico constitui uma ameaça constante, encontrando na rigidez emocional e sexual a solução para o distanciamento de tal acomodação. A designação de outros que possam ocupar a posição de passividade, por sua vez, resulta do mesmo empreendimento, ao passo que afasta de si a possibilidade de questionar sua dominância, ao indicar um outro que, certamente, poderia ser alocado enquanto dominado, mesmo que a partir dos parâmetros mais arbitrários.

Dessa maneira, é possível correlacionarmos o aspecto da transmissibilidade que ocorre com o tabu à possibilidade de “contágio” pela condição de não-todo

fálico/passividade/feminilidade (Freud, 1913/2013), desvinculando a hierarquização dos gêneros de algo que necessariamente esteja vinculado a algo do corpo real. Embora, como pontua Freud (1913/2013), a eleição de um tabu resulte em interdições variadas de contato com este – tal como se estabelecem interdições de acesso à feminilidade/passividade aos sujeitos que desejem ser reconhecidos como completa e inquestionavelmente viris –, tais proibições encobrem exatamente o desejo pelo que foi proibido. A interdição à possibilidade de satisfação por meio do prazer da passividade, assim, decorre de uma reação desmedida que impele em direção à sua oposição simbólica na tentativa de evitar ser alvo da plenitude de poderes exercida pela figura paterna.

A partir da compreensão de que, em última instância, a oposição binária se faz a partir do reconhecimento, a nível inconsciente, dos sujeitos enquanto fálicos ou não-todo fálicos, realçamos a possibilidade de tais posições serem ocupadas pelos sujeitos independentemente de sua localização no arranjo social. Dessa forma, embora a lógica fálica possa ser operada por sujeitos pertencentes às camadas mais inferiores das hierarquias sociais – sejam mulheres, homens racializados ou que apresentem outras expressões de gênero que não sigam a heteronormatividade, etc. –, esta encontra maior expressividade nos grupos amparados pela masculinidade hegemônica.

Tal fato pode ser concernente à estrutura social patriarcal, dado que esta parte do embaralho equivocado entre o falo simbólico e o pênis, garante aos sujeitos homens a posição de dominação fálica e a conseguinte função de ditar a ordenação do conjunto simbólico, a partir da definição das diferenças e o lugar de cada um de seus *out-groups*. A partir dessa ponderação, podemos compreender a inclinação de tais camadas que exercem domínio para instaurar ideais que se preconizam “universais”.

Freud (1913/2013), ao indicar que o mecanismo da projeção e sua conseguinte priorização do mundo das ideias sobre o mundo das coisas constitui o que permitiu o domínio

da natureza e, posteriormente, de uns sobre os outros, demonstra-nos a afinidade entre a racionalização e a posição de atividade/domínio. Nesse ponto, relembramos o distanciamento emocional dos sujeitos que se aproximam desse polo inconsciente, considerando que sua dominância somente poderia ser mantida por meio de uma constante tentativa de controle do mundo das coisas a partir da “razão”. Isto posto, podemos referir tal dinâmica ao que verificamos na neurose, na qual o mundo das ideias é privilegiado e há a busca infundável por definições cristalizadas e capazes de eliminar qualquer rastro de dúvida – em suma, uma busca conduzida pela lógica fálica. Vale ressaltar que tal busca não pressupõe o esgotamento da dúvida, dado que na neurose, sobretudo a obsessiva, há uma tentativa de manutenção da dúvida por meio de pensamentos e desejos.

Nessa perspectiva, compreendemos a ordenação fálica enquanto responsável por incitar os homens a uma busca por definições fechadas e totalizantes, as quais afastam os sujeitos da possibilidade de uma certa abertura criativa que ultrapasse tais cristalizações e, simultaneamente, aproxima-os de tendências neuróticas limitantes e produtoras de sofrimento.

É possível observar, portanto, em ambas as perspectivas, seja a da masculinidade viril ou a autoritária, o emblema do sacrifício de maneira amplamente presente. Este pode ser remontado ao contexto totêmico, no qual constituiria um passo indispensável para a identificação entre os sujeitos pertencentes a cada grupo, já que, ao delegar a própria vida à causa, o sujeito também poderia atestar a irrefutabilidade do seu pertencimento ao grupo. Importante notar que após o assassinio do pai primevo, o “sacrifício” da possibilidade de alcançar o gozo total se dá como medida vital e universal e, nesse cenário, o corpo feminino é tomado como um mero objeto dos propósitos masculinos, um recurso a ser partilhado entre os irmãos da fratria. Assim, a elaboração do mito totêmico nos demonstra a perspectiva fundante acerca das duas posições possíveis para os sujeitos falantes, fálico ou não-todo fálico, e sua amarração rudimentar às categorias de gênero.

A partir disso, o sacrifício pulsional postulado pelo trabalho da cultura passa a ser demarcado por proibições que, bem como a proibição à passividade pelo ideal viril, ocultam justamente a amplitude das demandas para tais satisfações. Nesse sentido, podemos inferir que a tentativa preconizada pela organização em fratrias – segundo a qual não seria permitido a nenhum de seus componentes exercer o poder total do pai mítico – demonstra sua falibilidade ao apresentar, ainda assim, uma tendência em direção à submissão a uma figura paterna – esta “solucionada” pela estruturação patriarcal da sociedade. A organização em núcleos familiares, portanto, permitiria a reprodução, ao menos simbólica e mesmo que mais restrita, da onipotência do lugar ocupado pela figura paterna, sendo esse o motivo da preservação da hierarquia patriarcal enquanto princípio das mais variadas conformações sociais.

Quanto à possibilidade do gozo total, este pode ser representado pelo *ao-menos-um* sujeito sobre o qual não recairiam as leis estabelecidas pelo consenso da fratria, isto é, o único homem que não se inscreveria na função fálica (Lacan, 1971/2009). Dessa maneira, compreendemos que o conjunto homem é fundado por meio de uma dupla operação de exclusão, sendo a primeira demarcada pela exceção externa do único sujeito capaz de alcançar o gozo pleno, e a segunda a partir da exclusão interna sistematizada de todos os sujeitos que possam acarretar lapsos e dúvidas acerca de sua irredutibilidade. É nesse sentido, ademais, que Lacan (1969-1970/1992) define o homem como o sujeito totalmente marcado pela função fálica, sendo esse o ponto de partida para sua inserção no laço social, considerando que a castração se dá a todos os sujeitos de maneira universal.

Na tentativa de promover uma homogeneização dos sujeitos, a virilidade desponta enquanto a violência excludente que seria capaz de garantir a consistência do conjunto. Diante desse cenário, a oposição inconsciente entre os sujeitos que são ordenados pela função fálica e aqueles que não o são passa a ser organizada a partir da binaridade de gênero, a qual se origina no âmbito da linguagem e antecede os sujeitos que categoriza. A partir dessa ponderação, temos

que a masculinidade opera enquanto semblante, posto que se funda inteiramente no simbólico, propiciando as identificações entre os sujeitos que dela participam. Vale ressaltar, no entanto, que apesar de inteiramente fundada na esfera do simbólico enquanto semblante, a masculinidade aqui estabelece uma posição de discurso, este capaz de produzir efeitos no âmbito do real e modalidades de gozo próprias aos sujeitos falantes.

Assim, podemos retomar Ambra (2022, p. 171) ao afirmar que: “Eis um dos pontos mais fundamentais a serem sublinhados no que se refere à identificação sexuada: trata-se de uma identificação ao grupo. Não ao corpo, não ao significante falo, não ao gozo, mas ao grupo”. A partir dessa afirmação, podemos visualizar a indissociabilidade das esferas individual e coletiva, considerando a influência exercida pelos discursos vigentes no autorreconhecimento dos sujeitos quanto ao seu gênero. Ademais, compreendemos que a virilidade exerce papel fundamental na delimitação do conjunto universal homem, ao garantir que o trabalho de exclusão interna seja realizado a fim de mantê-lo estável, homogêneo e intocado pela feminilidade/passividade. Desse modo, levando em conta que as fundações da organização simbólica da linguagem partem da oposição entre fálico e não-todo fálico, podemos referir a influência dos efeitos da lógica fálica à sua posição estruturante.

Nos *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária*, Adorno (1975/2019) encontra características amplamente relacionadas a restrições sexuais nos sujeitos suscetíveis à propaganda fascista. Assim não seria fonte de surpresa que, mesmo em um cenário de aparente vigência da democracia, os pesquisadores tenham identificado a prevalência de traços igualmente encontrados no ideal viril. Essa dinâmica pode ser alusiva ao fato de que ambas as esferas seriam ordenadas pelo significante fálico, decorrendo daí as suas semelhanças. Desse modo, a valorização da força, a exclusão das diferenças e a tendência à estratificação social que decorrem da influência da lógica fálica no meio social e cultural podem ser assinaladas como responsáveis por naturalizar as dinâmicas a serem magnificadas nas organizações de massa

autoritárias. Esta influência se dá a partir da tentativa de alcançar a totalidade em determinada categoria identitária, a qual seja capaz de proporcionar ao sujeito alguma certeza em um mundo de contingências incontroláveis.

A completude almejada por ambas as esferas da masculinidade viril e das massas autoritárias, por seu turno, pode ser relacionada a uma tendência amplamente difundida na sociedade contemporânea, segundo a qual a totalidade poderia ser alcançada por meio dos mais variados objetos oferecidos pelo sistema econômico neoliberal. Dada a impossibilidade de alcançar esse estágio enquanto seres inseridos na linguagem, essa busca dispõe os sujeitos à propaganda autoritária, ao passo que esta também garantiria uma suposta completude. Para além desse aspecto, a participação em uma massa possibilita aos sujeitos dar vazão à tendência inconsciente à submissão a *algum* que faça as vezes de pai primevo (Freud, 1921/2021) e ao conteúdo agressivo a ser redirecionado aos *out-groups*, sendo este decorrente do mal-estar produzido pelo desencontro entre as demandas sociais e o que se faz possível ao sujeito cumprir.

Nesse cenário, retomamos as mais variadas produções de sofrimento acarretadas pela prevalência do ideal viril, cuja carga poderia encontrar na inferiorização da feminilidade a sua vazão – e daí decorreria a necessidade de sua sujeição. A adesão ao pensamento preconceituoso diante de uma massa, portanto, seria mais determinada pelas tendências prazerosas individuais da integração ao grupo do que associada às características dos alvos do preconceito (Carone, 2002), mesmo porque, como afirmamos anteriormente, o aspecto da passividade pode ser fixado a qualquer um que se posicione externamente ao grupo, de acordo com as necessidades do conjunto dominante. É nesse sentido que opera a necessidade de classificação e hierarquização dos sujeitos, a fim de possibilitar a escolha de um alvo ideal para o redirecionamento das pulsões agressivas reprimidas no contexto social.

Diante disso, podemos estabelecer uma comparação com o funcionamento apresentado na paranoia, cuja sensação de constante ameaça decorre, na verdade, de uma falsa projeção de

conflitos internos (Carone, 2002), sugerindo ser esta a origem dos excessos mais absurdos que os sujeitos pertencentes a um grupo relacionam aos seus *out-groups*. A falsa projeção, por sua vez, corresponde a uma certa opacidade do sujeito em relação ao mundo externo, na qual há uma combinação entre aquilo que projeta no objeto e o que o objeto seria de fato, resultando na transformação deste objeto no que o sujeito pretende inicialmente que este o seja (Crochík, 2007). Esta distorção da percepção decorre justamente da tentativa de ordenação do mundo a partir das categorias ideais e serve como fundamento de um processo bastante conveniente ao pensamento autoritário: a estereotipia (Adorno, 1921/2021).

A partir do pensamento estereotipado, aquele indutor de categorizações e hierarquizações, o sujeito garante a possibilidade de ocupar o lugar do ideal almejado – mesmo que imaginariamente –, mitigando os efeitos da angústia produzida neste desencontro. No fundo, os participantes da massa desconfiam da fragilidade dessa totalidade tensionada imaginariamente, mas os ganhos narcísicos decorrentes da inserção no grupo propiciam a conservação dos estereótipos estabelecidos (Adorno, 1921/2021).

O dispositivo que passa a atuar nessa conjuntura, por conseguinte, foi nomeado por Adorno (1921/2021) como mentalidade do *ticket*, uma forma de percepção que almeja seguir padrões anteriormente formulados, resultante da padronização vigente no sistema capitalista. Assim, delegar a um outro a responsabilidade pelo estabelecimento dos pensamentos estereotipados – ou preconceitos – sobre determinados grupos sociais acaba por resultar na demanda pela defesa de todas essas posições em sua totalidade, a despeito de preconceitos individuais que destes possam ser divergentes, como critério para inserção no grupo.

No âmbito da masculinidade, por seu turno, ocorre algo semelhante ao se exigir dos sujeitos que se reconhecem como homens o “bloco” de aspectos relacionados ao ideal viril, enquanto aqueles que apresentam qualquer característica relacionada à feminilidade ficam vulneráveis a ataques, ainda que cumpram as demais regras da cartilha. Todavia, apesar da

promessa dos privilégios àqueles que se sujeitem a essa ordenação social e que ocupem as posições de dominação, não se faz possível garanti-los – mesmo porque o ideal último a ser almejado é inalcançável, devido à sua própria natureza de exceção. Assim, essa conjuntura poderia estar na origem do redirecionamento das pulsões agressivas aos considerados *out-groups*, dada a impossibilidade de exercer o ideal viril – que se estrutura a partir da figura do pai primevo –, o que acaba por produzir um mal-estar diante do desencontro entre o ideal almejado e o que é possível aos sujeitos.

A personalização desponta nessa conjuntura enquanto tentativa de dar corpo à fantasia do pai primevo, ao eleger um sujeito que atue enquanto a exceção simbólica: que esteja apto a externalizar todas as crenças e preconceitos que seus seguidores acreditam, mas que não possuem a coragem para fazê-lo (Adorno, 1946/2015). Esse mecanismo se baseia na designação de um líder para que as dinâmicas decorrentes da falsa projeção e do redirecionamento das pulsões agressivas a grupos externos sejam conservadas e, mais ainda, justificadas pela autoridade do líder. Dessa maneira, emula-se as estruturas da horda primeva enquanto conteúdo latente da herança arcaica dos sujeitos (Adorno, 1951/2015), decorrendo daí o seu potencial em termos de influência, similarmente ao ideal viril, já que este também se ampara no apelo a esse conteúdo arcaico e propicia o estabelecimento de uma exceção que unifique o conjunto.

Observamos, a partir disso, que tanto a masculinidade amparada no modelo viril quanto o pensamento autoritário parecem ser representantes distintos de um mesmo curso regressivo, como demonstrado desde a elaboração do mito totêmico de Freud (1913/2013). A mesma suspeita pode ser percebida na pesquisa empreendida pelos frankfurtianos, na qual as afirmações de conteúdo relacionado às inflexões da virilidade foram ligadas aos participantes com alto potencial de adesão aos ideais autoritários (Adorno, 1975/2019).

Nesse cenário, as síndromes autoritárias passam a designar as expressões do autoritarismo comumente observadas no cotidiano e nem sempre diretamente relacionadas à

esfera da política, mas que também poderiam ser interpretadas enquanto desdobramentos da atuação da lógica fálica no seio social. Quer sejam o ressentimento superficial, o convencionalismo, as síndromes autoritárias, do rebelde/psicopata, do alucinado, do manipulador, do inocente perseguido e do lobo solitário, todos os conjuntos de características elencadas enquanto síndromes autoritárias por Adorno (1975/2019) parecem corresponder a efeitos resultantes da mesma dinâmica apresentada acima: a organização do estrato social a partir do significante fálico que passa a sustentar a ordem patriarcal propõe o alcance de uma totalidade que se faz impossível de atingir dada a nossa própria condição de seres inseridos na ordem da linguagem, engendrando uma angústia que somente encontra resolução na designação de um grupo de outros aos quais possa dirigi-la enquanto agressividade.

Não é fator de surpresa, portanto, que o ideal viril e a tendência ao autoritarismo estejam imbricados, posto que apresentam as mesmas trajetórias inconscientes: partem da presunção da possibilidade de alcançar um gozo total, uma completude imaginária, mesmo que tenha que ser conquistada e mantida à força. É nessa direção que os ideais regentes de ambas as esferas se amparam na ênfase ao semblante, no caráter ritualístico, já que o simbólico constituiria o único âmbito capaz de sustentar uma aparência de completude.

Desse modo, a busca por uma hegemonia, uma totalidade inquestionável, resulta da predominância do significante fálico enquanto ordenador dos laços sociais, resultando na categorização e hierarquização de sujeitos tomados enquanto objetos da satisfação de alguns outros que se alocam nas posições de dominância. Tal dinâmica se faz presente na questão das massas, nas questões que envolvem gênero, mas também podem se apresentar e se moldar a qualquer outra problemática advinda da condição de estarmos inseridos na linguagem, dado que tem como base a oposição inconsciente entre fálico e não-todo fálico.

A partir dessas reflexões, compreendemos que não haveria maneira possível de eliminar a lógica fálica enquanto ordenadora de certas estruturas sociais, já que a manutenção de uma

oposição inconsciente corresponde a uma condição da própria linguagem. Aliás, a simples supressão de qualquer conteúdo psíquico só poderia resultar em seu retorno posterior, mesmo que de maneiras distorcidas, como ocorre com os homens para os quais a recusa da passividade demonstra o seu insucesso justamente a partir de seu retorno sintomático. A possível solução para mitigar os efeitos da lógica fálica, então, partiria do seu reconhecimento e posterior redirecionamento aos âmbitos nos quais possa fazer sentido, sem que se perca de vista o seu potencial destrutivo e excludente, evitando, assim, que esta exerça suas tendências homogeneizantes e totalizantes.

Reiteramos, portanto, que não haveria como eliminar da masculinidade ou de outras posições generificadas os traços determinados pela função fálica, já que esta pode exercer influência sobre qualquer um inserido na linguagem. Os aspectos tradicionalmente associados à virilidade podem e devem fazer parte de uma vivência complexa que abarque, da mesma maneira, as experiências relacionadas à passividade, isto é, sem que se promova um fechamento identitário neste ou naquele polo do espectro binário de gênero. Nesse sentido, podemos apontar que até mesmo a violência exerce função no conjunto social quando, por exemplo, usada a favor de grupos oprimidos em suas reações.

A busca por uma maior abertura no que diz respeito às expressões da sexualidade também poderia promover um afastamento das tendências autoritárias, à medida que estas, por sua vez, dependem de uma naturalização das categorizações e hierarquizações, além de buscarem um fechamento identitário capaz de confirmar sua completude imaginária. Ademais, Adorno (1967/2022) já indicava a instância da educação enquanto meio mais eficiente de atenuar os efeitos das tendências à submissão a substitutos da figura do pai primordial, a partir da conscientização acerca de sua existência e conseguinte diminuição de suas repercussões enquanto conteúdo inconsciente.

Assim, não cogitamos unicamente a eleição de outro ideal de masculinidade – um modelo que não apresente traços viris, por exemplo –, mas precisamente a abertura para possibilidades diversas – o que exige certa passividade ao acaso –, mas que esvaziem o sentido do que é ser um homem e permitam aos sujeitos exercerem suas posições na linguagem de maneira mais fluida, possibilitando o contato com as emoções e reduzindo a demanda de redirecionamento do mal-estar produzido por uma vida marcada por repressões.

Desse modo, diante da abertura às novas possibilidades de expressões – mais do que ser necessariamente um ou outro gênero –, poderíamos entrar em contato com as singularidades dos modos distintos de inserção na linguagem, sem que se demandem cristalizações simbólicas limitantes, de maneira a expandi-las mais do que as restringir, afastando-nos de tentativas de homogeneização e nos aproximando de uma vivência capaz de prestigiar o singular e a diferença.

REFERÊNCIAS

- Aboim, S. (2017). Masculinidade hegemônica e pluralidade no masculino: rumo a novos hibridismos de gênero. In: Aboim, S. et al. *O que é masculinidade?* Escolar Editora.
- Adorno, T. W. (2015). Antissemitismo e propaganda fascista. In: _____. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. Editora Unesp. (Obra original publicada em 1946)
- _____. (2015). Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: _____. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. Editora Unesp. (Obra original publicada em 1951)
- _____. (2015). Tabus sexuais e direito hoje. In: _____. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. Editora Unesp. (Obra original publicada em 1964)
- _____. (2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Editora Unesp. (Obra original publicada em 1975)
- _____. (2020). *Minima Moralia: reflections from damaged life*. Ed. Verso. (Obra original publicada em 1951)
- _____. (2020). *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Editora Unesp. (Obra original publicada em 1967)
- _____. (2022). Educação após Auschwitz. In: _____. *Educação e emancipação*. Editora Paz e Terra. (Obra original publicada em 1967)
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswick, E., Levinson, D. J., Sanford, N. (1969). The authoritarian personality. In: Horkheimer, M., Flowerman, S. H. (Orgs.). *Studies in Prejudice*. WW Norton.
- Adorno, T. W., Horkheimer, M. (1985). Prefácio. In: _____. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Zahar Ed. (Obra original publicada em 1969)
- Ambra, P. (2014). A noção de homem em Lacan: entre discurso e lógica. In: Ambra, P. E. S; Silva, N. S. (Orgs.). *Histeria e Gênero: sexo como desencontro*. nVersos editora.
- _____. (2021). *O que é um homem?* Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente. Zagodoni.

_____. (2022). *O ser sexual e seus outros: gênero, autorização e nomeação em Lacan*. Blucher.

Antunes, D. C. (2008). Teoria Crítica e Investigação Social Empírica: observações sobre a relação entre filosofia e pesquisa interdisciplinar na escola de Frankfurt. *Revista Sul-americana e Filosofia e Educação*, n. 10, pp. 15-31.

_____. (2010). *De Frankfurt à Califórnia: há continuidade nas pesquisas empíricas da Escola de Frankfurt entre 1929 e 1950?* VI Seminário de pós-graduação em Filosofia da UFSCar. Recuperado de <https://www.academia.edu/368924/De_Frankfurt_%C3%A0_Calif%C3%B3rnia_h%C3%A1_continuidade_nas_pesquisas_emp%C3%ADricas_da_Escola_de_Frankfurt_entre_1929_e_1950>.

Badin, R., & Martinho, M. H. (2018). O discurso capitalista e seus *gadgets*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, Vol. 10, No. 2, pp. 140-154.

Badinter, E. (1993). *XY: sobre a identidade masculina*. Nova Fronteira.

Baére, F., & Zanello, V. (2020). Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, vol. 25, pp. 1-15.

Bonfim, F. G. (2022). *Tornar-se homem: ressonâncias do declínio do ideal viril na sexuação*. Editora Dialética.

Bourdieu, P. (2019). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil. (Obra original publicada em 1998)

Braunstein, N. A. (2010). O discurso capitalista: quinto discurso? O discurso dos mercados (PST): sexto discurso? *A Peste*, Vol. 2, No. 1, pp. 143-165.

Bueno, S. F. (2017). A crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo: implicações no campo formativo. *Educação*, vol. 40, No. 3, pp. 492-500.

Butler, J. (2018). Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: _____. *Problemas de gênero*. Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990)

Calligaris, C. (2022). *O grupo e o mal: estudo sobre a perversão social*. Ed. Fósforo. (Obra original publicada em 1991)

- Carone, I. (2002). Fascismo *on the air*: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, No. 55-56, pp. 195-217. Recuperado de <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100009>>.
- Chapoutot, J. (2013). Virilidade fascista. In: Courtine, Jean-Jacques (Dir.). *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise?: o século XX e XXI*. Vozes.
- Coelho, D., & Cunha, E. L. (2021). Quatro condições para a pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, vol. 32, pp. 1-9.
- Coelho, D. M., & Santos, M. V. O. (2012). Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. *Analytica*, Vol. 1, No. 1, pp. 90-105.
- Connell, R. W. (1987). *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Polity Press.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Vol. 21, No. 1, pp. 241-282. (Obra original publicada em 2005)
- Correia, F. C. (2017). Theodor W. Adorno e a psicanálise: algumas notas sobre o agitador fascista. *Revista de Filosofia*, Vol. 16, No. 2, pp. 102-114.
- Costa, V. H. F. (2019). Resumo de *The Authoritarian Personality*. In: Adorno, T. W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Editora Unesp. (Obra original publicada em 1975)
- Courtine, J. (2013). Impossível virilidade. In: _____. *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise?: o século XX e XXI*. Vozes.
- Crochík, J. L. (2001). Teoria Crítica da Sociedade e Estudos Sobre o Preconceito. *Revista Psicologia Política*, Vol. 1, No. 1, pp.67-99.
- _____. (2007). Razão, Consciência e Ideologia: algumas notas. *Estilos da Clínica*, Vol. 12, No. 22, pp. 176-195.
- _____. (2008). T. W. Adorno e a Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, Vol. 20, No. 2, pp. 297-305.
- Enriquez, E. (1990). *Da Horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Jorge Zahar Editor Ltda.

Forth, C. E. (2013). Masculinidades e virilidades no mundo anglófono. In: Courtine, Jean-Jacques (Dir.). *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise?: o século XX e XXI*. Vozes.

Freud, S. (1976). Dois verbetes de enciclopédia. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume 18: Além do princípio de prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. Imago. (Obra original publicada em 1923)

_____. (2010). Introdução ao Narcisismo. In: _____. *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914)

_____. (2010). Os instintos e seus destinos. In: _____. *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915)

_____. (2011a). O Eu e o Id. In: _____. *Obras completas, volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1923)

_____. (2011b). A organização genital infantil. In: _____. *Obras completas, volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1923)

_____. (2011c). O problema econômico do masoquismo. In: _____. *Obras completas, volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Companhia das letras. (Obra original publicada em 1924)

_____. (2011d). A dissolução do Complexo de Édipo. In: _____. *Obras completas, volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Companhia das letras. (Obra original publicada em 1924)

_____. (2011e). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: _____. *Obras completas, volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Companhia das letras. (Obra original publicada em 1925)

_____. (2013). Totem e tabu. In: _____. *Obras completas, volume 11: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913)

- _____. (2014). O fetichismo. In: _____. *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1927)
- _____. (2015). Sobre as teorias sexuais infantis. In: _____. *Obras completas, volume 8: O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1908)
- _____. (2018). Análise Terminável e Interminável. In: _____. *Obras completas, volume 19: Moisés e o Monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e outros textos*. Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1937)
- _____. (2021). A moral sexual “cultural” e a doença nervosa moderna. In: _____. *O mal-estar na cultura e outros escritos*. Autêntica. (Obra original publicada em 1908)
- _____. (2021). Psicologia das massas e análise do Eu. In: _____. *O mal-estar na cultura e outros escritos*. Autêntica. (Obra original publicada em 1921)
- _____. (2021). O mal-estar na cultura. In: _____. *O mal-estar na cultura e outros escritos*. Autêntica. (Obra original publicada em 1930)
- Fromm, E. (1984) *The Working Class in Weimar Germany: a psychological and sociological study*. Berg Publishers.
- Fuks, B. B., & Rudge, A. M. (2018). Em torno da complexa articulação sujeito e cultura. *Psicologia USP*, Vol. 29, No. 1, pp. 1-9.
- Goldenberg, R. (2022). *Psicologia das Massas e Análise do Eu: solidão e multidão*. Civilização Brasileira.
- Guimarães, C. (2021). Proibidão Bolsonaro: funk que embala o presidente compara mulher a cadela. *Veja*. Recuperado de <<https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/proibidao-bolsonaro-funk-que-embala-o-presidente-compara-mulher-a-cadela/>>.
- Haroche, C. (2013). Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: Courtine, Jean-Jacques (Dir.). *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise?: o século XX e XXI*. Vozes.

- Horkheimer, M., Fromm, E., Marcuse, H. (2005). *Studien über Autorität und Familie: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung*. (Obra original publicada em 1936).
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica. *Ágora*, Vol. 6, No. 1, pp. 115-138.
- Jablonka, I. (2021). *Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades*. Todavia.
- Jay, M. (2008). *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Contraponto.
- Kimmel, M. S. (2016). Masculinidade como homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. *Equatorial*, Vol. 3, No. 4, pp. 97-124.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1972-1973)
- _____. (1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1969-1970)
- _____. (1995). *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1956-1957)
- _____. (1999). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1957-1958)
- _____. (2008). *O Seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1968-1969).
- _____. (2008). *O Seminário, livro 20: Mais ainda*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1972-1973)
- _____. (2009). O homem e a mulher. In: _____. *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1971)
- Lattanzio, F. F. (2021). *O lugar do gênero na psicanálise: metapsicologia, identidade, novas formas de subjetivação*. Blucher.

- Maar, W. L. (2006). Materialismo e primado do objeto em Adorno. *Trans/Form/Ação*, No. 2, Vol. 29, pp. 133-154.
- Mesquita, Y. M., & Corrêa, H. C. S. (2021). A “masculinidade tóxica” em questão: uma perspectiva psicanalítica. *Revista Subjetividade*, Vol. 21s, No. 1, pp. 1-13.
- Ministério da Saúde. (2021). *Boletim Epidemiológico*. Recuperado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf>.
- Nogueira, L. C. (2004). A pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, Vol. 15, No. 1/2, pp. 83-106.
- Oliveira, M. (2021). Relembre as polêmicas de Jair Bolsonaro com a comunidade LGBTQIA+. *Observatório G*. Recuperado de <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/comportamento/relembre-as-polemicas-de-jair-bolsonaro-com-a-comunidade-lgbtqia>>.
- Pereira, M. A., & Souza, M. R. (2019). Adorno leitor de Freud: um diálogo sobre a psicologia das massas. *Revista Apoena*, Vol. 1, No. 1, pp. 30-47.
- Pinheiro-Machado, R. (2019). Ódio, substantivo masculino. In: _____. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Planeta do Brasil.
- Poli, M. C. (2007). *Feminino/masculino*. Zahar.
- Reino, L. M. G., & Endo, P. C. (2011). Três versões do *narcisismo das pequenas diferenças* em Freud. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, Vol. 3, No. 2, pp. 16-27.
- Rodrigues, C. (2019). Identificação, identidade, identitário e alguns mal-entendidos. In: Cossi, R. K. (Org.). *Faces do Sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente*. Aller.
- Rodrigues Jr., O. M. (1993). A Busca da “Personalidade Autoritária” na Disfunção Erétil. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, Vol. 4, No. 1, pp. 63-74.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Vol. 4, No. 2, pp. 329-348.

- Santos, R. I. G. (2019). Primado do objeto e objetividade em Adorno. In: Fleck, A. O. et al (Orgs.). *Marxismo e Teoria Crítica*. ANPOF.
- Silva, C. M., & Macedo, M. M. K. (2016). O método psicanalítico de pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos. *Psicologia: ciência e profissão*, Vol. 36, No. 3, pp. 520-533.
- Soares, J. C. (2013). Escola de Frankfurt: unindo materialismo e psicanálise na construção de uma psicologia social marginal. In: Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., Portugal, F. T. (Orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Nau.
- Terra, V. V. (2020). *Sou visto, logo existo: eficácia, imagens de si e a instrumentalização do outro no Instagram*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações UFRJ. Recuperado de <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?dissertacao=22>.
- Venturoza, I. (2021). A paixão dos homens pela masculinidade tacanha de Bolsonaro. *Revista Cult*. Recuperado de <<https://revistacult.uol.com.br/home/motociata-bolsonaro-masculinidades/>>.
- Vidal, P. (2014). Édipo sem complexo, Hamlet edípico. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Vol. 4, No. 1, pp. 76-89.
- Vieira, J. V., & Lago, M. C. S. (2020). Estudos de gênero e psicanálise: diálogo possível. *Descentrada*, Vol. 4, No. 1, pp. 1-15. Recuperado de <<https://doi.org/10.24215/25457284e100>>.
- Windmöller, N. & Zanello, V. (2016). Depressão e masculinidades: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. *Psicologia em Estudo*, Vol. 21, No. 3, pp. 437-449.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, V., & Gomes, T. (2010). Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. *Caderno Espaço Feminino*, Vol. 23, No. ½, pp. 256-280.